



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO *PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY*
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPEP
ESCOLA DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO, LETRAS, ARTES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, CULTURAS E ARTES -
INTER-HUMANITAS

ANTÔNIO JOSÉ DE FIGUEIREDO PINTO

**SUBJETIVIDADE, IMAGEM E HISTÓRIA:
O TRABALHADOR NO CENÁRIO CARIOCA DE 1840 A 1945**

DUQUE DE CAXIAS

2020

ANTÔNIO JOSÉ DE FIGUEIREDO PINTO

**SUBJETIVIDADE, IMAGEM E HISTÓRIA:
O TRABALHADOR NO CENÁRIO CARIOCA DE 1840 A 1945**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Humanidades, Cultura e Artes, da Universidade do Grande Rio – Prof. José de Souza Herdy - Unigranrio, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Humanidades, Culturas e Artes.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Cristina de Oliveira

DUQUE DE CAXIAS

2020

DEDICATÓRIAS E AGRADECIMENTOS

Dedico aos trabalhadores cariocas, onde me incluo, utilizando os versos de Chico Burque: “Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir; A certidão pra nascer e a concessão pra sorrir, por me deixar respirar, por me deixar existir, Deus lhe pague! Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir; pela fumaça e a desgraça que a gente tem que tossir, pelos andaimes pingentes que a gente tem que cair, Deus lhe pague! Pela mulher carpideira pra nos louvar e cuspir, e pelas moscas bicheiras a nos beijar e cobrir; e pela paz derradeira que enfim vai nos redimir, Deus lhe pague” (Construção)

Dedico e agradeço a minha ancestralidade Malê ou Mussurumim que trago orgulhosamente como NEGRO MANDIGA (assim com letra maiúscula) que sou, resistente e forte conforme os ensinamentos e exemplos de minha mãe, Therezinha, e de minha avó, Dona Flôr, mulheres guerreiras, habitantes dos cortiços mencionados nesse estudo. Aqui, deixo meus respeitos grito para todos os mandingas que acreditaram na liberdade: Nós conseguimos! E a essas duas damas negras, eu humildemente peço sua benção.

À todos os Deuses herdados da ancestralidade africana que constituem minha fé, em especial ao pai do branco, que anda devagar e curvado apoiado no cajado de sabedoria, grande criador do mundo, e meu criador. Dedico ao senhor meu pai, todas as minhas vitórias e todo o suor do meu rosto ganho com a força que o senhor me deu no dia-a-dia do meu trabalho. Epa Babá!

À grande anciã, dona do barro que formou o homem, dona da sabedoria e mãe dos professores: meus humildes respeitos e dedico esse trabalho à senhora. Saluba!

Ao portador da energia vital do mundo, que nunca descansa, ao grande trabalhador da vida, aquele que acerta amanhã a pedra que lançou hoje. Meus respeitos!

Dedico aos meus dois grandes e melhores amigos: Um que na vida terrena foi chamado de Pedro Bala, que eu possa ter honrado todas as expectativas e crenças sobre meu potencial, e pelo seu orgulho de me tratar sempre em suas palavras como um menino letrado. Amo você! Que os anjos do céu sempre digam amém e o pobre lavrador diga aleluia! E a minha rainha e rosa do meu jardim, Senhora da conversa que não tem fim, que mereceu sempre ganhar o que ganhou e que sempre merecerá ganhar: Minha defensora, tudo que me prometeu, nunca me deixou faltar. Obrigado.

À grande Família Foobá, em especial, a vocês filhos do Senhor da Força dos mares e oceanos: Obrigado pelo apoio, paciência e cumplicidade.

Aos meus filhos Antônio José de Figueiredo Pinto Júnior e Talita de Figueiredo Pinto, que esse estudo tenha contribuído para um mundo melhor para vocês.

E com a ajuda de Mario Quintana, agradeço muito mais ainda e aplaudo de pé a todos que todos estes que não acreditaram: Eles passarão. Eu passarinho!

AGRADECIMENTOS, PELA JORNADA ACADÊMICA E TRAJETÓRIA DE VIDA

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Rosane Cristina de Oliveira que me recebeu de braços e coração abertos, acreditando no meu projeto e me conduzindo com paciência, leveza e muita alegria nessa etapa da minha vida acadêmica.

Agradeço a minha eterna orientadora e referência de vida, Profa. Dra. Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima, pela ajuda, apoio e acolhimento. Sua doçura e competência foram a linha norteadora de cada parágrafo desse trabalho.

Agradeço ao Professor Renato da Silva por ter re-significado através de seu carisma minha prática docente.

Agradeço ao professor Doutor Márcio Vilaça, grande artista na arte de ensinar, agradeço sua eterna disponibilidade em atender minhas angústias.

Agradeço a Profa. Dra. Fábiana Lemos, minha eterna luz e me guia por todas as minhas dificuldades e dúvidas.

Agradeço a Profa. Doutoranda Bianca Lessa, minha companheira de turma, pelas terapias na hora de nosso café e pela cumplicidade na nossa jornada.

Ao Magnífico Senhor Reitor da UNIFTC na unidade Vitória da Conquista, Prof. Aureliano da Silva Tavares, que doravante passo a tratar como meu amigo e irmão: agradeço infinitamente pela oportunidade que me deu, e pelo apoio institucional no momento de produção desse trabalho,

A todos os meus alunos: Vocês sempre serão o motivo e a causa de tudo.

RESUMO:

PINTO, Antonio José de Figueiredo. Subjetividade, imagem e história: O Trabalhador no cenário carioca de 1840 a 1945. Tese (doutorado). PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, CULTURAS E ARTES (PPGHCA), Universidade do Grande Rio (Unigranrio), 2020.

O objeto dessa pesquisa foi o trabalhador na Cidade do Rio de Janeiro no período de 105 anos, analisando a construção de sua subjetividade através das fotografias de Marc Ferres e Augusto Malta. Nosso “recorte histórico” está dividido em três períodos: 1840 até 1889 denominado de Segundo Reinado, de 1889 até 1930 denominado de República Velha de 1930 até 1945 que os historiadores denominam de Era Vargas. A proposta metodológica desse estudo alicerçou-se no pluralismo teórico de Feyerabend (1989), que defende tanto a comparação de ideias com procedimentos diferentes da regra através de uma metodologia pluralista, como a necessidade de máxima ampliação dessas ideias na busca de sua pluralidade, sendo a análise dos contrastes e não somente dos fatos que nos fornecerão a diversidade de pensamentos. Os resultados desse trabalho apontaram que tratar a construção de subjetividade sem contexto, como uma simples produção de conhecimento produzido de forma autônoma pelo próprio sujeito, produz verdades universais e torna-se a base dos conceitos de trabalho e do trabalhador. A construção de subjetividade do trabalhador carioca, objeto da nossa investigação, se vista somente por um lado, não reconhece que apesar da sua invisibilidade para o mundo do trabalho, há espaço para sua representação em espaços artísticos e culturais, com marcas profundas na cultura brasileira. Observamos o sujeito do trabalho invisível, mudo e estático no mundo do trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Em relação à análise das fotografias de Marc Ferrèz, no Segundo Império, e posteriormente com as imagens de Augusto Malta, constatamos que o trabalhador não se reconhecia, sendo invisibilizado pelo o próprio Estado Imperial, e na República Velha se construíram, mas com um afastamento dos trabalhadores que eram ex-escravos. Na Era Vargas, todas as ações foram para esse segmento, pois os trabalhadores que tentaram construir suas identificações foram cerceados e forma política repressora.

Palavras-Chave: Trabalhador, trabalho, subjetividade, pluralidade, fotografia

ABSTRACT

PINTO, Antonio José de Figueiredo. Subjectivity, image and history: The Worker in the Rio scenario from 1840 to 1945. Thesis (doctorate). GRADUATE PROGRAM FOR HUMANITIES, CULTURES AND ARTS (PPGHCA), University of Grande Rio (Unigranrio), 2020.

The objective of this research was the worker in the City of Rio de Janeiro in the period of 105 years, analyzing the construction of his subjectivity through the photographs of Marc Ferréz and Augusto Malta. Our “historical outline” is divided into three periods: 1840 to 1889 called the Second Reign, from 1889 to 1930 called the Old Republic, and from 1930 to 1945 that historians call the Vargas Era. The methodological proposal of this study was based on the theoretical pluralism of Feyerabend (1989) that defends both the comparison of ideas with procedures different from the rule through a pluralist methodology, as well as the need for maximum expansion of these ideas in the search for their plurality being the analysis contrasts and not just the facts that will give us the plurality of thoughts. The results of this work showed that treating the construction of subjectivity without context, as a simple production of knowledge produced autonomously by the subject himself produced universal truths and became the basis of the concepts of work and worker. The construction of subjectivity of the carioca worker, object of our investigation, seen only on one side, did not recognize that, despite being invisible to the world of work, it gave space for its representation in artistic and cultural spaces, with deep marks in Brazilian culture. We observe the subject of invisible, silent and static work in the world of work in the city of Rio de Janeiro. Regarding the analysis of Marc Ferréz's photographs, in the second empire, and later with the images of Augusto Malta, we found that the worker did not recognize himself and was made invisible by the Imperial State itself. In the Old Republic they were built, but with a distance from the workers who were ex-slaves. In the Vargas Era, all actions were aimed at this segment, since workers who tried to build their identifications were curtailed and repressively political.

Keywords: Worker, work, subjectivity, plurality, photography

E ao homem declarou: "Visto que você deu ouvidos à sua mulher e comeu do fruto da árvore da qual eu lhe ordenara que não comesse, maldita é a terra por sua causa; com sofrimento você se alimentará dela todos os dias da sua vida. Ela lhe dará espinhos e ervas daninhas, e você terá que alimentar-se das plantas do campo. Com o suor do seu rosto você comerá o seu pão, até que volte à terra, visto que dela foi tirado; porque você é pó e ao pó voltará".

Gênesis 3:17-19

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxo de informações dos trabalhos acadêmicos que envolvem o uso de fotografias	51
Figura 2 - Marc Ferrez aos 33 anos de idade	57
Figura 3 - Anônimo.....	58
Figura 4 - Rua de Londres no período pós- Revolução Industrial	61
Figura 5 - Representação fotográfica de escravos de ganho	67
Figura 6 - Escravo de ganho trabalhando.....	67
Figura 7 - Inúmeros dos tipos retratados pelo fotógrafo português Christiano Junior.....	68
Figura 8 - Negras vendedoras de angu – Jean Baptiste Debret.....	71
Figura 9 - Rua da Vala – Reduto dos cortiços e zungus e de encontro de trabalhadores escravos no Segundo Reinado – fotografia de Augusto Malta	72
Figura 10 - Mapa esquemático do Rio de Janeiro no Segundo Reinado.....	81
Figura 11 - Rio de Janeiro de 1840	82
Figura 12 - Fotografia de Marc Ferrez. Álbum Panoramas do Rio de Janeiro - Entrada do Rio de Janeiro, 1880	83
Figura 13 - Fotografia de Marc Ferrez. Álbum Panoramas do Rio de Janeiro – A Glória vista de Santa Teresa	83
Figura 14 - Fotografia de Marc Ferrez. Álbum Panoramas do Rio de Janeiro – Escola militar	84
Figura 15 - Quitandeiras.....	85
Figura 16 - Negra com seu filho	86
Figura 17 - Negra da Bahia	87
Figura 18 - Escravos na colheita de café.....	88
Figura 19 - A lavagem do ouro	89
Figura 20 - Primeira fotografia do trabalho no interior de uma mina de ouro.	89
Figura 21 - Escravos na fazenda de Café	90
Figura 22 - Colheita de cana de açúcar	90
Figura 23 - Saída para a colheita de café	91
Figura 24 - Colheita do Café.....	91
Figura 25 - Estação do Desengano.....	93
Figura 26 - Jangadas	93
Figura 27 - Fabrica em Petrópolis.....	94
Figura 28 - Porto do Rio de Janeiro	94
Figura 29 - Casarões	95
Figura 30 - Mercado do Peixe.....	95
Figura 31 - Doca e mercado do Peixe no Rio de Janeiro	96
Figura 32 - Antigo palácio imperial	96
Figura 33 - Baía de Guanabara.....	97
Figura 34 - Casa da Moeda	97
Figura 35 - Escola Militar de Engenharia	98
Figura 36 - Locomotiva.....	100
Figura 37 - O Presidente Rodrigues Alves e o Prefeito Pereira Passos	113
Figura 38 - Teatro Municipal (Marc Ferrez).....	114
Figura 39 - Rua Frei Caneca	115
Figura 40 - Colocação dos postes elétricos	115
Figura 41 - Aqueduto da Carioca- Marc Ferrez.....	116
Figura 42 - Delegados do 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1906.	119
Figura 43 - O cortiço.....	120

Figura 44 - Construção do porto na cidade do Rio de Janeiro	121
Figura 45 - Obras no Porto do Rio de Janeiro.....	122
Figura 46 - O Jacobino.....	126
Figura 47 - Delegados do 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1906.	132
Figura 48 - Vista do Pão de Açúcar a partir da Fortaleza de Santa Cruz.....	133
Figura 49 - Panorama da cidade do Rio de Janeiro.....	134
Figura 50 - Obras na avenida Niemeyer	134
Figura 51 - Companhia Telefônica Brasileira.....	135
Figura 52 - Descansando da Tarde na Praça da Harmonia.....	135
Figura 53 - Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro	136
Figura 54 - Autoridades no Palácio Guanabara	136
Figura 55 - Presidente Getúlio Vargas	143
Figura 56 - Cartaz veiculado na Era Vargas	149
Figura 57 - Sindicalistas na comemoração de 1º de maio.....	152
Figura 58 - Manifestação pró-Vargas no 1º de Maio de 1944. Estádio do Pacaembú, SP.....	153
Figura 59 - Visita de estudantes ao Cristo Redentor	154
Figura 60 - Beco da Música	154
Figura 61 - Inauguração da Estátua da Amizade.....	155
Figura 62 - Comemoração do Primeiro de maio – Estado Novo	156
Figura 63 - Trabalhador carioca representado por Walt Disney	163

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1 - O tempo do trabalhador: Trabalho, Subjetividade e Imagem.....	18
1.1 O Trabalho como conceito	18
1.2 O Trabalhador como questão: o capitalismo manufatureiro	39
1.3 A subjetividade como conceito.....	42
1.4 A construção de subjetividade do Trabalhador.....	46
1.5 A Imagem como conceito e questão.....	48
<i>1.5.1 Regime de Informação e Fotografia.....</i>	<i>50</i>
<i>1.5.2 A Fotografia em Trabalhos Acadêmicos.....</i>	<i>51</i>
<i>1.5.3 A Fotografia e o Trabalhador.....</i>	<i>53</i>
<i>1.5.4 A Fotografia Inserida no Contexto Histórico da Cidade do Rio de Janeiro</i>	<i>56</i>
Capítulo 2 - O Trabalhador no Segundo Império (1840 – 1899)	60
2.1 O Trabalhador na Europa	60
2.2 O Trabalhador no Rio de Janeiro	62
2.3 Questões sobre o trabalhador escravo na Cidade do Rio de Janeiro:	69
2.4 Outras formas de organização do trabalhador na cidade do Rio de Janeiro: o mutualismo	76
2.5 Imagens do Rio de Janeiro – Segundo Reinado	81
2.6 O Trabalhador nas imagens?.....	85
Capítulo 3 - O Trabalhador e ordem republicana: A República Velha (1889-1930)	106
3.1 Crise do capitalismo industrial e os trabalhadores: da Europa para o “novo mundo”	106
3.2 Os trabalhadores cariocas na República Velha: subjetividades inscritas nas imagens no contexto urbano	111
3.3 Movimentos de trabalhadores no Rio de Janeiro	124
3.4 Imagens dos trabalhadores na República Velha.....	131
Capítulo 4 - A Era Vargas (1930 – 1945).....	139
4.1 A crise de 1929 e a grande depressão: impactos para os trabalhadores no Brasil e no mundo	139
<i>4.1.1 Governo Provisório: (1930-1934)</i>	<i>144</i>
<i>4.1.2 Governo Constitucional (1934 – 1937).....</i>	<i>145</i>
<i>4.1.3 Estado Novo (1937 - 1945).....</i>	<i>146</i>
4.2 O Trabalhador no Estado Novo	147
4.3 As imagens do Trabalhismo no trabalhador	153
Considerações finais	159

Referências Bibliográficas.....	164
---------------------------------	-----

Introdução

A escolha do tema se deu pelo encantamento e pela curiosidade em relação à centralidade do trabalhador nas relações sociais de forma dialética com o mundo do trabalho e de suas projeções sociais através de imagens produzidas em determinados períodos. Estes foram elencados para esse estudo seguindo o itinerário do mundo do trabalho, através da Revolução Industrial, a evolução do trabalho no mundo e os possíveis impactos causados no Brasil, desde o Segundo Império até o trabalhismo, na Era Vargas.

O objeto dessa pesquisa é o trabalhador na Cidade do Rio de Janeiro no período de 105 anos a partir da análise de construção de sua subjetividade. O “recorte histórico” é dividido em três períodos na história brasileira: de 1840 até 1889 denominado de Segundo Reinado, de 1889 até 1930 que constitui a República Velha e de 1930 até 1945 período que os historiadores denominam de Era Vargas.

A análise da construção de subjetividade do trabalhador no período entre 1840 até 1945, quando se dá a fundamentação do trabalhismo no Brasil, na Era Vargas, tendo como referência as fotografias realizadas na cidade do Rio de Janeiro pelos artistas consagrados da época é o objetivo principal deste trabalho.

O período se justifica por duas questões: a primeira porque o ano de 1840 é o marco da segunda fase da Revolução Industrial no mundo, caracterizada pelo fortalecimento dos modos de produção capitalista; em segundo lugar porque, no Brasil, se inicia o Segundo Reinado, coincidindo com a chegada da fotografia no País. Deste período em diante, a estrutura social escravocrata e o contexto do trabalho no Rio de Janeiro passaram a produzir diversos sujeitos com características muito específicas.

Em 1889, com a Proclamação da República, os trabalhadores cariocas iniciam a sua organização objetivando a construção de uma identidade convivendo com as marcas da escravização que ficaram nos trabalhadores após a abolição. Com a chegada da Era Vargas, em 1930, o trabalhador se vê instituído por diversos aspectos do trabalhismo, apresentando, assim, as consequências de um produto histórico com características de subjetividades particulares que talvez não tenham sido óbvias e que também podem estar carregadas de “não ditos”.

As questões que norteiam esse trabalho são as seguintes: como os trabalhadores, retratados nas imagens/fotografias, habitantes da cidade do Rio de Janeiro, se reconheciam como *trabalhadores*? O que representava ser trabalhador? Como essas pessoas construíam uma identificação e auto representação de seu papel social? A partir das imagens, o que poderia ser

revelado e o que o fotógrafo escolhe valorizar do representado? Os próprios trabalhadores se representaram nas imagens?

Existem muitas pesquisas sobre o trabalho e sua história, também sobre a relação trabalho e trabalhador no Rio de Janeiro. Entretanto, pouco se produziu sobre o trabalhador e a construção de sua subjetividade como ser humano, agente social e construtor de sua realidade. Neste sentido, essa pesquisa faz-se relevante pela ausência de trabalhos que tenham como foco o trabalhador, já que habitualmente as pesquisas encontradas na literatura acadêmica deixam o trabalhador como coadjuvante nos processos sociais relacionados a esse contexto do trabalho.

As imagens foram escolhidas para serem utilizadas neste trabalho porque são a captura do presente a partir de olhares de quem direciona a lente por motivos específicos. Assim, trazer esses olhares e esses motivos como base para nossa reflexão nos orienta ao entendimento das subjetividades contidas, reveladas e não reveladas nesse processo de construção.

No Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, o trabalho como conceito parece ter se distanciado do trabalhador, ficando o mesmo como questão. Tal percepção nos causa um mal-estar que impulsiona o desejo pela busca do entendimento do que não foi dito na relação trabalho-trabalhador, e porque essa história não foi contada ainda, já que as pesquisas nessa temática são escassas.

A proposta metodológica dessa pesquisa pretendeu afastar-se dos métodos repetitivos que acabam retomando os mesmos conceitos, criando um saber que pode tornar-se inútil e envelhecido. Para tanto, a natureza desse trabalho está na constituição histórica da subjetividade do nosso objeto e suas relações com o contexto, buscando distanciar-se de sistemas globais de explicações sociais, econômicas e políticas que não levam em consideração a multiplicidade das relações gerais. Dentro dessa perspectiva verificamos que existem formas variáveis de subjetividade que são produzidas historicamente e, por esta razão, enfocamos essa construção como objeto do conhecimento histórico.

O conhecimento é concebido a partir das relações sociais, de forma que as ciências humanas estão interessadas em explorar as maneiras pelas quais esse conhecimento é fabricado. As ciências humanas são, por sua vez, culturalmente e historicamente variáveis e são usadas nas interações por interlocutores socialmente em construção (BERGER E LUCKMANN, 1967). Autores pós-estruturalistas, como Michael Foucault e Gilles Deleuze (1994), também oferecem uma resposta epistemológica para a construção do conhecimento, rejeitando verdades absolutas sobre o mundo, pois a verdade dependeria do contexto histórico de cada indivíduo.

Atendemos neste estudo o que Kenneth Gergen (2008) afirma quando salienta que a psicologia em sua abordagem social é um inquérito histórico, portanto, a relação epistemológica (relação sujeito-objeto) se dá nas relações de poder e da produção do saber sobre o fenômeno, a partir de um saber prioritariamente histórico, não somente filosófico, buscando analisar as rupturas e continuidades em um “fazer histórico”. Nas ciências humanas os fatos não se reproduzem, são instáveis, e a falta de estabilidade se dá justamente porque esses fatos não transcendem os limites históricos.

Metodologicamente, corroboramos com Paul Feyerabend (1989) quando afirma que alguns acontecimentos históricos têm significações presumidas, por serem o “conhecimento que ordena os acontecimentos”. Dessa forma, diferentes formas de conhecimento provocam diversas formas de organização social produtoras de subjetividade.

O pluralismo teórico de Feyerabend (1989) defende tanto a comparação de ideias com procedimentos diferentes da regra através de uma metodologia pluralista, como a necessidade de máxima ampliação dessas ideias. Neste sentido, o autor sugere o não uso de uma teoria ideal ou um objeto único e sim de uma pluralidade de ideias, sendo a análise dos contrastes, e não somente dos fatos, que nos fornecerá a pluralidade de pensamentos, possibilitando um aumento de liberdade de análise dando à ciência um poder mais crítico.

Feyerabend (1989) não aceita a hegemonia da teoria científica sobre produção de conhecimento. Para este autor, o conhecimento surge antes da teoria e uma formulação teórica não é a única condição necessária para obtenção de conhecimento. Partindo desta perspectiva, propomos uma concepção de conhecimento fluida que muda com as necessidades e vontade daqueles que produzem conhecimento.

Esta concepção de conhecimento ou de “verdade” contém um componente de autorreflexão e autocrítica, sugerindo uma fluidez de forma tal que o pesquisador possa se adaptar às necessidades e perspectivas do seu objeto de conhecimento. A partir desta perspectiva epistemológica pode-se acreditar em um poder de mudança no mundo tradicional, no qual as teorias de ciência tradicionais conduzirão o investigador por um caminho metodológico rígido que ignora todas as formas de conhecimento e de saberes.

Feyerabend (1989) afirma ainda que teorias devam ser comparadas através de uma série de observações de situações relativas à sua coerência. Entretanto, no caso de teorias que são incomensuráveis que demandam atitudes subjetivas, a escolha desses padrões estará relacionada a julgamentos estéticos, de preferências ou de situações que se relacionem ao indivíduo, logicamente ligadas ao campo subjetivo. Portanto, a incomensurabilidade tem como

característica os princípios, sentidos e qualquer análise de conceitos e fenômenos que vão estar contextualizados ao seu momento histórico. Logo, algumas teorias científicas podem ser completamente diferentes e, por esta razão, não podem ser comparados.

Há concordância de pensamento com Prigogine (1997) quando Feyerabend (1989) declara que há o início de uma nova ciência que não se prende à situações limitadas, generalistas e simplistas. É uma ciência que nos posiciona frente a um mundo de realidades onde a criatividade humana seja a expressão de um traço fundamental baseado em sua singularidade que explica todos os níveis de natureza, ligados desta forma ao campo de subjetividade defendido por Feyerabend (1989).

Com o intuito de delinear a subjetividade do trabalhador, tendo as imagens produzidas por Augusto Malta e Marc Ferrèz como o ponto fundamental de análise, considerando proximidades e rupturas ao longo do período de 1840 a 1945, optamos por organizar a tese em quatro capítulos.

No primeiro capítulo apresentamos os conceitos de trabalho, abordando autores clássicos que possuem em seu arcabouço teórico conceitos de trabalho, como Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber que dialogam com autores que se debruçaram sobre essa temática como Ives Schwartz, Hannah Arendt, Cornelius Castoriadis e Pierre Bourdieu. Paul Singer e Erick Hobsbawn e que estão presentes para a contextualização do mundo do trabalho no mundo.

Na psicologia histórico cultural a referência é Lev Semenovitch Vygotsky, pois o contexto histórico e social é a base para o desenvolvimento humano sendo importante para a leitura dos períodos históricos tratados nesse estudo. Os conceitos de subjetividade também são amparados pela Psicologia Histórico Cultural que permite agregar os conceitos de subjetividade trazidos por Andrea Zanella e Fernando Gonzáles Rey. As fotografias e sua importância no contexto da cidade do Rio de Janeiro, expressas pelo olhar do fotógrafo Marc Ferrez e ,posteriormente, Augusto Malta também serão abordados neste capítulo.

No segundo capítulo trata-se do Segundo Império, a partir da contextualização do trabalhador no mundo, utilizando como referência o autor Erick Hobsbawn. Para o trabalhador da cidade do Rio de Janeiro, onde havia a presença do trabalhador escravizado, abordamos questões sobre escravidão amparados por Sidney Chalhoub, sendo também apresentadas outras formas de organização do trabalhador através da visão do autor Cláudio Batalha. As imagens apresentadas neste capítulo são as fotografias de Marc Ferrez.

O terceiro capítulo se refere à República Velha, período no qual conhecem-se os

movimentos que marcam o mundo do trabalho no século XX, o Fordismo e o Taylorismo. Neste período, os trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro na ordem republicana iniciam seus processos de organização, influenciados pelas ideias do anarcosindicalismo dos imigrantes europeus, que ,junto ao Jacobinismo carioca e ao socialismo, permearam os processos de organização dos trabalhadores.

Neste mesmo período, a cidade do Rio de Janeiro vivia seu processo de urbanização promovido pelo prefeito Pereira Passos, que foi retratado por Augusto Malta e analisadas para a construção dos processos de subjetividade do trabalhador com a sua recolocação dentro da cidade.

O Quarto capítulo aborda o período histórico denominado Era Vargas, seguindo a metodologia de iniciar com contextualização do trabalho no mundo, com dominações ideológicas, como o Fascismo na Europa, seguindo pela regulamentação do trabalho no mundo e no Brasil. O Fascismo exerce influência na abordagem nacionalista da Era Vargas e nas relações da classe trabalhadora brasileira com modificações legais e sociais, ricas nesse momento da história do Brasil.

Nessa fase, o Governo Vargas não utiliza mais do olhar do fotógrafo para suas propagandas, institucionalizando-a através de departamentos específicos de propaganda e de censura onde o trabalhador é o centro de todo o processo.

Capítulo 1 - O tempo do trabalhador: Trabalho, Subjetividade e Imagem

Apresentar as principais categorias de análise que permeiam nosso estudo é o intuito principal deste primeiro capítulo. O principal conceito abordado é o de “trabalho”, inicialmente a partir dos autores clássicos como Karl Marx, Friederic Engels, Adam Smith e Èmile Durkheim. Embora estes autores não tenham apresentado os elementos subjetivos em torno do trabalhador, chamaram a atenção para as mudanças e fenômeno social promovido pelo processo de industrialização europeu.

Iniciamos conceituando o trabalho com autores que servirão de base norteadora para a análise proposta nesse trabalho, abordando conceitos que se referem a questão do trabalhador suas subjetividades (conceituais e contextualizadas). A fotografia foi aqui utilizada como veículo de informação, abordando a sua presença em trabalhos acadêmicos e na vida do trabalhador, além de sua inserção no contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro.

1.1 O Trabalho como conceito

O conceito de trabalho que foi inicialmente utilizado neste estudo está relacionado à Revolução Industrial, cuja principal questão suscitada por esse processo foi impulsionar a formação de olhares e construir conceitos sobre o trabalho, no sentido que as relações de trabalho foram produzidas.

Ao fazer essa contextualização o trabalho transforma-se em uma definição e o trabalhador em uma categoria de análise, já que o trabalhador, dentro de sua perspectiva histórica, é quem dá sentido ao conceito de trabalho. Então, o trabalhador será tratado como a cerne do conceito de trabalho dentro de uma concepção histórico-social.

Para Ives Schwartz (2011), "trabalho" e “trabalhador” são conceitos dinâmicos, não se encaixando em uma simples definição. Para o autor, a definição só seria interessante e consistente se a mesma, por si só, tiver como pano de fundo uma perspectiva histórica e cultural. Portanto, a partir da afirmação de que o trabalho deve ser analisado de forma dinâmica e contextualizada, ocorre a aproximação com o “Homem” e surge a categoria do trabalhador, transformando o mesmo em um conceito e o trabalho em uma questão. Assim, afirmar que o conceito de trabalho se define desde os ancestrais de nossa espécie com os achados arqueológicos de ferramentas fabricadas, seria produzir efeito para a causa, já que “ferramentas” e “trabalho” são conceitos surgidos muito tempo depois.

A tentativa de simplificar o conceito de trabalho pelas ciências exatas e, em algumas situações, pelas ciências humanas, é feita através de conceitos definidos pela Revolução Industrial, onde as atividades industriais eram simplificadas e reduzidas a natureza humana como se fossem uma característica natural e não uma ação instituída pelo contexto. Autores clássicos de nossa história se ocuparam em conceituar o trabalho, a sua divisão, as suas formas, e seus pressupostos.

A Revolução Industrial apresentou as máquinas nos processos de produção. Entretanto, no contexto brasileiro, o homem continua sendo o motor do processo produtivo, caracterizado pelo trabalho simples e adestramento do trabalhador. Assim, o trabalho se transforma na questão que nos leva a refletir sobre o trabalhador.

Marx e Engels (2007) afirmam que a produção coincide com o homem, com o que e como esse homem produz. O mesmo se constitui como ser social por meio de suas atividades de trabalho, diferenciando o homem nesse universo que o diferencia de atividades biológicas ao criar o ambiente social, já que atividades biológicas mudam o ambiente por questões instintivas, enquanto o Homem com o trabalho partem de uma situação concreta, que depois de idealizada, se traduz em objetivos e se executa através do trabalho. O homem distingue-se dos animais pela consciência e pela construção da vida material.

A compreensão Marxista é de que esse trabalho é o produtor dos indivíduos e das sociedades através dos processos de ideação e objetivação e que, como explicado por Hegel, o trabalho é que viabiliza a satisfação carência do homem pela aquisição de produtos que suprissem essa falta. Na origem da construção de subjetividade, o homem na relação com a sociedade necessita ter consciência dessa falta, sendo essa a essência do trabalho para Hegel. Para o trabalhador escravo não é possível adquirir facilmente esta consciência, pois sua ideação é de inferiorização frente aos mesmos trabalhadores livres.

Portanto, o trabalhador fica mais pobre na medida em que produz riquezas, e a divisão do trabalho realizada para o aumento da produção coloca o trabalhador na condição de máquina ou como uma mercadoria barata, cujo valor se mede de acordo com a quantidade de produção que se pode obter dele. O “o que” se produz dentro de um período histórico de “como” se produz traz a coisificação do trabalhador como uma realidade.

Assim, essa realidade desvaloriza o Humano (MARX, 2010), transformando o trabalhador em algo secundário e não essencial. Considerando que este conceito que serve para o trabalhador livre, mas discorda-se com a presença do trabalhador cativo, que pela sua condição, já era coisificado.

Com o desenvolvimento da grande indústria e o desenvolvimento tecnológico decorrente da Revolução Industrial, o trabalhador ficou distante de atividades criativas, deixando de ser a base da produção, e reduzindo-se em uma atividade de regulação e supervisão. O distanciamento e a apropriação do tempo do trabalhador coloca a riqueza produzida não como uma necessidade humana, mas sim de uma atividade social determinada pelo capital.

Marx (2011) reflete bastante sobre a precarização do trabalhador que fica somente com tarefas simples e isoladas, como o trabalho mecanizado. Esta teoria foi também apontada por Smith (2017) que ressalta a insignificância do trabalhador. Como a escravidão precariza o cativo, também precariza o trabalho, e o trabalhador livre, devido a convivência com escravos, é sujeito do trabalho.

Marx (2011) e Smith (2017) pressupõem que com a chegada da tecnologia a seu nível máximo, uma sociedade com mais liberdade e igualdade poderia ser organizada, possibilitando maior desenvolvimento cultural, já que os trabalhadores poderiam se dedicar as suas essências mais criativas. Somente assim o trabalho adquiriria sua fase positiva a sua essencialidade.

Smith (2017) identificou a divisão do trabalho como a causa principal da riqueza das nações. Segundo o autor, essa divisão aumenta a habilidade do trabalhador de forma individual e reduz a tarefa, colocando-a como a única opção e habilidade da vida do trabalhador, fazendo com que ele necessariamente adquira uma grande destreza, que pode ser considerada de forma negativa para o entendimento do trabalhador:

Um homem que gasta toda a vida preenchendo um pequeno número de operações simples, cujos efeitos também são talvez sempre o mesmo ou muito parecido, não precisa desenvolver sua inteligência ou exercer sua imaginação buscar expedientes para remover dificuldades que nunca se apresentam; e assim se torna tão estúpido e tão ignorante quanto possível para uma criatura humana se tornar assim (SMITH, 2017).

O trabalhador não pode ser submetido a tarefas tão insignificantes conforme descrito pelo autor, pois a natureza humana produz mais que isso. O trabalhador, então, não poderia ser objeto do enriquecimento de nações a despeito de sua própria subjetividade.

Marx (1976) afirma que a fábrica naquele contexto fazia do homem um ser monstruoso, sacrificando algo que talvez pudéssemos chamar de subjetividade. A chegada das máquinas foi um marco que coloca o trabalho como um princípio regulatório no âmbito social, no qual o trabalhador perde sua centralidade, sendo que trabalho e trabalhador passam a ser definição, deixando de ser conceito. O trabalhador passa a ser um objeto resultante de um

conceito estático como se não houvesse uma relação que pudesse modificar o próprio conceito, e a monstruosidade do trabalho gerava um trabalhador monstruoso.

Singer (1986) aponta para a fundamental importância em ressaltar que nos processos de industrialização o trabalho não é mais artesanal, passando a ser executado por máquinas, causando uma mudança no papel do trabalhador para o processo produtivo, mudando de ativo para passivo. Esta relação ocorre já que as máquinas trabalham a despeito da presença ou não do trabalhador, simplificando muito as habilidades requeridas anteriormente pelo empregado da manufatura. Por outro lado, tal realidade leva o trabalhador a mobilizar sua criatividade para tentar melhor se adequar a essas mudanças, o que ocorre logo após a apropriação dessa criatividade pelo capital.

Nesta análise, concordamos com o autor supracitado, pois este combina a determinação abstrata do trabalho como uma capacidade para expressar a natureza humana através do processo laboral com as formas sociais existentes à produção de sua subsistência. Na década de 1840, na Europa Ocidental existiam camponeses ou artesãos, o autor entendeu, assim, que uma nova maneira de produzir estava se aproximando rapidamente.

O dono do capital encontra no mercado uma mercadoria especial na capacidade de trabalho ou força de trabalho (MARX, 1887). Nesta teoria, portanto, a capacidade dos seres humanos de trabalhar tem dois aspectos. O primeiro é o trabalho concreto, isto é, o trabalho realizado por uma pessoa que produz algo, um carro, um vestido ou uma garrafa de vinho, por exemplo. Este trabalho está por trás do valor de uso da mercadoria, para dirigir, para se vestir ou para beber. O segundo aspecto é o trabalho abstrato, que é a quantidade de tempo que uma pessoa trabalhou em algum objeto.

É esse trabalho abstrato que faz com que diferentes produtos sejam trocáveis entre si. Quando usamos dinheiro para pagar ou receber um pagamento, trocamos determinadas quantidades de trabalho humano. Portanto, não há diferença básica no sistema capitalista entre uma mercadoria produzida em uma fábrica e a mercadoria especial que faz parte do ser humano: a capacidade de trabalhar. Ambos são produtos e ambos têm valor de uso e valor de troca. O valor de troca do poder de trabalho é equivalente ao salário que os trabalhadores obtêm por vender sua capacidade de trabalho.

Então, os trabalhadores usam esse salário para comprar subsistência a fim de produzir a força de trabalho do dia seguinte. O valor de uso da força de trabalho é o que denomina-se trabalho concreto, ou seja, o que o trabalhador realiza como ofício. Todo o trabalho é, fisiologicamente, o gasto da força de trabalho humana que, em seu caráter de mão-de-obra

humana abstrata idêntica, cria e forma o valor de insumos. Logo, todo o trabalho é o uso desta força de trabalho em uma forma especial com um objetivo definido e nesse caráter de trabalho útil e concreto produz valores de uso. (MARX, 1887).

Marx (1887) usa essa diferença entre o resultado do valor de uso do poder da mão-de-obra, isto é, o produto que a mão-de-obra concreta gerará, e valor de troca, ou seja, o tempo de trabalho abstrato que os produtores usaram para produzir os bens, para explicar o lucro do capitalista. A diferença entre o valor que a força de trabalho de um trabalhador pode produzir durante, por exemplo, um dia e seu valor cambial -o salário durante esse dia – é denominada pelo autor como mais-valia, que é baseada nesta diferença, e dessa mais-valia, o lucro da empresa emerge.

Por trás da mais-valia há outro conceito de trabalho na teoria do capital: o conceito de mão-de-obra excedente. O autor usa esse conceito para mostrar que a mais-valia no sistema capitalista é apenas outra forma de mão-de-obra excedente. Nas sociedades escravas e nas sociedades feudais os escravos e os camponeses tiveram que trabalhar além do necessário para a subsistência porque o dono dos escravos e os nobres também viviam do trabalho.

Em todas as sociedades de classe existe alguma forma de trabalho excedente, cujas formas variam dependendo da forma que este é ocupado naquela sociedade. Neste contexto, Marx faz um ponto interessante sobre o desenvolvimento do conceito de trabalho abstrato. Para o mesmo autor, é apenas em uma economia capitalista que se pode "descobrir" a natureza abstrata do trabalho, porque o capitalista não se importa com o tipo de trabalho realizado, é apenas a quantidade de trabalho que está por trás do valor da produção da mercadoria.

Marx (1859) atribui o crédito por essa descoberta a Adam Smith, que "rejeitou todas as restrições em relação à atividade que produz riqueza - para ele era trabalho como tal, nem fabricação, nem comercial, nem trabalho agrícola, mas todos tipos de trabalho "(MARX, 1859). Portanto, Smith foi o primeiro a entender que o trabalho humano está por trás do valor que é produzido na economia capitalista.

Para Karl Marx (1976), a existência da mercadoria representa a essência nuclear do capital porque toda a produção do capital se transforma na mesma. Em primeiro lugar, a mercadoria é um objeto externo com valor de uso e busca satisfazer necessidades humanas, tem um valor de troca, ou preço, um vetor quantitativo que nos faz supor uma substância que não será imperceptível imediatamente. O trabalho humano, conceituado pelo autor como trabalho abstrato, é entendido como uma simples canalização de energias do homem, de forma física e intelectual.

Dessa forma, toda mercadoria está impregnada de trabalho abstrato dentro de sua essência, sendo expressa no valor da troca através do dinheiro. No entanto, possui outra face que Marx (1976) denomina trabalho concreto, que se manifesta através do valor de uso. Para a população carioca composta em sua maioria de escravos, o homem também é mercadoria.

Dentro da ótica do trabalho abstrato, os seres humanos transformam-se de acordo com o desenvolvimento de seus métodos de trabalho, seus aspectos físicos, psicológicos e suas necessidades sociais. A capacidade dos seres humanos para trabalhar é, portanto, a força básica através da qual eles mudam tanto o mundo à sua volta quanto a própria natureza.

No entanto, o trabalho abstrato pressupõe uma realidade social onde o homem desenvolve livremente a sua capacidade de produzir tanto a sua subsistência como a si próprio, o que não acontecia com todos os trabalhadores no Rio de Janeiro. O trabalho concreto é o que Marx (1976) define como trabalho alienado e somente a criatividade, principal característica do trabalhador, poderia salvá-lo dessa alienação se não fosse cooptada pelos processos do capital. Isso explica a enorme herança cultural que os trabalhadores cariocas nos deixaram.

A base dessa nova forma de produção foi, de um lado, a relação entre a propriedade privada e o proprietário dos meios de produção de um lado e os trabalhadores "livres" que eram obrigados a vender sua capacidade de trabalhar, do outro lado. Esta é a base do que Marx (1976) denomina trabalho alienado.

De acordo com o mesmo autor, a capacidade humana da produção criativa será, nessas circunstâncias, transformada em trabalho alienado porque esse tipo de trabalho é "externo". Para o trabalhador, não pertence à sua natureza intrínseca que em seu trabalho negue-se em vez de auto afirmar-se (MARX, 1844), ou seja, desprovido de criatividade, o trabalhador não produz subjetividade e nem valores abstratos.

Portanto, esse tipo de trabalho é não a satisfação de uma necessidade, é apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele. O caráter emerge claramente no fato de que, assim que não existe nenhuma compulsão física ou outra, o trabalho é evitado como a praga. Como resultado, o trabalhador só se sente livre em suas funções fisiológicas básicas como comer, beber, procriar, habitação, vestir-se etc., sendo que em suas funções humanas, ele não se sente mais do que um animal.

Essa alienação é expressa de várias maneiras. O assalariado está alienado do resultado de seu trabalho, que agora pertence ao capitalista. Também está alienado do processo de trabalho concreto e de outros trabalhadores através da competição para obter um salário. Ainda

no caso da convivência com o trabalhador escravo, há a competição por um local de trabalho, já que nas indústrias que se iniciam no Rio de Janeiro, havia trabalho escravo.

Se a base da vida dos seres humanos é a capacidade criativa de trabalhar e produzir a subsistência de que precisam, essa capacidade criativa de trabalhar também deve ser a base do processo histórico da humanidade. Desta forma, o conceito de trabalho caracteriza-se como o fundamento da história das sociedades. Na chamada concepção materialista da história, o conceito de trabalho é colocado no contexto de conceitos como a base econômica da sociedade, sua superestrutura legal e política. Dessa forma, as forças ,em conjunto, constituem modos especiais de produção.

No entanto, o autor aponta esses conceitos sociais sobre a capacidade humana de trabalho quando ele, por exemplo, escreve que a premissa básica de toda existência humana e, portanto, de toda a história é que os homens devem estar em condições para poder "fazer história". Portanto, o primeiro ato histórico é a produção dos meios para satisfazer essas necessidades. Marx (1987) discorre ainda sobre as circunstâncias de trabalhar como força de trabalho no sistema capitalista e concomitantemente não se perceber como agente ou ator dos processos conceituados de trabalho. O autor compreende que o dono do capital que quer começar a produzir necessita ter sorte o suficiente para encontrar no mercado uma mercadoria, cujo uso possui a propriedade peculiar de ser uma fonte de valor e cujo consumo real é em si mesmo uma encarnação do trabalho e, conseqüentemente, uma criação de valor.

Marx (1863) também aborda o conceito de trabalho, apresentando a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo e definindo a diferença do ponto de vista da produção capitalista: “o trabalho produtivo [...] reproduz não só esta parte da capital (ou o valor de sua própria força de trabalho), mas também produz mais-valia para o capitalista. [...] somente que o trabalho assalariado é produtivo, o que produz capital” (MARX, 1863,).

Logo, o trabalho que produz valor para a sociedade é a mais-valia do trabalhador para o dono dessa força, o dono do capital que, do ponto de vista do autor pode ser considerado como um trabalho produtivo e todo o trabalho na sociedade que não produz valor para o sistema capitalista deve ser considerado improdutivo.

Acreditamos, outrossim, que não é o trabalho em si mesmo ou quão valioso seus resultados são para pessoas ou sociedade que tornam o trabalho produtivo ou improdutivo, e sim o valor que o trabalhador dá ao seu significado e sentido.

É o trabalho que contribui para aumentar o capital que é produtivo na sociedade capitalista. Uma conclusão desta visão geral dos conceitos de trabalho de Marx, diz respeito à

mudança de sua conceituação, de acordo com o contexto histórico que foi discutido. No entanto, há continuidade entre a discussão de Marx sobre o trabalho como uma atividade livre e criativa que diferencia os seres humanos de outros animais, sobre o conceito de trabalho alienado e a ideia de que o trabalho humano é a base do processo histórico, resultante da discussão madura do autor sobre a força de trabalho do trabalhador assalariado.

A diferença entre esses vários conceitos de trabalho é que estão situados em diferentes níveis de abstração. O primeiro conceito, o trabalho como uma atividade livre e criativa, é uma determinação antropológica abstrata dos seres humanos. Na concepção materialista da história, Marx (1852) torna esta determinação geral o fundamento do processo histórico, o que significa que "os homens fazem sua própria história" como agentes criativos, mas não como eles querem, "não em circunstâncias auto selecionadas, mas em circunstâncias já existente, dado e transmitido a partir do passado" (MARX, 1852).

Na discussão do trabalho alienado, Marx analisa o que aconteceria com a determinação antropológica dos seres humanos em uma sociedade onde o trabalho é realizado por trabalhadores assalariados. Em sua teoria sobre as "leis do movimento" do sistema capitalista ele usa várias concepções de trabalho, desde a transformação do trabalho ao trabalho assalariado, valorização do trabalho concreto, o trabalho abstrato, as relações entre o excedente de mão-de-obra e a mais-valia, até os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo da perspectiva da expansão do capital.

Portanto, pode-se dizer que o conceito de trabalho é muito importante em muitos textos de Karl Marx e que existem conceitos diferentes, mas estreitamente relacionados, em sua teoria do trabalho. Também é importante notar que o objetivo básico do autor com seu próprio trabalho teórico e prático era contribuir com o que ele chamou de "emancipação do trabalho" (MARX, 1974). Segundo o autor, em uma sociedade na qual uma parte de seus habitantes está subordinada à outra parte, o trabalho nunca pode ser uma "atividade livre e criativa". Outrossim, o trabalhador dará significado e sentido criativo ao seu trabalho, de certa forma criando e se libertando das armadilhas da mais-valia.

Outro autor que abordaremos nesse trabalho é Émile Durkheim¹, especialmente na obra *Da Divisão Social do Trabalho*, que teve sua primeira edição em 1893. Nessa obra o autor

¹ Émile Durkheim (1858- 1917) iniciou seus estudos filosóficos na Escola Normal Superior de Paris. Embora sua obra versasse muitas vezes a respeito dos fenômenos religiosos (assim como outros fenômenos com a criminalidade e o suicídio) pensados a partir de fatores sociais e não divinos isso não fez com que ele se afastasse da comunidade judaica. Ainda que formado em filosofia sua obra inteira mostra-se voltada para a Sociologia, área onde de fato tornou-se amplamente reconhecido. A inexistência do ensino regular de Sociologia na França parecia dever-se ao fato de conceberem que a Sociologia era a forma científica do socialismo. Durkheim decide-se então

não coloca o trabalho como questão central, aborda o tema inserido na questão da coesão social que é entendida como a forma que estão definidas e estabelecidas as estrutura sociais, se a maioria dos cidadãos respeita a lei, os direitos e valores humanos e compartilha o compromisso de manter a ordem social (DURKHEIM, 1893).

Para o autor, existem fenômenos sociais que devem ser demonstrados e analisados através de técnicas específicas sociais. Além disso a sociedade era algo que estava inicialmente fora do homem e era introjetada através do que se adota como valores e princípios morais, pois as pessoas se educam influenciadas pelos valores da sociedade onde vivem. Esta sociedade é estruturada em pilares que se apresentam através de expressões, conforme o seu conceito de estrutura. Na *Divisão do trabalho social* (1893) ele afirma que ,em uma , cada indivíduo exerce uma função determinada, seguindo direitos e deveres, em busca da solidariedade social. Desta forma, pode-se chegar progresso e avanço para todos.

Em vista da frase "divisão de trabalho", Durkheim estava principalmente interessado no conceito de divisão que as tarefas são divididas e , em vez do conceito de trabalho, vê a divisão do trabalho como um processo biológico geral, começando com a introdução da própria vida na Terra. A divisão social do trabalho é apenas um caso especial deste processo, que "governa o mundo inteiro" (Durkheim, 1980).

De acordo com Aron (1987), a existência de diferentes profissões e de múltiplas funções das atividades laborais é o resultado de solidariedade mecânica que pode ser desintegrada e segmentada, que resultando na diferenciação social que o autor prioriza. As distinções importantes são feitas entre tipos de sociedades e para entender a posição da divisão do trabalho na teoria de Durkheim precisa-se olhar para essas distinções, cuja mais importante é a de dois tipos de Solidariedade: mecânica e orgânica.

Para Durkheim (2007), em uma sociedade orgânica, o fato social, protegido pela coesão social, está relacionado ao que precede a existência humana, sendo algo que já encontramos e que todas as ações são recebidas pela educação. Existem maneiras de agir que estão fora da nossa consciência individual que nos são dadas de maneira imperativa, coercitiva pela força que se impõe.

por ir a Alemanha realizar seus estudos nessa área. Emile Durkheim é um ícone quando o assunto é Sociologia e o próprio pensamento social. Sendo considerado um dos pais da Sociologia Moderna, Durkheim foi pioneiro também em combinar pesquisa empírica e teoria sociológica, fazendo com que seu nome figure também como fundador da escola francesa. Seu reconhecimento é bastante amplo também dado o prestígio adquirido enquanto teórico do conceito de coesão social. Fonte: <http://www.sociologia.com.br/emile-durkheim/>

Essas maneiras de agir e de pensar que são exteriores ao ser individual são produtos de subjetividade, mas que se apresentam de forma orgânica, organizada pela coesão social. Assim, temos a ilusão que nós mesmos as produzimos, sendo vítimas de uma ilusão que nos faz crer que elaboramos nós mesmos o que nos é imposto de fora.

Embora não seja explícito, pode-se fazer um paralelo com o conceito de subjetividade, que entende que somos subjetivados por hábitos que encontramos que nos anestesiaram, e acabam ficando internalizados. O que Durkheim (2007) define como coesão social, produzida pelo fato social e a produção coletiva. Dessa forma, as maneiras de agir coletivamente se destacam de forma bastante distinta do agir individual e da forma que se manifesta.

O fato social se caracteriza pelo poder de coesão externa que exerce e a presença do fato social é caracterizado pela presença de algo que garanta o exercício como uma forma de forçar o indivíduo a cumprir. O conceito de trabalhador é produzido pela coesão social e o trabalho pode ser considerado fato social.

Como a lei expressa a moralidade, Durkheim aplica tipos de leis como medidas das diferentes formas de solidariedade. A solidariedade mecânica é generalizada quando a lei penal expressa em sanções repressivas que infringem danos de uma forma ou de outra sobre aqueles que o ofendem.

Cada um corresponde a uma certa forma de sociedade, a saber, a solidariedade mecânica nas sociedades mais primitivas e a solidariedade orgânica das sociedades avançadas. Na solidariedade mecânica, os indivíduos são submetidos aos mesmos valores e normas em uma "consciência coletiva". Os membros são incorporados nestas de forma tão forte que não se pode afirmar que existem indivíduos; cada agressão contra as normas da consciência coletiva é punida severamente. Indivíduos são encaixados no grupo de forma mecânica, que é natural e sem reflexão. A sociedade mais avançada tem, no entanto, um caráter bastante diferente nesta consideração básica.

O desenvolvimento da divisão do trabalho leva à solidariedade orgânica que, em contraste à mecânica, se baseia nas diferenças entre as pessoas emergindo ocupações novas e fortemente especializadas e muitas outras funções sociais são diferenciadas de entre si. Aqui, o indivíduo surge através das pessoas em sua especialização sendo diferenciados de outras pessoas, mas, ao mesmo tempo, os indivíduos tornam-se dependentes uns dos outros.

A solidariedade social não constrói mais sobre o comum e é estritamente protegido da solidariedade mecânica, mas é baseado na dependência dos indivíduos entre si em um sistema

de funções especializadas, que surgiu com a divisão de trabalho nas sociedades avançadas - solidariedade orgânica.

Mesmo que a função da divisão do trabalho seja preencher a necessidade social de solidariedade nas sociedades, segundo Durkheim, não é a razão do seu desenvolvimento. Ao explicar a divisão de trabalho, o autor emprega os conceitos de densidade e volume de uma população. No desenvolvimento para as sociedades avançadas, mais e mais segmentos são abertos, resultando em relações crescentes entre pessoas. A partir disso, a crescente densidade moral na sociedade acompanha a densidade material na forma de meios de comunicação.

Para Durkheim (2007), o indivíduo nasce da sociedade e não a sociedade do indivíduo, sendo entidades separadas e ,por essa razão, o pensamento social do autor está centrado na ideia de que há a prioridade do todo sobre as partes, ou o conjunto de que se denomina sociedade é irreduzível no que tange a soma dos elementos. A sua forma de entendimento de sociedade era generalista e bem próxima ao positivismo, atendendo a totalidade dos fatos históricos, método conhecido como funcionalista. O resgate do funcionalismo de Durkheim (2007) é interessante para um olhar inicial e generalista dos períodos ora estudados, pois o trabalhador é o fato social.

Outro autor importante para o nosso estudo é Max Weber,² que aborda o entendimento de sociedade de forma diferente do funcionalismo de Durkheim, já que prioriza a compreensão dos fatores relativos ao individual em vez do geral através do método comparativo, afirmando que o comportamento das instituições nas sociedades não pode ser entendido isoladamente.

Para Weber (1982) a sociedade está dividida em esferas sociais que são criadas pela divisão social do trabalho. Segundo este autor estas esferas são autônomas, mas não são independentes nelas se dão as relações sociais. Essas esferas são constituídas por um conjunto de ações sociais através de processos autônomos que vão dar sentido às ações individuais, onde só o próprio indivíduo realiza as ações que só tem sentido se forem orientadas para outro indivíduo.

Não há a necessidade de reciprocidade, pois o outro indivíduo pode não saber a intenção da ação. Para o autor as ações sociais são quatro: ação social tradicional; ação social afetiva; ação social racional quanto aos valores; e ação social racional quanto aos fins.

² Max Weber, (1864 – 1920) Sociólogo alemão e economista político. A profunda influência de Weber na teoria sociológica decorre de sua exigência de objetividade nos estudos e de sua análise dos motivos por trás da ação humana. Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Max-Weber-German-sociologist>

A ação social tradicional é realizada sem pensar ou perceber a mesma, de forma automática. A ação social afetiva é caracterizada pela participação mais efetiva do indivíduo com respostas emocionais em sua maioria, como as relações familiares. A ação racional com relação a valores é constituída de valores sociais a partir de códigos éticos que o indivíduo valoriza. E por fim, ação racional tem como objetivo a finalidade da mesma e os meios para sua realização, também a partir de um código de ética que pauta a ação.

Weber (1982) afirma que não há possibilidade de relação social sem dominação que determine as esferas de ação humana. É essa dominação que é a maior característica da sociedade, pois garante sua existência, e o indivíduo segue a ordem de dominação acreditando que realiza a sua própria vontade. Existem, para o autor, três tipos de dominação legítima: legitimação tradicional, legitimação carismática e legitimação racional. Em que a burocracia é a forma de dominação legítima e racional, que é baseada na crença da legalidade ou forma racional da ordem social, onde a dominação é exercida com maior eficácia e é a organizadora do mundo do trabalho em sociedades mais complexas.

Weber nos oferece mais de um conceito de trabalho: o primeiro aparece na Ética Protestante e no Espírito do Capitalismo em 1905, o segundo e o terceiro em Economia e Sociedade em 1922 e não são compatíveis.

No primeiro conceito de trabalho, Weber constrói um tipo ideal de espírito do capitalismo como um ethos deste sistema econômico que tem raízes na religião protestante. O Movimento protestante, segundo o autor, é determinante na concretização desse ethos econômico, justificando determinados comportamentos na religião protestante que possibilitam o desenvolvimento do capitalismo.

Existem várias formas de capitalismo na história, esta seria a forma moderna desenvolvida que especificamente se caracteriza pela organização racional do trabalho, considerado formalmente livre trabalho. Essas ideias enfatizam que o indivíduo tem o dever de aumentar o capital que ele ou ela possui e não pode desperdiçar recursos em uma vida de luxo.

A vida na cultura capitalista deve ser um dever, um chamado para trabalhar pelo bem do próprio trabalho, um chamado no sentido de um domínio bem definido para trabalhar, sendo uma tarefa que define a vida de alguém. Esse traço é central para o espírito do capitalismo do mundo ocidental, nunca sendo visto antes em qualquer outro sistema social. Vale a pena notar isso quando se reflete nos conceitos de trabalho de Weber, onde há comentários bastante extensos sobre a etimologia e o desenvolvimento do significado da palavra profissão. O

interesse de Weber não está no espírito do capitalismo moderno em si, mas em suas conexões com ideias do protestantismo.

O segundo conceito é apresentado na obra *Economia e Sociedade* em 1922, e o termo trabalho é usado sem esse sentido moral ou, como Weber (1991) diz, em uma “ética incolor”, onde também é traduzido como “ocupação”, não “profissão”. O termo será aplicado ao modo de especialização, especificação e combinação das funções de um indivíduo na medida em que constitui para ele a base de uma oportunidade contínua para receita ou ganhos”. Ele, então, continua a discutir diversas variantes de estruturas em tempos diferentes. Weber usa o mesmo termo, profissão, por dois diferentes conceitos.

Um terceiro conceito de trabalho é apresentado como parte do desenvolvimento de Weber de uma sociedade especificamente sociológica, em vez de econômica. O conceito de trabalho é apenas uma pequena parte desta constelação conceitual. Na enorme maioria dos conceitos, tipologias e definições dentro da sociologia econômica, o conceito de trabalho desempenha um papel insignificante.

Vamos seguir alguns dos tópicos envolvidos no conceito. Em primeiro lugar, o autor define as categorias sociológicas da ação econômica. Nesta série de conceituações, temos uma primeira ação economicamente orientada, o que significa que o ator dá ao ato o significado de satisfazer um desejo de utilidades; então ação econômica é definida como “qualquer exercício pacífico do controle de um ator sobre os recursos que é em seu impulso principal orientado para fins econômicos” (WEBER, 1978); sendo ainda mais racional ação econômica que envolve o planejamento deliberado (racionalidade instrumental).

O traço conceitual envolvido no conceito de trabalho é a distinção entre economia e tecnologia. A técnica envolve os meios para atingir os objetivos de uma ação enquanto a ação econômica diz respeito aos fins de uma ação. Existem três tipos de divisão do trabalho, técnico, econômico e social.

Em suma, Weber usa três conceitos diferentes de trabalho em suas análises. Em *A Ética Protestante e o Espírito de Trabalho do Capitalismo*, o trabalho é como parte do tipo ideal do puritanismo protestante, bem como do espírito do capitalismo moderno. Portanto, não é um conceito geral, mas ajustado aos requisitos desse ideal tendo um alcance bastante limitado.

O segundo conceito se afasta do ethos econômico do protestantismo e se aproxima mais do que podemos chamar de ocupação, relacionado a forma de especialização e da forma específica como as funções do trabalhador se combinam. O terceiro conceito é apresentado dentro de aspectos sociológicos, onde fica restrito a uma parte de um mapa conceitual maior.

Para esse estudo, Hannah Arendt³ (1958) colabora com o conceito de condição humana, apresentando o que é genérico e específico dessa condição, através do entendimento das atividades de labor, trabalho e ação que compõe a *vita activa* que a autora considera atividades fundamentais da humanidade.

O labor está relacionado aos processos biológicos, o trabalho é aquele que produz a artificialidade da existência do homem, produzindo um mundo artificial que modifica o ambiente natural. Para a autora, as ações são atividades exercidas diretamente entre os homens sem interferência de coisas, sendo a condição humana da pluralidade, e o maior requisito da vida social, a liberdade do homem na sociedade.

Arendt (1958) corrobora com Marx (2011) no que diz respeito a produção e da modificação da sociedade através da idealização do trabalho, diferente nos animais. Mas, no que tange ao processo social do trabalho, se afasta de Marx afirmando que os processos de ação que compõe a *Vita activa* colocam o trabalhador longe do mundo artificial construído pelo trabalho.

De acordo com a autora, somente o discurso produzido pela ação é o fator de diferenciação humana. Os homens como seres plurais que vivem e se movimentam na sociedade é que dão significado ao trabalho, através da linguagem de narradores capazes de captar, interpretar e entender os sentidos sociais através do discurso.

Se o narrador desse discurso for o próprio trabalhador, a diferenciação se constrói. Mas, nesse estudo, o narrador dos discursos que constroem a subjetividade são as imagens produzidas pelo olhar de quem representa o Estado. Esta se encontra em consonância com o pensamento de Arendt (1958), quando a autora afirma que pensamentos e palavras só ganham significado e sentido quando são transformados em coisas e busca-se captar esse sentido no olhar do fotógrafo que traduz a percepção da sociedade sobre o trabalhador.

Para a autora, na modernidade, a chegada da tecnologia no mundo do trabalho não se relaciona apenas ao trabalho que traz a capacidade de ideação do trabalho e de sua objetivação. Sabe-se que a tecnologia é produzida pelo trabalhador, mas as máquinas e a tecnologia produzidas também idealizam o trabalho. Assim, o trabalhador perde a exclusividade no processo de produção, desprendendo-se da essência que Marx e Hegel preconizaram.

³ Hannah Arendt (1906-1975) foi uma das principais pensadoras da política no século 20, mas sua obra inspira estudos em outras áreas, entre elas a Educação. Poucos intelectuais atuaram tão diretamente em seu tempo como Arendt, que foi vítima, ainda jovem, da grande perseguição nazista. Como uma filósofa (designação que a desagradava) interessada em particular no fenômeno do pensamento e no modo como ele opera.

O trabalhador, segundo Arendt, é o construtor de um grande trabalho individual definido pela sua perenidade no mundo do trabalho. Para a autora, labor cria o mundo comum e o trabalhador ,através do trabalho, mantém os elementos criados pelo labor, que correspondem aos processos biológicos do corpo do trabalhador, onde o crescimento, metabolismo e decadência estarão relacionados às necessidades biológicas vitais. A condição humana do labor é a mesma da vida. O trabalho é , para a autora, a atividade que corresponde a processos antinaturais para o trabalhador e não estão contidos na repetição do ciclo da vida e da preservação da espécie.

O trabalho cria um mundo de coisas artificiais diferentes de qualquer coisa de natureza biológica e natural, sendo a sua condição humana ligada a mundanidade que só se entende o sentido quando o trabalhador produz algo importante que leva o mesmo a uma condição de obtenção de reconhecimento social. A autora coloca os processos de produção longe de ser essência, mas sim de condição: O *Animal Laborans*, que vive como um coletivo, mas não é observado pela meio social e o *Homo Faber* que está pronto para sua participação no meio social, embora possa não ter participação política, onde a troca do seu trabalho possa trazer reconhecimento e posição social.

O trabalhador no Segundo Império é o *Animal Laborans*, mas vai evoluindo para *Homo Faber* a partir dos processos de liberdade do trabalhador e da modernização no Brasil. Para Arendt (2009), o conceito marxista de trabalho para *animal laborans* está mais adequado ao que a autora chama de *Homo Faber*.

A autora afirma ,também, que o trabalhador dentro da ótica marxista somente atua em razão dos interesses de classes ou grupos, não levando em consideração os motivos individuais. Marx e Arendt concordam na construção da individualidade (não individualismo) do trabalhador, a diferença é que Marx (2011) afirma que não havia possibilidade sem uma revolução, dentro do modo de produção capitalista.

A partir da problematização dos conceitos marxistas em oposição a outros grupos de esquerda, Cornelius Castoriadis⁴ (1978) procurou formular uma nova teoria baseada no conceito de "autonomia". Segundo o autor, a abordagem de trabalho nas teorias marxistas é reducionista, pois se concentra na relação entre teoria e prática na qual a teoria é "fazer, o

⁴ Cornelius CASTORIADIS (1922-1997) estudou Filosofia, Economia e Ciência Política em Atenas. Fixou-se em França em 1945 e foi co-fundador da revista *Socialisme ou barbarie*, órgão de crítica quer à burocracia estalinista quer ao capitalismo, no qual se esboçavam formas de organização social alternativas. Economista na OCDE entre 1948 e 1970 e diretor de estudos na EHESS, é autor de várias obras de notável coerência e fôlego que influenciaram o pensamento sociológico e político europeu.

sempre” e a *praxis* é “um fazer em que o outro ou os outros se destinam como autônomos”, trazendo o conceito de *elucidação* a nossa reflexão traz como noção central que o trabalho é o meio pelo qual os trabalhadores tentam pensar sobre o que fazem, relacionando-se entre teoria e *praxis*: a teoria como um fazer elucidado e a *praxis* como uma ação elucidada, sendo inseparáveis.

Castoriadis aponta para, que segundo ele, seriam contradições. Indica, inicialmente, o valor de uso que para Marx refere-se às propriedades físicas do objeto, desvinculado do trabalho humano de forma imediata. Esta seria dentro do modo de produção capitalista, uma constituição material, formando a base do que os marxistas denominam valor de troca. Os valores de uso da mercadoria são diversos e, por terem diversos atributos, são em síntese incalculáveis, possuindo valores iguais, diferenciando-se somente na sua forma quantitativa, que só possui valor de troca pela quantidade e qualidade de trabalho que possa ser agregada ao objeto.

Castoriadis (1978) evidencia o trabalho concreto como elemento responsável pelo surgimento do valor de troca. Ou seja, o trabalho concreto é formado pelo seu oposto, o trabalho humano abstrato, o valor desse trabalho que está representado no objeto ou produto. O autor apresenta ainda a particularidade de que o trabalho concreto só possui valor pela contradição de sua formação, o trabalho abstrato do trabalhador.

Apresenta-nos também a base filosófica aristotélica em que toda a formação de valor fornecida pelo trabalhador é idêntica para todos os objetos produzidos, ou seja, o trabalho seria o balizador da igualdade do trabalhador e de todas as mercadorias produzidas. O que serve plenamente para entendimento do trabalho em uma estrutura social escravocrata e, também, para as continuidades e rupturas históricas desse estudo.

O valor do trabalho está contido na mesma quantidade que o valor de uso e o valor de troca, ou seja, na mesma substância. Para os Marxistas, os valores de uso das mercadorias são diversos e possuem valor qualitativo que pode ser incalculável. No caso dos valores, são qualitativamente iguais e quantitativamente diferentes. De que forma? Enquanto valor da mercadoria é divisível quantitativamente, e igual a todas as outras de mesmo valor quantitativo, mas com um olhar universal.

Em sua essência é caracterizado pelo valor de troca, que é determinado pelo quantum de trabalho que está contido, ou seja, pelo o que a força de trabalho do trabalhador, caracterizadas pela qualidade, essência e especialidade ou, como prefere Castoriadis (1978), pela substância. Portanto, o valor de troca não tem somente uma proporção meramente

quantitativa, mas tem uma proporção substancialmente qualitativa, que está de forma contraditória inserida no valor de uso.

Pierre Bourdieu⁵, consagrado cientista e pesquisador na segunda metade do Século XX é outro autor importante para este trabalho. O autor nos apresenta o conceito de *Habitus* que é um sistema subjetivo “de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e de ação que são comuns a todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe” (Bourdieu, 1994). Portanto, é a interiorização das normas e valores que existem para além das próprias representações sociais.

Estas são introjetados de forma inconsciente e esse conceito pode ser entendido de forma paralela a outra categoria introduzida pelo autor, o conceito de Campo, que de certa forma faz uma conexão com a ideia de esfera de Max Weber, sendo análogos aos conceitos de classe de Karl Mark. Para Bourdieu, as classes formam o campo que para o autor é uma categoria que busca caracterizar a autonomia de certos espaços de dominação e disputa interna.

O campo é o locus de análise das formas de dominação de um determinado espaço social ou classe e é o espaço onde ocorre a introjeção do habitus, que é construído dentro de um espaço ou campo específico: cultural, econômico, educacional, científico, etc. onde os agentes que dominam esse campo são os que possuem maior capital: cultural, econômico, educacional, científico, etc. Todas as formas de capital são objetivadas e incorporadas na medida em que o indivíduo vai atuando dentro da sua classe.

Bourdieu é conhecido como pensador do construtivismo estruturalista, pois afirma que existem na sociedade estruturas objetivas que orientam, até mesmo de forma coercitiva, as representações dos indivíduos, ou agentes. Contudo, essas estruturas são construídas e da mesma forma se constroem, o que o autor chama de *habitus*.

Bourdieu (1994) aproxima a sociologia da psicologia, porque tenta eliminar uma oposição que se constituiu entre o objetivismo e o subjetivismo, colocando ambos em uma relação dialética entre as estruturas objetivas. Esta oposição também pode ser observada como coercitivas no que tange as representações do que o autor chama de agentes, mas na vida cotidiana de forma subjetiva que, segundo o autor, reproduz-se também alimentando a estrutura e o *habitus*.

⁵ Pierre Félix Bourdieu (1930-2002) nasceu em Denguin, França, no dia 1 de agosto de 1930. Durante as décadas de 60 e 70, Bourdieu se dedicou às pesquisas como etnólogo que revolucionaram a Sociologia. Foi considerado um dos mais importantes intelectuais de sua época. Tornou-se referência na Antropologia e na Sociologia, publicando trabalhos sobre educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística, comunicação e política. Fonte: https://www.ebiografia.com/pierre_bourdieu/

Como já dito, o conceito de *habitus* se relaciona paralelamente ao conceito de Campo nas teorias de Bourdieu, por ser uma questão central do seu pensamento a forma como se incorporam às estruturas sociais, como se reproduzem e ,ao mesmo tempo, legitimando-as. São estruturas estruturantes, onde se configuram a questão dialética entre subjetivismo e objetivismo já mencionados, ou seja, superando o objetivismo característico do estruturalismo e tentando superar o subjetivismo fenomenológico, com foco no olhar que o autor chama de praxiológico para que ,dessa forma, possamos entender o social incorporado (subjetivado) e o social objetivado.

Vale a pena ressaltar que a sociedade, para o autor, se apresenta em duas formas: nos corpos e nas instituições. O Social é incorporado (*habitus*) através das práticas empíricas e relacionais ligadas ao campo social no qual o agente está inserido. Ressalta-se que essas disposições não são engessadas e cristalizadas, pois podem ,e devem, evoluir considerando que sempre viveremos novas experiências e o *habitus* vai evoluir em função das necessidades.

Esse social incorporado se relaciona à maneira de agir, andar, falar, vestir-se e de comportar-se de forma geral, que são os elementos mais íntimos de constituição de uma pessoa, ou, como prefere o autor, sua *Hexis* corporal, de forma naturalizada (BOURDIEU,1980).

A abordagem de Bourdieu se coaduna com o universo interdisciplinar e com a pluralidade que caracteriza esse trabalho e converge com a psicologia na ideia do *habitus* como estruturante de formação de personalidade, admitindo a construção do que a psicologia chama de subjetividade através da construção social. E atuando de forma análoga as teorias histórico-culturais que também discutiremos nesse trabalho.

Na psicologia existe uma corrente de pensamento denominada histórico-cultural em que o principal expoente é Lev Semenovitch Vygotsky⁶. Para este autor, o desenvolvimento do homem está centrado no processo histórico-social e no seu desenvolvimento individual. Este processo se dá na interação com o meio, onde o sujeito é interativo e se desenvolve a partir de relações com o meio e com a forma de internalização desses processos de interação.

Segundo o autor, é na dialética com o meio que as funções sociais e o conhecimento são assimilados. Na psicologia da educação o professor tem o papel de desenvolver os alunos

⁶ Lev Semeyonovich Vygotsky (1896- 1934) foi um psicólogo, proponente da Psicologia cultural-histórica. Pensador importante em sua área e época, foi pioneiro no conceito de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida. Veio a ser descoberto pelos meios acadêmicos ocidentais muitos anos após a sua morte, que ocorreu em 1934, por tuberculose, aos 37 anos.

através da zona de desenvolvimento proximal, onde aprende com o outro aquilo que o meio social produz.

Apesar do foco desse trabalho não ser a educação, traçando um paralelo com a formação de subjetividade nesse aporte da psicologia, vemos que na zona de desenvolvimento proximal se forma a subjetividade e, no nosso caso, a do trabalhador, onde o professor é substituído pelos atravessamentos sociais que formam o trabalhador. Ou seja, o trabalhador não é apenas o sujeito do trabalho, mas é aquele que aprende com o outro trabalhador o que o mundo do trabalho produz.

Para Vygotsky (2007), o desenvolvimento real é aquele que o trabalhador já tem adquirido basicamente para o mundo do trabalho. O conhecimento tácito, ou habilidades inatas, e o desenvolvimento potencial é a capacidade de aprender e desenvolver-se com outra pessoa e com o meio. Dessa forma, ocorre a interação entre o que o trabalhador tem como tácito e a sua capacidade de se subjetivar com o meio, se dá no que ele chama de zona de desenvolvimento proximal, que é a distância entre o desenvolvimento real e o potencial.

Vygotsky (2007) relaciona o marxismo à psicologia, onde a psicologia está fundamentada no método materialista dialético no qual acredita-se que as funções psicológicas superiores produzem história e cultura. Essa relação se coaduna com conceito da essencialidade do trabalho de Engels, e na universalidade do conceito de trabalho marxista, quando afirma que o homem modifica a natureza em sua volta através do trabalho, e dessas mudanças são provocadas são criadas condições naturais para sua existência e para a modificação de si mesmo em sua relação dialética.

Para o autor, o trabalho humano é fundamental para o desenvolvimento humano e para o desenvolvimento de sua consciência e de suas capacidades, pois é quando homem interage com a natureza que se humaniza, formando sua consciência através do trabalho. Os processos psicológicos do homem, e por sua vez do trabalhador, acontecem inicialmente no âmbito social e depois se individualizam, sendo socioculturais. Ou seja, são relações do trabalhador com o mundo do trabalho, já que, segundo ele, os seres humanos são formados no mundo do trabalho e pelo mundo do trabalho, modificando a natureza e sua própria natureza.

Suas características estão refletidas no seu produto, afirmando que a produção do trabalhador dentro do mundo do trabalho é a forma de constituição de sua própria consciência. Conforme Vygotsky (2007): “A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana”.

A cultura faz a mediação entre a formação do gênero humano e a sua formação individual, onde o ser humano se afasta do biológico e começa a se submeter às leis sociais, passando ao histórico propriamente dito e que, conforme Leontiev (1978) e Vygotsky (2007), deve se apropriar da cultura e que, segundo os dois autores, acontece através da atividade do trabalho que é social, pela sua própria natureza, essencial e universal.

A questão fundamental para essa apropriação, para Vygotsky, é a linguagem, pois através dela se dá a transmissão do conhecimento universal da humanidade, através da fala social, se interiorizando através do pensamento. A linguagem que faz a relação do trabalhador com o mundo do trabalho se dá por meios e instrumentos criados pelo próprio trabalhador em situação análoga as funções psíquicas que operam para resolução de problemas (lembrar, escolher, relatar, ensinar, aprender, sentir, agir), criados através de signos linguísticos contidos na linguagem que são responsáveis pela humanização e subjetivação do trabalhador.

Os signos da linguagem, as palavras, são instrumentos do psiquismo e que, conforme Jacques Lacan (1980), são estruturantes e formam o inconsciente humano. Estes são criados conforme a necessidade humana de simbolizar coisas diferentes em diferentes contextos.

Na visão da psicologia histórico-cultural o trabalho constitui e é constituinte do homem, promovendo a passagem do homem biológico para o homem social e é o responsável pela formação de consciência e das suas capacidades através da linguagem.

Engels (1952) também afirma que a linguagem é a fonte de transformação biológica e que faz aparecer a gradual constituição dos sentidos, corroborando com Vygotsky (2007). O mundo do trabalho exige a constituição de uma linguagem que forme subjetividades para que trabalhadores trabalhem em conjunto dentro do que Weber (1922) chama de *ethos econômico*, e o que Bourdieu (1980) denomina Habitus, a substancialização do trabalho de Castoriadis (1968) e a condição humana de Arendt (1958).

Principalmente no Segundo Império, em uma estrutura escravocrata que dividia espaço com trabalhadores livres e trabalhadores libertos, conceituar trabalho fora da perspectiva histórico-cultural seria impossível. Precisa-se conhecer os trabalhadores e como se davam essas relações para a definição de trabalho, corroborando com Feyerabend (1989) quando afirma que “conhecimento que ordena acontecimentos”, a subjetividade que forma o conhecimento, ordenará a ordem social em dialética com a construção de subjetividade.

Na afirmação de Gergen (2008), o inquérito histórico no Segundo Reinado que se faz para entender a construção de subjetividade está nas relações de poder que se realizam em uma

monarquia escravagista, promovendo uma continuidade histórica e que foram encontradas nos períodos seguintes estudados.

O modo de produção capitalista só se dá com a presença de trabalhadores livres dentro de relações sócio-históricas. Essas relações formam a valorização do capital através do trabalho alienado e submisso. Pensando em uma estrutura escravagista, a produção não coincide com o homem, nem com o que ele produz, pois para o trabalhador escravo não é isso que o constitui como ser social, o que diferencia no meio social é sua condição.

O trabalhador liberto, ou que nasceu livre pode se constituir socialmente pelo trabalho, desde que não esteja na mesma relação que o trabalhador escravo, mas no Segundo Reinado, estava. E na República Velha há um processo de ruptura para os que, naquele momento histórico, já eram considerados trabalhadores, pois passam a se afirmar como sujeitos pelo trabalho, mas a continuidade se dá quando pela construção de subjetividade ela é introjetada e construída.

No que tange o desenvolvimento social, há uma ruptura nos períodos estudados, pois com os processos de desenvolvimento e industrialização o “que” se relaciona bastante com o “como”, o que é universal ao trabalho está intrinsecamente ligado com a forma de construção dessa universalidade.

A chegada de tecnologia acontece a passos lentos na modernização do trabalho na cidade do Rio de Janeiro, mas inicia trazendo um processo de subjetivação que vai lentamente excluindo e segregando o trabalhador que faz a idealização do trabalho como algo distante de sua realidade, por se sentir impotente de acordo com sua condição biológica, no caso dos libertos da escravidão e dos trabalhadores rurais, em relação ao crescimento das indústrias.

Marx (1976) afirma ser importante diferenciar o que é universal no conceito de trabalho, e considerando o que é comum em todas as épocas contrapondo com aquilo que é determinado por períodos históricos. No Segundo Reinado a universalidade do trabalho era a produção devido ao “como” se produz e “quem” produz, e não o “que” produzia.

A burocracia Weberiana como forma racional e legítima de organização social no Estado Brasileiro pautado pela monarquia e escravidão, serviu basicamente como um instrumento de dominação. Pinto (2013) corrobora com Faoro (2001) quando esse autor afirma que o Brasil tem o capitalismo politicamente orientado esta sua principal característica foi a base da colonização e do desenvolvimento do Estado Brasileiro. Esta forma de capitalismo é de responsabilidade da gestão da comunidade política que comanda os negócios Estatais, que este autor denomina “estamento”.

O estamento é baseado no patrimonialismo como um tipo de domínio que, de acordo com a ordem burocrática preconizada por Weber (1982), nos coloca frente a noção de estado forte, dirigente da sociedade, anulando as esferas públicas no âmbito de sua liberdade que, segundo Pinto (2013), através do Estado maior de comando, se apropria da economia e do mercado, causando uma confusão entre o público e o privado. Esta característica histórica do Estado Brasileiro é, segundo Faoro (2001), a explicação do atraso brasileiro e sua dificuldade em relação a expansão do capitalismo industrial nos períodos históricos tratados aqui.

Para a análise do trabalhador na cidade do Rio de Janeiro, a supervalorização do indivíduo torna a sua escolha a condição central para o seu entendimento como trabalhador ser questionável, pois no nosso objeto tratamos do trabalhador escravizado e do trabalhador livre, a escolha por essa condição nunca existiu de forma individual.

1.2 O Trabalhador como questão: o capitalismo manufatureiro

Segundo Singer (1986), as manufaturas eram organizações que produziam mercadorias de forma artesanal, sem uso de máquinas, utilizando somente mão de obra humana, sob gestão e ordem de um “empregador capitalista”. Com a execução de tarefas distintas, divididas e bem setorizadas, com cada trabalhador dedicado exclusivamente a essas tarefas únicas.

O capitalismo manufatureiro era característico da idade média e da sociedade feudal e todos aqueles que não estavam inseridos ou estavam à margem da ordem na época começaram a povoar as cidades: “o ar da cidade é livre”. Isso se dá pois os habitantes estavam fora da ordem feudalista, que predominava nos campos, e as cidades estavam potencializadas economicamente pelo comércio e pelas práticas artesanais, com poderio militar que impunha aos soberanos que estavam a sua volta os limites aos seus domínios.

A cidade feudal era organizada pelas corporações de ofício que, segundo Singer (1986), se denominavam guildas, compostas por mestres, oficiais e aprendizes de cada segmento, com regras de caráter feudal com um número fixo de membros que eram substituídos hereditariamente, sendo os dirigentes eleitos com decisões participativas de todos os membros.

Essas cidades eram uma contradição do mundo feudal, no entanto, o próprio feudalismo possibilitou a necessidade do surgimento de novas forças produtivas sendo essas cidades um campo fértil, pois cresciam, recebiam os “marginalizados” do sistema feudal existente nos campos. Estes indivíduos se inseriam na vida urbana encontrando abrigo, até certo ponto, nas corporações de ofício existentes. Estas corporações em determinado momento

fecharam-se , propiciando ,assim, o surgimento do mercado negro, com mestres de ofício clandestinos que não faziam parte das corporações de ofícios oficiais.

Na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, aumentou o afastamento total dos campos pelos camponeses que se tornaram força de trabalho nas cidades, se formando ,então, verdadeiramente a classe operária, ou o trabalhador manufatureiro, a partir da última década do século XVIII (SINGER, 1986).

Entretanto, Singer (1986) reflete que esse processo ocorreu no sentido negativo, pois o camponês acabou sendo despejado do campo e desprovidos de suas posses, sendo subjetivados pelo discurso da educação do costume, naturalizando o que Marx (1984) apontou como as exigências do modo de produção.

Essa formação cultural naturalizada se dá a longo prazo, pela naturalização e pelo condicionamento da população. Esse processo se dá através da propaganda feita de vantagens que o trabalho regular proporciona através de ganhos. Estes ganhos, mesmo sendo reduzidos, tinham suas vantagens, como manter um padrão digno e o enquadramento desse trabalhador no espaço urbano.

Os que não se enquadravam ocupavam o lugar marginal dentro do espaço urbano, vivendo de forma estranha ao modelo desenvolvido pelos ex-camponeses, a estes eram usadas formas de coerção para que vendessem sua força de trabalho aos capitalistas. Eram punidos com a execução de trabalhos forçados e ,até mesmo, açoitamentos, o que cabia a qualquer pessoa que fosse encontrada sem possuir meios de subsistência. Singer (1986) ressalta que o nascimento do trabalho assalariado é marcado pelo surgimento de trabalhos forçados, isto é, “não-livre”.

O trabalhador nasce do abandono e da ruptura abrupta e violenta com seus meios de produção artesanais no campo, gerando processos que vão tomando durante vários séculos a força produtiva dele. A transformação final de todas as pessoas em trabalhadores se dá pelo processo de industrialização nos séculos XVIII e XIX, quando a classe operária deixa de ser marginal e se transforma no principal resultado social da industrialização e do desenvolvimento de novas forças produtivas, no período denominado de Revolução Industrial. A formação do trabalho industrial deu continuidade ao processo de transformação dos trabalhadores autônomos em assalariados.

Entendemos como classe trabalhadora aquela que vive somente de seu trabalho, alguns trabalhadores que possuem seus meios de produção são considerados trabalhadores autônomos.

Os trabalhadores que não têm autonomia são aqueles que não possuem recursos para trabalhar por conta própria.

Segundo Singer (1986), a classe operária ou de trabalhadores assalariados é composta por sujeitos desprovidos de qualquer propriedade ou de qualquer fonte de renda que não seja originada do aluguel de sua força produtiva ou capacidade de trabalho. É heterogênea e constituída pela “pequena burguesia” (trabalhadores autônomos) e pela classe operária (trabalhadores assalariados). Contudo, todos vivem de seu próprio trabalho, sendo que a pequena burguesia conta ainda com a ajuda algumas vezes de membros não-remunerados e de outros trabalhadores assalariados.

O autor argumenta que essas duas classes compreendem o que se denomina “pobre”, pessoas com baixa renda ou de poucas posses que dificilmente enriqueceram apenas com o seu trabalho. A pequena burguesia se encontra alocada nos setores da economia em que a produção em pequena escala é possível: transportes rodoviários, salões de beleza, lojas de roupas, pequenos reparos, etc. O trabalhador está alocado nas grandes empresas, na indústria pesada, bancos, grandes lojas de departamentos e etc.

A forma que a pequena burguesia e o trabalhador se relacionam com grandes empresas tem diferenças, pois o trabalhador vende sua força de trabalho, tornando-se parte dela, e a pequena burguesia vende, compra e consome o que é produzido por essas grandes empresas. Singer (1986) aponta para o fato de que existem empregadores que são assalariados, pois grandes empresas não são administradas pelos donos.

Em alguns casos, existe uma posição hierárquica onde o trabalhador assalariado não possui o mesmo poder sobre sua força de trabalho, sendo regido por uma cúpula de administradores que se configura como uma pirâmide, onde no topo se encontra a “burguesia empresarial ou proprietária”, constituindo a “burguesia gerencial ou administrativa”. Nessa hierarquia, os níveis inferiores não possuem poder nenhum sobre empregar ou desempregar alguém, não tem poder autônomo de tomar decisões sobre o seu trabalho.

O limite entre a burguesia e o trabalhador está na posição que se ocupa nessa estrutura organizacional, embora hajam identificações entre as duas classes como, por exemplo, nos direitos trabalhistas ou quando o trabalhador está em evidência por alguma questão social, uma greve que se faz forte, faz com que essa identificação entre burguesia e trabalhador seja fortalecida. Contudo, em momentos que o trabalhador está enfraquecido por questões políticas ou econômicas, a burguesia rompe com essas identificações se alinhando imediatamente a alta administração das organizações.

O fato de que generalizar a classe trabalhadora como classe média pode incorrer em erro de interpretação, pois, segundo Singer (1986) o que caracteriza e diferencia as classes A, B e C é o tipo de consumo, ou que consomem, já que operários muito bem remunerados podem fazer parte da classe A e capitalistas que estejam em zona rurais atrasadas, pelas características de seu consumo, podem pertencer à classe C.

1.3 A subjetividade como conceito

Segundo Moreira e Silveira (2011), Platão produzia conhecimento a respeito do sujeito que, para ele, estava relacionado ao ato de conhecer o sentido inscrito nas coisas que eram criadas por Deus e ao homem cabia apenas imitar, pois era algo exterior ao ele. Conforme Brandão (1998), “o ser tinha uma existência autônoma, era algo exterior ao homem a quem cabia apenas uma função de reconhecimento e não de construção de saber”. A subjetividade surge no olhar filosófico quando a consciência passa a ser considerada construtora de verdades fundamentada, como na célebre afirmação de Descartes: “Penso, logo existo”.

Segundo Brandão (1998), o conhecimento, como diz Platão, não é simplesmente reconhecido, mas é criado e produzido através da percepção de si mesmo (“Eu penso”) para poder existir. Dentro desse olhar a subjetividade promove a construção do saber e acontece quando o Homem representa o objeto dando significado, representado por um sujeito que vai dar sentido ao significado considerando a sua exterioridade no meio social.

Essa representação é o início do processo de identidade para o sujeito cartesiano, aquele que produz verdades universais. De acordo com Rey (2001), este sujeito produz a compreensão de uma sociedade maniqueísta, onde estaria o carácter racional e universal das crenças dividindo o mundo e as coisas entre bom e mal, e tendo como resultado das crenças universais construções de um Ethos único e polarizado, causando uma relação baseada nessa oposição maniqueísta.

Se pensarmos no sujeito no âmbito da linguagem, como proposto neste trabalho, corroborando Foucault (1972), tem-se a ideia de subjetividade que não produz verdades universais (sujeito cartesiano), já que a contradição faz parte do discurso, não sendo mais somente a manifestação de um sujeito que somente pensa.

Além disso, através da linguagem e de suas contradições no meio social, o sujeito pode ocupar diversos lugares. Isto porque as diversas modalidades de enunciar um discurso não remetem a uma simples síntese e também não o unificam, mas manifestam a sua

contradição também, pois se referem a diversos lugares, estatutos, posições e a descontinuidade dos planos de onde se fala.

A psicologia histórico-cultural de Vygotsky e Luria também se ocupa da compreensão do conceito de subjetividade. O termo “psicologia histórico-cultural” não figura na obra desses autores, mas é atribuído a eles por fontes secundárias e seus estudiosos. A teoria sociocultural é uma teoria emergente na psicologia que analisa as importantes contribuições que a sociedade faz para o desenvolvimento individual.

Esta teoria enfatiza a interação entre pessoas em desenvolvimento e a cultura em que vivem e sugere que a aprendizagem humana é, em grande parte, um processo social (Zanella, 2004). A teoria sociocultural no âmbito da educação concentra-se não apenas na forma como os adultos e os colegas influenciam a aprendizagem individual, mas também sobre como as crenças e as atitudes culturais influenciam a forma como a instrução e a aprendizagem ocorrem. Traçando um paralelo com o mundo do trabalho, pensamos na forma como o Estado determina as relações nesse contexto e na dialética entre trabalho e trabalhador que produz crenças refletidas nas atitudes no meio social.

O objetivo da psicologia histórico-cultural é fazer pensar a psicologia como ciência, a fim de unir em um aspecto interdisciplinar a ideia de psicologia, cérebro e cultura, no desenvolvimento (e evitar degradação) desse tripé em contextos sócio históricos concretos para indivíduos e ao longo da história da humanidade como seres sociais. Essa psicologia busca desenvolver o “Homem Novo” de Vygotsky (1986), baseado no conceito de Ominilateralidade de Marx que representa a ruptura com a sociedade capitalista, em seu contexto de produção.

Na União Soviética, era um “super-homem” na sociedade comunista com funções psicológicas superiores e seria resultado das suas relações culturais no meio social através das relações gerais desde a infância até a cultura em geral, da mesma forma que se possibilita o entendimento dessas relações no meio social, conforme Bourdieu (1994), aumentando o que o autor chama de capital cultural.

A dimensão histórico-social, e a sua questão fundamental, entende o homem como “um agregado de relações sociais encarnadas em um indivíduo” (Vygotsky, 2000), que traduz a inexorável relação entre sujeito e sociedade, pois somente há sujeitos quando definimos contextos sociais, sendo essa relação que constrói a subjetividade, conforme Zanella (2004), e os contextos sociais resultam da relação humana.

A psicologia tem se ocupado bastante com a compreensão do psiquismo humano, mas precisa ir além do entendimento dos fenômenos psicológicos como fenômenos somente da

natureza e levar em conta a presença dos atores sociais, já que contextos sociais resultam da interação humana em uma relação dialética.

A interação do trabalhador com o trabalho é complexa e precisamos levar em consideração onde as produções conceituais se realizam, atingindo o entendimento da construção de subjetividade do trabalhador dentro de um período histórico e social. A intenção de trazer a esse trabalho essa dimensão é considerar não somente aspectos biológicos e psicológicos, mas também fatores históricos e culturais.

Vygotsky (1996) defendia que “a tarefa fundamental da psicologia consiste precisamente em descobrir a conexão significativa entre as partes e o todo, em saber considerar o processo psíquico em conexão orgânica nos limites de um processo integral mais complexo.”. Assim, tem-se a noção de que tanto a natureza como o social não são dados, pois resultam do processo histórico que os origina e transforma.

Segundo Marx e Engels (1989), podemos examinar a história por dois enfoques: história da natureza e história dos homens, que, contudo, não podem ser separados pois, enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se relacionarão reciprocamente e, dessa forma, enquanto existir o trabalhador existirá o trabalho, não ao contrário.

Pensamos como Zanella (2004), que aqui está a dimensão materialista-histórica da qual existe um mundo material que antecede a existência do próprio homem. Mas, neste mundo, quando é conhecido e/ou transformado pela ação do homem, deixa de ser natureza em si para se transformar em natureza com significado e, logo, objeto do conhecimento.

Para a autora, as formas humanas de organização social, onde a sociedade natural se organiza e se concretiza, sendo obra dos homens, obedecem a leis históricas que determinam as condições concretas de sua produção.

É o caráter histórico dessa produção que define o social humano, nos fazendo pensar que todas as conquistas que garantem ao homem sua condição humana resultam das relações sociais, nas quais se insere e das quais ativamente participa, ou seja, todas as conquistas que garantem ao homem sua condição de trabalhador resultam da sua relação com o trabalho, só que não só participam ativamente, como também passivamente. Essas são conquistas que promovem saltos qualitativos, talvez pela forma que se apropriam dessa realidade do mundo do trabalho (Vygotsky, 1991).

A atividade ou o trabalho é fundamental na obra de Leontiev (1979) e ocupa lugar de destaque na Psicologia Histórico-Cultural. Segundo Duarte (2000), o conceito de

atividade/ação utilizado tanto por Leontiev quanto por Vygotsky está diretamente relacionado ao conceito de trabalho.

É uma atividade que distingue o ser social do ser natural, sendo definida como a especificidade do ser humano em uma perspectiva histórica, social e cultural. Além disso, é uma atividade conscientemente dirigida por uma finalidade estabelecida na consciência, a de ser uma atividade, ou trabalho. O resultado do trabalho é a produção de uma realidade humanizada a partir do trabalhador, devido a relação inexorável já apontada em parágrafos anteriores.

Da mesma forma que a relação sujeito e contexto social tem sido entendida de uma forma natural, a subjetividade também tem sido pensada de forma apartada das condições históricas. Pensado de uma única forma, e não pela forma como propomos nessa pesquisa, ou seja, o trabalhador de forma concreta como uma síntese de suas relações com próprio trabalho.

Corroboramos a ideia de Demerval Saviani (2004) quando o autor define subjetividade (MARX apud Saviani, 2004): "conteúdo da essência humana reside no trabalho... o ser do homem, a sua existência, não é dada pela natureza, mas é produzida pelos próprios homens".

Para Marx (1845) a subjetividade é o conjunto de relações sociais produto das relações construídas em uma essência prática. Logo, a subjetividade do trabalhador será construída na sua relação com o trabalho e de forma dialética, modificando e sendo modificado por essas relações.

Posicionamo-nos de acordo com Leontiev (1978; 2004) no que diz respeito à ideia do desenvolvimento humano e de subjetividade ser um processo histórico e social, pois para esse autor "o homem é um ser de natureza social, que tudo o que tem de humano nele provém de sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade". Dessa forma, o trabalhador só se torna e percebe-se como trabalhador quando toma posse daquilo que está construído socialmente através do conceito de trabalho que foi construído cultural e socialmente de acordo com seu desenvolvimento social e histórico.

O homem aprende a ser trabalhador, pois o que sua natureza fornece não basta para que ele torne-se. Assim, ele precisa adquirir aquilo que foi alcançado pelo desenvolvimento cultural e histórico dos trabalhadores em suas fases anteriores. De acordo com Leontiev (1978), ele deve perceber-se trabalhador no mundo do trabalho formado por significados pelas gerações anteriores.

Através da sua subjetividade o trabalhador desenvolve as características específicas à proporção que internaliza o mundo do trabalho social, o *modus operandi* de pensar e agir na

forma que percebe o mundo que está inserido. Sem transmitir conhecimentos e comunicação, não há possibilidade de haver a continuidade do processo histórico.

A falta de continuidade dos processos históricos deixa fora as gerações futuras do desenvolvimento histórico-cultural do homem. Portanto, o trabalhador constrói a subjetividade se apropriando dos conhecimentos construídos nos processos sócio históricos, gerando suas funções psicológicas superiores que, para Vygotsky, são os aspectos fundamentais para o desenvolvimento da subjetividade, construído na relação com outros trabalhadores.

Leontiev (1978) afirma que "a palavra subjetividade se refere ao processo pelo qual algo se torna constitutivo e pertencente ao indivíduo; ocorrendo de tal forma que esse pertencimento se torna único, singular". A origem da subjetividade do trabalhador se dá quando o mesmo se apropria das relações sociais no mundo do trabalho, o fazendo de forma única, se constituindo de acordo com suas internalizações, subjetivações, dialogando com os seus processos psicológicos internos e externos. Deste modo, o sujeito internaliza, subjetiva, as relações sociais externas a ele, em um processo dialético entre o interno e o externo.

1.4 A construção de subjetividade do Trabalhador

Segundo Pinto (2004) através dos estudos científicos inerentes ao ser humano, tendo como base metodológica a psicologia, tais como: história de vida, personalidade, patologias etc., consegue-se retratar aspectos psíquicos relativos ao homem. Este processo pode ser determinado como um processo da captura da subjetividade humana.

A Psicologia, como ciência humana complexa, é influenciada por fatores histórico-culturais, individuais e coletivos que afetam o ponto de vista do pesquisador e sua construção da pesquisa. Isto significa afirmar que a retratação da subjetividade através dos aspectos psicológicos permanece inalterada, podendo apenas sofrer alterações advindas da interpretação aleatória e casuística do pesquisador. O que não parece descartar a validade da pesquisa, mas impetrar-lhe autenticidade (PINTO, 2004).

A fim de que se possa realizar um estudo sistêmico da subjetividade, existe a necessidade da captura da expressão dos sujeitos, geralmente realizada através da linguagem falada, escrita ou documental (fotografia) tendo em vista a importância dos meios de comunicação visuais na atualidade (JUSTO E VASCONCELOS, 2009).

Retratar a subjetividade do trabalhador brasileiro ,em determinados períodos históricos, requer mecanismos de pesquisa capazes de proporcionar uma releitura do homem enquanto ser social. Durante determinados períodos históricos, a subjetividade relacionada ao

trabalho no Brasil parece ter sido ocultada, isto devido a características oriundas do seu desenvolvimento socioeconômico-cultural.

Rey (2001) traz no bojo de sua definição acerca da subjetividade todos os seus elementos delimitadores, prescrevendo o meio e a forma necessários para que a relação entre a subjetividade e o trabalho se estabeleça. Ao traçar um panorama das teorias do sujeito no âmbito da Psicologia, o autor atribui a aproximação do Marxismo na psicologia histórico-cultural para a compreensão da subjetividade, assim como o surgimento da psicanálise. Afirmando também que o sujeito freudiano está dentro de um embate de forças.

O Sujeito Lacaniano, ou de forma final o sujeito psicanalítico se apresenta como uma ficção pois, apesar de considerar a linguagem como sua formação, sua ação inconsciente não se responsabiliza por suas questões e posicionamento no mundo. Assim, apresenta-se como uma construção que se adapta ao mundo e não o transforma, preso as estruturas linguísticas, correndo o risco de ficar à parte do processo histórico e alienado como sujeito somente de seu inconsciente.

Rey (2011) estabelece ainda que o sujeito existe em sua relação com o meio social, portanto a subjetividade não é um fenômeno individual e sim social, agindo no mundo pelo e dentro do discurso no processo de interação em espaços determinados. Este autor conceitua que a subjetividade é determinada pelos sentidos e pelas significações produzidas em um âmbito cultural, ainda que seja assimilada isoladamente por cada membro da sociedade.

Há, portanto, uma subjetividade social e uma individual que se inter-relacionam. O sujeito é possuidor de sua história pessoal e vivendo em sociedade, participa dos sistemas subjetivos que caracterizam a subjetividade social, produzindo dentro dela novos sentidos. Em contrapartida, a sociedade retorna ao indivíduo novos sentidos e novos saberes que estarão implicados no seu desenvolvimento subjetivo.

Tendo em vista a conceituação supracitada, pode-se levantar a hipótese de que a relação direta estabelecida entre a subjetividade e o trabalhador sempre existiu, mesmo que em uma sincronia muda e abstrata, retratada em fotografias nos períodos históricos brasileiros abordados nesta tese, ou seja, entre 1840 e 1945.

Nestes períodos a subjetividade do trabalhador brasileiro se construía de forma intrínseca aos regimes de trabalho escravo, continuando a se constituir na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, seguindo em sua história através dos reflexos da Revolução Industrial, permeada pelos conceitos do Taylorismo e do Fordismo e findando a sua saga, especificamente nesse trabalho, na Era Vargas. Este último período, diferente dos anteriores,

efetivamente trouxe ao trabalhador brasileiro o status, ainda que tímido, de ser social, onde as relações entre a subjetividade e o trabalho começam a adquirir os seus componentes caracterizadores efetivos.

O grande dilema ao se tratar da subjetividade do trabalhador brasileiro em determinados períodos históricos segundo Sznelwar et. al.:

Incide nas visões prevalentes sobre o ser humano, principalmente daquele que está trabalhando, ignoram a existência do sujeito. Este, quando muito, estaria restrito, segundo uma visão funcionalista, a seus aspectos biológicos e modos de funcionamento e limites. Onde estaria o sujeito capaz de sentir, desejar, decidir diante das incertezas do trabalho, de se constituir, se sujeitar, se emancipar? Como se constitui este sujeito, atuando em diferentes cenários socioculturais e históricos? Como ele poderia ser ator da construção da sua vida profissional, da sua forma de trabalhar e de sua saúde? (SZNELWAR et. al. 2011, p.12)

Essas dificuldades podem ser vencidas se utilizarmos as fotografias para entender a construção da subjetividade, utilizando para esse estudo regimes de informação constituídos por imagens de fotógrafos consagrados nos períodos históricos abordados nesse estudo.

1.5 A Imagem como conceito e questão

A fotografia ocupa um espaço central neste trabalho, aproximando-se do regime de informação sob uma ótica factual subjetiva e construindo discursos sobre o trabalhador.

Quando falamos na aplicação desse método, trazemos em voga um estudo onde todas as possibilidades de abordagem não foram ainda esgotadas, já que os estudos previamente realizados sobre o tema, apesar de garantirem a obtenção da verdade implícita no método, não excluem a possibilidade de aprimoramento e evolução de raciocínio, possibilitando a confirmação ou exclusão de novas hipóteses através da releitura dos fatos já expostos se utilizando de novos parâmetros (LAKATOS E MARCONI, 1995). No caso específico deste estudo utilizou-se a fotografia como a releitura da formação da subjetividade do trabalhador brasileiro, baseado na análise dessas fotografias selecionadas dentro do lapso temporal proposto no mesmo.

Regime de informação é considerado como um conceito em desenvolvimento da área da Ciência da Informação. Sua função é a de nortear e regulamentar as relações entre a informação e seus principais atores (sujeitos, tecnologias, poder, cultura, economia) e ,desta

forma, nos orientar no que tange a construção de subjetividade e as possíveis relações existentes.

Para Braman (2004) apud Bezerra e da Silva (2015), quando se trata da formação de um conceito primário sobre regime, este pode ser definido como uma série de regras e normas que servem para regulamentar todas as partes envolvidas em determinada matéria de interesse. Um regime abrange normas éticas e comportamentais, práticas culturais, hábitos, estruturas de conhecimento, formas organizacionais, processos decisórios individuais e do setor privado, as tecnologias, as leis e as regulamentações de governos oficialmente reconhecidos. Para Gonzáles de Gomes:

Regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, P.3).

Frohmann apud Bezerra e Da Silva (2015) define sistema de informação como: “[...] qualquer sistema estável ou rede nos quais os fluxos informacionais transitam por determinados canais (de específicos produtores, via estruturas organizacionais específicas) para consumidores ou usuários específicos”.

Unger e Freire (2008) em sua definição conceitual correlacionam regime de informação com um sistema social onde as características são absorvidas e moldam ao longo do tempo. Os autores afirmam que os regimes de informação “são a substância que dão o caráter principal a um sistema social que passou por diferentes e longas fases até chegar ao estágio atual” (UNGER E FREIRE, 2008). Pensamento que nesse trabalho se adequa ao percurso histórico que decidimos abordar:

Dentro de um contexto político, Magnani e Pinheiro definem regime de informação como: “[...] um conceito que vêm sendo trabalhado na Ciência da Informação como uma forma de se obter uma paisagem do campo de ação da política de informação relacionando atores, tecnologias, representações, normas, e padrões regulatórios. (MAGNANI E PINHEIRO, 2011, p. 596).

Pode-se traçar algumas interseções nos conceitos aqui expostos sobre regime de informação: os autores mencionados constroem conceitos preocupados em definir os atores, as instituições envolvidas e os sistemas políticos praticados nos regimes de informação sob uma ótica generalista. Aplicando um conceito para um todo, sem se aprofundarem na aplicação de

suas teorias em uma área específica, o que nesse trabalho se amplia, pela sua característica interdisciplinar.

Segundo Bezerra et. al (2016), nos últimos anos o conceito de regime de informação tem sido ampliado e abarca de forma mais contundente a atuação de diversos protagonistas, ampliando o universo metodológico das abordagens científicas, porém seus aspectos conceituais ainda estão em desenvolvimento.

A relevância de se construir um regime de informações pautado na fotografia encontra, neste trabalho, amparo na própria essência norteadora de sua criação, a documental. A fotografia veio legitimar a subjetividade cotidiana e postergá-la a gerações futuras. Mantendo intactas características informacionais sociais, culturais e econômicas relevantes e imutáveis. Assim, a fotografia representaria uma fonte fidedigna de pesquisa, constituindo-se em um regime de informações que se enquadra nos conceitos dos principais autores da área.

1.5.1 Regime de Informação e Fotografia

Desde a sua criação, a fotografia possibilitou desdobramentos metodológicos na pesquisa científica. Na atualidade surge uma nova proposta no meio acadêmico, que inclui a fotografia na descrição etnográfica, bem como também nos dados a serem analisados em pesquisa, possibilitando a criação de estudos centrados na realidade social de forma mais ampla no sentido de incluir ao discurso científico uma nova modelagem.

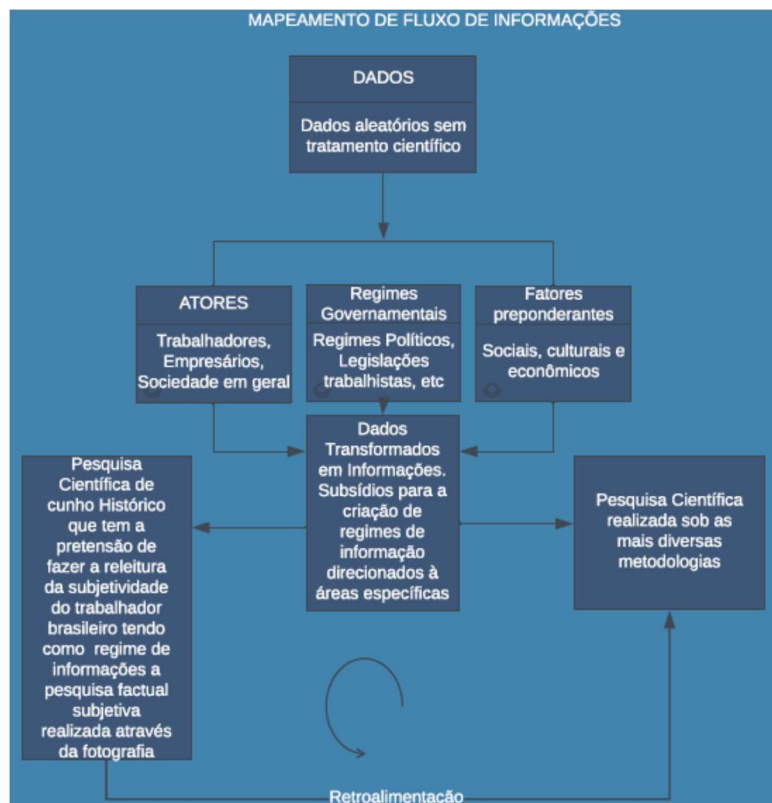
Neste sentido, Salvagni e Silveira (2013) afirmam que a fotografia usada como dispositivo para a pesquisa cria a possibilidade de maior propagação dos estudos através do uso indiscriminado destas narrativas imagéticas. A fotografia passou a representar uma facilidade ao fazer com que o trabalho acadêmico possa transitar em várias áreas de conhecimento, proporcionando um aprimoramento de saberes.

Nas pesquisas de cunho histórico, como é o caso deste estudo, a fotografia demanda por parte do pesquisador um novo tipo de crítica, “sendo válido o testemunho, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida” (MAUAD, 2013).

A fotografia gera produtos finais de alta relevância para os estudos acadêmicos. A sua análise não exige modulação temporal, permitindo a construção de novas críticas por parte do pesquisador que fará uso do melhor método científico a fim de comprovar suas teses. Abaixo

um modelo de fluxo de informações resultante do trabalho de pesquisa envolvendo fotografias, direcionado a obtenção de uma nova visão a respeito da subjetividade do trabalhador brasileiro:

Figura 1- Fluxo de informações dos trabalhos acadêmicos que envolvem o uso de fotografias



Fonte: elaboração do autor

Como se pode observar ,através do fluxo de informações acima, os acontecimentos cotidianos classificados como dados aleatórios (sem tratamento informacional) perpassam pelos componentes do regime de informação, transformando-se em um sistema de informações que serve de base para os mais variados estudos científicos. Os estudos realizados baseados no uso de fotografia se constituem em um objeto de metodologia acadêmica válida e irrefutável que retroalimentam a pesquisa científica, no sentido de trazer uma nova perspectiva sobre um mesmo assunto abordado sob uma nova ótica, a ótica imagética.

1.5.2 A Fotografia em Trabalhos Acadêmicos

Sob o olhar científico metodológico, a fotografia é um instrumento de pesquisa validado na literatura como ferramenta capaz de agregar-se ao estático. Sendo um reproduzível retrato da realidade que ,a partir de novas nuances, traz novas significâncias ao imutável.

O sentido intrínseco que envolve a atitude de fotografar encontra apoio na lógica da sociedade contemporânea. De acordo com Sontag (2004), esta é a uma sociedade estruturada para produzir e consumir imagens. Esta lógica está intensamente afetada pela maneira como são determinadas as necessidades dessa sociedade em relação à realidade.

A ordem que predomina até hoje como mercadológica e de controle torna a imagem indispensável para a sobrevivência do “modus operandi”, que corroborando com a economia e estabilidade do corpo social, tornando-se uma norma para como as coisas devem ser mostradas para a humanidade e aprimore as formas de ver. A fotografia coloca-se, assim, a instituir interpretações da realidade, acomodando a visão e tornando banal o que é inquietante. A autora afirma ainda que os seres humanos estão sujeitos à ética do ver, que é um novo código visual, no qual se obtém uma nova interpretação do mundo.

O tipo de narrativa produzida através da fotografia é uma construção coletiva, privilegiada por analisar as possibilidades de enunciações e visibilidades que atravessam determinado coletivo. Os recortes escolhidos para a captura fotográfica carregam marcas singulares que, expostas a um coletivo para uma construção conjunta, estão passíveis a olhares diferenciados, provocações que já não mais pertencem somente àquele que produziu a imagem. (AGUIAR; ROCHA, 2007).

A fotografia é também amplamente utilizada na pesquisa científica por antropólogos, historiadores e sociólogos que consideram a visualidade uma dimensão possível de ser explorada pelos respectivos campos de conhecimento. Abordar as questões teórico-metodológicas parece importante para lidar com os diagnósticos sobre a problematização das imagens na produção de conhecimento, que apontam a precariedade das reflexões dos trabalhos contemporâneos (DARBON, APUD SAMAIN, 1998).

O uso da fotografia como fonte também produz um debate que se estrutura na problemática da imagem como evidência aceitável. O papel das imagens na construção cultural das sociedades lhes confere a condição de testemunha de arranjos sociais pregressos e, acima de tudo, as fotografias são as maneiras de ver e pensar do passado (BURKE, 2004). A partir desta lógica, é possível transportar o passado para o presente através de valores reais sem perder suas características históricas e culturais primárias.

A fotografia está em consonância com a área metodológica científica, o que proporciona um olhar aleatório e confrontador capaz de gerar conceitos outrora ignorados.

1.5.3 A Fotografia e o Trabalhador

A fotografia, quando utilizada como ferramenta de captura da subjetividade em trabalhos acadêmicos de cunho histórico envolvendo o universo do trabalhador, vem a contribuir para a verdadeira retratação do que se apresenta como trabalhador. Pode proporcionar uma verdadeira catarse em relação aos elementos inerentes ao trabalhador, proporcionando uma visão aprofundada do homem enquanto ser do trabalho.

Sob o olhar da imagem pode-se desvendar toda a trajetória através da história brasileira do “homem trabalhador”, desde a formação mais primária e precária constatada na época da escravidão, passando pela transição de alguns homens que ganham o status de trabalhador com o trabalho livre, iniciando batalhas contra o conluio pré-existente entre a classe patronal, o Estado, as políticas públicas e as suas condições de vida. A identidade do trabalhador brasileiro se construía com a junção de todos os elementos que contribuíram para a sua formação de subjetividade, estas formadas por questões típicas sociais e psicológicas do trabalhador brasileiro.

A fotografia é capaz de capturar e traduzir todo o sistema subjacente ao paralelo que sempre coexistiu de forma implícita no mundo do trabalhador, estabelecendo e regulando as relações laborais. Sejam as políticas públicas, as relações sócio-econômico-culturais, a legislação ou o indivíduo em suas particularidades como células formadoras da subjetividade.

Kosik (1976) entende que compreender o papel da fotografia na caracterização humana mais íntima implicaria em fazer a decodificação das mensagens subjacentes, buscar as relações ocultas ou menos aparentes. Significa buscar e ir além da dissipação da realidade e da perda de sentido das partes, dos elementos e aspectos operados pela imagem. A procura da compreensão pela totalidade implícita na fotografia supõe o esforço de articular as partes em um todo com seus significados.

Ciavatta (2012) afirma que o uso da fotografia em pesquisas sobre trabalho (e trabalhadores) contribui para o aumento dos conhecimentos sobre o que denominamos o mundo do trabalho e mundo dos trabalhadores, o que se pode concluir como trabalho livre, trabalhadores urbanos, a formação profissional, o ambiente e as relações de trabalho, “as condições de vida, as lutas de emancipação e a identidade de classe dos trabalhadores” (CIAVATTA, 2012).

A autora inclui no conceito de mundo do trabalho as atividades materiais, produtivas além de todos os processos de criação cultural que estão relacionados a produção da vida. Reduz-se as formas históricas aparentes, a profissão, o produto do trabalho, as atividades

laborais, excluindo a complexidade das relações sociais que são a base dessas relações. Daremos enfoque no trabalho apenas à questão histórica que vai dar sentido no tempo e no espaço, o mundo do trabalho e do trabalhador na sua historicidade como atividade criativa ou como atividade penosa e alienante.

Enquadrando no cunho histórico que envolve a fotografia como ferramenta de pesquisa, Hobsbawn (1987) afirma que a fotografia transforma a noção de classe trabalhadora de um conteúdo meramente econômico, proprietários ou não proprietários dos meios de produção, para suas dimensões sociais e culturais.

Pode-se propor caracterizar a classe dos trabalhadores ao se observar as especificidades do contexto ao qual pertencem, utilizando das suas próprias imagens e identificando itens que contribuem para a categorização da classe trabalhadora: a economia nacional, o Estado, as leis, as instituições, as práticas e a cultura de um país. Há também o sentimento de pertencer a um grupo social, político ou religioso onde pode se constituir um elemento importante dessa especificação.

Hobsbawn (1987) aponta a existência, dentro da classe trabalhadora, de identificações múltiplas, não excludentes, que variam no tempo e no espaço de acordo com o contexto histórico, estas podem ser vistas através das fotografias. Portanto, a fotografia permite, do ponto de vista temporal, o resgate do passado a valores presentes reais. Ela é capaz de traduzir todo sistema subjacente no mundo do trabalho, provocando a contextualização de novos problemas e trazendo novos enfoques ao contexto histórico trabalhista.

Diante das características deste estudo, enveredou-se para uma temática que permitisse efetuar o registro da subjetividade do trabalhador ainda não mensurado e devidamente historicizado. Buscou-se um novo olhar sobre o estático e imutável. Um olhar subjetivo e inquisidor com poder de decifrar os sistemas subjacentes inerentes ao mundo do trabalho.

Nos últimos anos constata-se que os estudos que possuem na fotografia um método científico de abordagem cresceram muito. Este fato encontra amparo na necessidade dos historiadores em “problematizar temas pouco trabalhados pela historiografia tradicional, bem como desenvolver abordagens pouco convencionais à medida que se aproximavam das demais ciências sociais em busca de uma história total.” (MAUAD, 2005).

Os estudos envolvendo a fotografia vão além do objeto fotográfico e da imediatez da comunicação visual. A intermediação se situa no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação de sujeitos sociais (LUKÁCS, 1967).

Metodologicamente, buscou-se neste estudo entender os elementos formadores da subjetividade do trabalhador brasileiro e realizar um processo comparativo de análise entre os acervos fotográficos e os demais acervos históricos documentais. Sustentando esta forma de metodologia Mauad (2005) explicita que:

A compreensão de textos visuais é tanto um ato conceitual (os níveis externo e interno encontram-se necessariamente em correspondência no processo de conhecimento) quanto um ato fundado em uma pragmática, que pressupõe a aplicação de regras culturalmente aceitas como válidas e convencionalizadas na dinâmica social. Percepção e interpretação são faces de um mesmo processo: o da educação do olhar. Existem regras de leitura dos textos visuais que são compartilhadas pela comunidade de leitores. Tais regras não são geradas espontaneamente; na verdade, resultam de uma disputa pelo significado adequado às representações culturais. Sendo assim, sua aplicação por parte dos leitores/destinatários envolve, também, a situação de recepção dos textos visuais. Essa situação varia historicamente, desde o veículo que suporta a imagem até a sua circulação e consumo, passando pelo controle dos meios técnicos de produção cultural, exercido por diferentes grupos que se enfrentam na dinâmica social (MAUAD, 2005, P3).

O autor ressalta ainda que a fotografia, para ser interpretada como texto (suporte de relações sociais), requer o conhecimento do material histórico documental que a precedem ou que com ela concorre para contextualização história de uma determinada época. Sendo assim, o uso de fotografias como fonte histórica obriga o pesquisador a realização concomitante do levantamento da cultura histórica, que institui os códigos de representação oficiais das imagens fotográficas no processo continuado da produção de sentido social.

Servirão de suporte para a realização deste estudo fotografias do acervo do Instituto Moreira Salles⁷ e do Arquivo Nacional⁸. Para complementar este estudo, utilizou-se todo o

⁷ O Instituto Moreira Salles é uma organização sem fins lucrativos fundada pelo diplomata e banqueiro Walther Moreira Salles em 1992, com a criação de seu primeiro centro cultural na cidade de Poços de Caldas (MG). Posteriormente, o instituto passou a funcionar também em São Paulo (1996), em um casarão localizado no bairro Higienópolis, e no Rio de Janeiro (1999), em uma antiga residência da família Moreira Salles, construída em 1951 com projeto arquitetônico de Olavo Redig de Campos e projeto paisagístico de Burle Marx. É administrado pela família Moreira Salles e tem por finalidade exclusiva a promoção, a formação de acervos e o desenvolvimento de programas culturais nas áreas de fotografia, literatura, iconografia, artes plásticas, música e cinema. Disponível em www.ims.com em 18 de novembro de 2019.

⁸ Fundado em 2 de Janeiro de 1838 como Arquivo Público do Império, conforme previsto na constituição de 1824, com a finalidade de guardar os documentos públicos. Provisoriamente, foi estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, no edifício do Ministério do Império, na rua da Guarda Velha, atual Rua Treze de Maio, no Rio de Janeiro. É a principal instituição arquivística do país, construindo um papel central na preservação da memória nacional e na administração pública federal. O Arquivo Nacional conserva, em sua sede, no Rio de Janeiro e em sua Coordenação Regional no Distrito Federal, mais de 55 quilômetros de documentos textuais, cerca de 1,74 milhão de fotografias e negativos, 200 álbuns fotográficos, 15 mil diapositivos, 4 mil caricaturas e charges, 3 mil cartazes, mil cartões postais, 300 desenhos, 300 gravuras e 20 mil ilustrações, além de mapas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros raros que supera 8 mil títulos. Disponível em www.arquionacional.gov.br em 14 de outubro de 2019

aparato histórico documental (Políticas públicas, Legislações Trabalhistas, etc.) que se correlaciona com o tema, ordenados em paridade histórica às fotografias que servirão de base para este estudo.

1.5.4 A Fotografia Inserida no Contexto Histórico da Cidade do Rio de Janeiro

Os acervos fotográficos da Cidade do Rio de Janeiro são riquíssimos em conteúdo Histórico. Por ser um dos centros comerciais do Brasil mais demandados desde o seu descobrimento, a cidade do Rio de Janeiro sempre atraiu os olhares do mundo para si, como também a atenção de historiadores, fotógrafos e antropólogos de todo o mundo. Foi também nessa cidade que O Diário do Commercio noticiou a invenção do Daguerreótipo, ou seja, três anos depois do fato.

O primeiro registro fotográfico no Brasil foi feito no dia 16 de Janeiro de 1840 pelo Abade Louis Compte da Corveta Francesa oriental, impulsionado pela invenção da daguerreotipia,⁹ que a apresentando-a ao Brasil imperial por meio do Imperador Dom Pedro II e a América do Sul em geral. Dom Pedro II foi o primeiro fotógrafo nascido em solo brasileiro como foi noticiado no Diário do Commercio.

Em pouco tempo, a cidade do Rio de Janeiro se transformou na capital da fotografia, registrando-se um grande crescimento dos estúdios fotográficos na cidade que, em princípio, se ocupavam de capturar imagens pitorescas da cidade, retratando o seu desenvolvimento urbano e suas paisagens, com algumas poucas exceções.

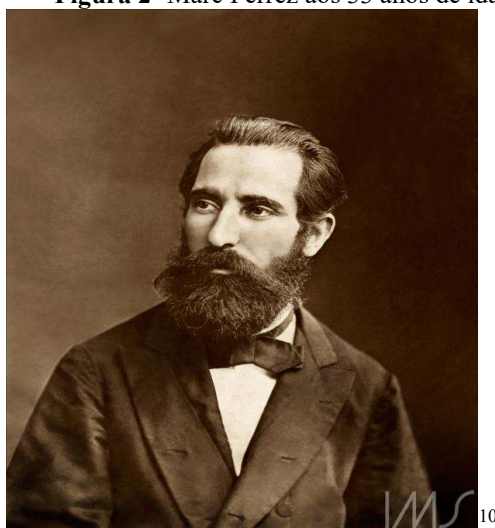
Para retratar o trabalhador da primeira fase histórica desse trabalho (1840-1889), conhecida historicamente como Segundo Reinado, este estudo se debruçou sobre os arquivos fotográficos de Marc Ferrez que possui relação e olhar artístico interessante, além de uma relação com a casa imperial. Através dos seus acervos fotográficos buscou-se a saga contextual

⁹ Processo fotográfico desenvolvido por Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) e Louis Jacques Mandé Daguerre (1787-1851). Cerca de sete meses depois, em 19 de agosto, durante um encontro realizado no Instituto da França, em Paris, com a presença de membros da Academia de Ciências e da Academia de Belas-Artes, o cientista François Arago, secretário da Academia de Ciências, explicou o processo e comunicou que o governo francês havia adquirido o invento, colocando-o em domínio público e, dessa forma, fazendo com que o “mundo inteiro” tivesse acesso à invenção. Em troca, Louis Daguerre e o filho de Joseph Niépce, Isidore, passaram a receber uma pensão anual vitalícia do governo da França, de seis mil e quatro mil francos, respectivamente. Um daguerreótipo consiste em uma imagem única e positiva, formada diretamente sobre placa de cobre, revestida com prata e, em seguida, polida e sensibilizada por vapores de iodo. Depois de exposta na câmera escura, a imagem é revelada por vapores de mercúrio e fixada por uma solução salina. Disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=16443> em 19 de outubro de 2019.

deste estudo, a fim de investigar a subjetividade do trabalhador brasileiro no período mencionado no contexto da cidade do Rio de Janeiro.

O trabalho de Marc Ferrez é importante porque traz no seu olhar uma relação com os processos de urbanização e industrialização da cidade de Paris, que se tornou a mais moderna capital industrial e urbanística do final do Século XIX. Ferrez mudou-se para essa cidade em 1851, retornando ao Brasil em 1860. Importante mencionar que em 1855 acontece em Paris a 1ª exposição universal onde a fotografia tem destaque especial.

Figura 2- Marc Ferrez aos 33 anos de idade



Fonte: Instituto Moreira Salles

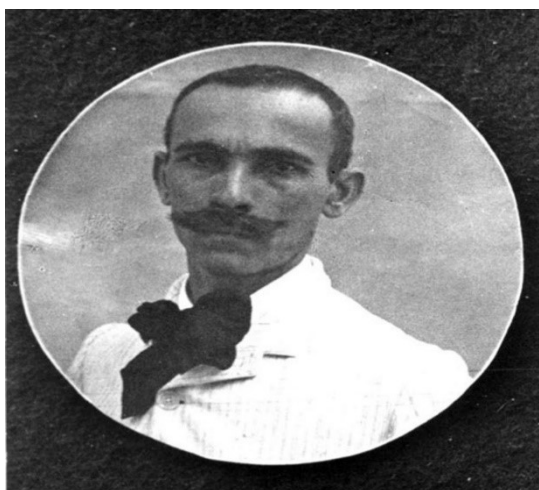
De volta ao Brasil, trabalhando na Casa Leuzinger, ele se conecta com a elite artística da cidade do Rio de Janeiro que já retratava a cidade, os bairros, e as vistas mais importantes. Em 1867 inaugura seu próprio estabelecimento onde trabalhava como fotógrafo e com a venda das imagens da cidade. Um incêndio em 1873 destruiu todo o seu acervo, ocorrendo a perda de todos os seus equipamentos, E Ferrez vai a Paris para repor o que foi perdido.

¹⁰ Marc Ferrez (1843-1923) retratou paisagens e costumes cariocas da segunda metade do século XIX e do início do século XX, e é considerado um dos maiores nomes da fotografiografia do mundo. Estabeleceu-se como fotógrafo em 1867, na rua São José, nº 96, e logo se tornando o mais importante fotógrafo do Rio de Janeiro pois de metade da produção fotografiográfica foi realizada na cidade e em seus arredores e foi o principal responsável pela divulgação da imagem do país no exterior. faleceu em 12 de janeiro de 1923 (*O Paiz*, 14 de janeiro de 1923, última notícia da sexta coluna e *Gazeta de Notícias*, 16 de janeiro de 1923, na última coluna). Fonte: <http://brasilianafotografiografica.bn.br/?p=1443>

Marc Ferrez passa a retratar também eventos relacionados a família real, fotografias da marinha brasileira, recebendo das mãos do imperador o título de “Photographo da Marinha Imperial”. Durante a década de 1880 produz imagens da família real, sem obter o almejado título de “Photographo da Casa Imperial”. Vale ressaltar que em suas fotografias, ocupava-se em retratar as imagens da cidade, ficando os trabalhadores como parte da cena urbana da época.

A partir de 1880 o acervo fotográfico se expande com a colaboração de vários fotógrafos, os quais usaremos como fonte do segundo período histórico desse trabalho, que refere-se aos anos de 1889 até 1930, artistas retrataram sob os mais variados enfoques a vida social, política e econômica da cidade do Rio de Janeiro, dentre eles Augusto Malta.

Figura 3 - Anônimo



Fonte: Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.¹¹

A fotografia veiculada a informação só veio ganhar contexto a partir do ano de 1880, Através dos esforços de George Leuzinger. Os jornais impressos na cidade do Rio de Janeiro, segundo Freund (1994), determinam o início da busca pelo foco social das informações: “A fotografia inaugura os “mass” media visuais quando o retrato individual é substituído pelo retrato coletivo”. Como se pode observar, na terceira fase histórica desse trabalho ,que vai de

¹¹ Augusto Malta (Mata Grande, AL 14 de maio de 1864 – Rio de Janeiro, RJ 30 de junho de 1957) é considerado o mais importante cronista fotográfico do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX. Em 1903, foi contratado pela Prefeitura do Rio de Janeiro como fotógrafo oficial, cargo criado para ele. Passou a documentar a radical mudança urbanística promovida pelo então prefeito da cidade, Francisco Pereira Passos (1836-1913), período que ficou conhecido como o “bota-Abaixo”. Augusto Malta trabalhou na Prefeitura até 1936, quando se aposentou.

Fonte: <http://brasilianafotografiagrafica.bn.br/?p=1322> em 19 de Outubro de 2019

1930 até 1945, no período que se denomina a Era Vargas, o trabalho de Augusto Malta continua sendo referência artística e não mais política como era na República Velha.

Segundo Viana (1956), em 1931, durante a Era Vargas o governo provisório objetivou a difusão da ideologia de estado para as camadas populares, criando departamento oficial de publicidade. Em 1934 se torna departamento de propaganda e difusão cultural, e já no Estado Novo torna-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O DIP possuía setores de divulgação para rádio, cinema, imprensa, turismo e esportes, organizava manifestações festivas cívicas e patrióticas, exposições, concertos e conferências, além de dirigir o programa de radiodifusão varguista. Os Estados da federação possuíam os DEIPS (Departamento Estadual De Imprensa e Propaganda), mas o poder estava centralizado no DIP.

Todas as matérias eram distribuídas pelo DIP de forma gratuita e assim impossibilitava o trabalho da imprensa realizada pelas empresas particulares, e acabava monopolizando o noticiário. O rádio foi sendo difundido nas escolas, fábricas e empresas, através do programa “Hora do Brasil” transmitido nacionalmente. Nos cinemas havia o cinejornal que era apresentado antes de cada seção, documentários de curta metragem que faziam uma crônica da vida nacional. Os cinejornais trouxeram ao Brasil o Tio Sam, Walt Disney, além de outros. Cabia ao DIP exercer a função de censura as diversões públicas, campanhas de publicidade e foi extinto em 1945.

Nesse ambiente a fotografia documental, originada do moderno fotojornalismo, surgirá como resultado da criação original do fotógrafo, carregando em si a possibilidade de transformação social ou de manutenção do “status quo”. Assim, a fotografia pode ser utilizada no entendimento da construção da formação de subjetividades e nosso estudo vai na contramão de alguns estudos históricos envolvendo a fotografia, pois se propõe a realização de uma análise baseada em fotografias apartadas do enfoque fotografia jornalística, que muitas vezes servia a interesses políticos escusos e manipuladores. A análise aqui proposta se ocupa por levantar uma relação de causa e efeito entre os mais diversos aspectos formadores da subjetividade do trabalhador que agregue conhecimento as pesquisas científicas da área.

Capítulo 2 - O Trabalhador no Segundo Império (1840 – 1899)

2.1 O Trabalhador na Europa

A Revolução Industrial aconteceu na Europa nos séculos XVIII e XIX e se caracterizou pela substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado e pela introdução de máquinas nos processos de produção. Na Europa, a população vivia no campo e produzia tudo que era para seu consumo de maneira artesanal. França e Inglaterra tinham grandes oficinas onde os artesãos trabalhavam, mas submetidos aos donos dessas oficinas, denominadas Manufatura, a quem eram subordinados.

Historicamente, a Revolução Industrial se divide em três fases: A primeira fase entre 1760 até 1860, com o aparecimento das industriais têxteis de Algodão na Inglaterra com utilização do tear mecânico e o surgimento das máquinas a vapor. A segunda etapa entre 1860 até 1900, com a industrialização da Alemanha, França, Rússia, e Itália, com o surgimento do emprego do aço, a energia elétrica, os combustíveis derivados do petróleo, a locomotiva, a invenção do motor a explosão e o surgimento da indústria química. A terceira etapa será todo o século XX até atualidade com as inovações tecnológicas.

A Inglaterra possuía uma burguesia próspera, sendo uma zona de livre comércio na Europa, o que causou o êxodo rural, além de sua localização geográfica por estar perto do mar que facilitava a exploração do comércio ultramarino. Esses fatores tornaram a Inglaterra o berço da Revolução Industrial. Nas manufaturas, os artesãos eram explorados em uma jornada de trabalho de até 15 horas diárias, mulheres e crianças trabalhavam nesses locais também como forma de sustento para suas famílias.

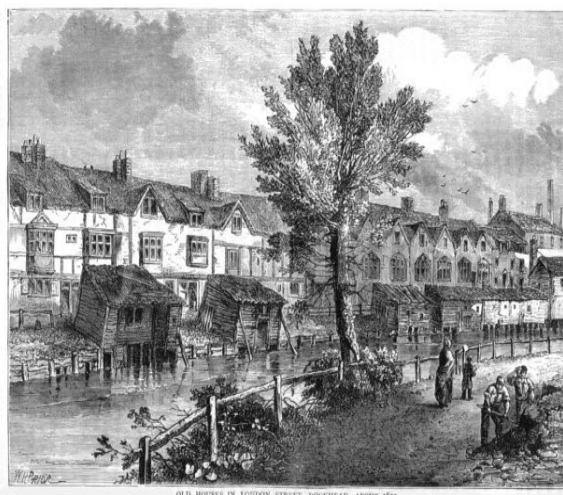
Diante desse panorama, alguns trabalhadores se revoltaram e começaram um movimento de sabotagem e de destruição dessas máquinas nas manufaturas, esse movimento se denominaria “destruidores de máquinas”, conforme Hobsbawn (2015), ou Ludismo, nome dado por causa de um personagem mítico, Ned Ludd, que não se tem existência comprovada. Esse movimento perde a força em 1813, devido a legislações na Inglaterra que puniram fortemente quem atacasse as máquinas e, em 1819, deixa de ser definitivamente uma ameaça, mas deixa como herança e aprendizado a possibilidade de mobilização da classe trabalhadora em defesa de seus direitos.

A primeira fase da Revolução Industrial acontece basicamente na Inglaterra, e suas repercussões só se iniciam de maneira contundente em 1840, quando a produção literária sobre o tema começa a ter força ao analisar o movimento industrial, com a classe do proletariado

como principal filho dessa revolução e o comunismo já ligado aos movimentos sociais da época. Hobsbawn (1983) aponta os sinais da Revolução Industrial, sendo um movimento tão importante que se confunde com a própria história da Inglaterra:

A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos. Durante um breve período ela coincidiu com a história de um único país, a Grã-Bretanha. Assim, toda uma economia mundial foi edificada com base na Grã-Bretanha, ou antes, em torno desse país. Houve um momento na história do mundo em que a Grã-Bretanha podia ser descrita como sua única oficina mecânica, seu único importador e exportador em grande escala, seu único transportador, seu único país imperialista e quase que seu único investidor estrangeiro; e, por esse motivo, sua única potência naval e o único país que possuía uma verdadeira política mundial. Grande parte desse monopólio devia-se simplesmente à solidão do pioneiro, soberano de tudo quanto se ocupa por causa da ausência de outros ocupantes. (Hobsbawn , pg 9)

Figura 4 - Rua de Londres no período pós- Revolução Industrial



Fonte: www.fotografialibra.com/gallery/1156568/london-street-dockhead-1840/ Philip Carr Informações extraídas do IPTC Photo Metadata

A imagem acima, de 1840, retrata a precariedade na qual vivia a classe média Inglesa que aspirava a sua ascensão, mas a população era constituída por trabalhadores pobres que não se entusiasmava da mesma forma, porque faziam parte do segmento explorado e que tinham perdido suas referências como trabalhadores rurais tendo que se tornar trabalhadores urbanos.

Segundo Hobsbawn (1983), é nessa mudança desagregadora que está o núcleo dos efeitos sociais da industrialização, pois o trabalhador rural, mão de obra pré-industrial, possuía suas propriedades e oficinas artesanais e complementavam a renda através do acesso aos meios

de produção de outros trabalhadores rurais. Os trabalhadores urbanos, em contrapartida, viviam de seus baixos salários ganhos nas manufaturas e conviviam com a exploração.

O trabalhador urbano tem um único vínculo com o seu trabalho: o salário. O trabalhador rural tinha outros vínculos, pois era o dono de sua produção. Para os trabalhadores rurais, a desagregação dessas relações se dava pela falta de reciprocidade do próprio com o trabalho (HOBSBAWN, 1983). Há uma falta de sintonia também com relação ao tempo, pois o tempo do trabalhador rural se relacionava com as estações do ano, passando a se relacionar com o relógio, com uma rotina de trabalho regulada.

Em 1840 Londres era habitada por 3,5 milhões de homens e mulheres em sua maioria composta pela massa de trabalhadores pobres, convivendo nos contrastes sociais entre a miséria do trabalhador e a prosperidade da burguesia dominante. Engels (2008) diz que para cada trabalhador miserável havia 10 burgueses que viviam melhor.

Como Engels (2008) argumenta, Londres possuía bairros de má reputação onde a classe operária habitava onde situavam-se as habitações degradantes nos subúrbios, formados por ruas sem pavimentos, sem saneamento e completamente sujas, contrastando com os bairros burgueses dessa cidade. Aos trabalhadores, restava o que havia de pior, que era consideravelmente ruim para os burgueses, como tecidos ruins, sapatos de baixa qualidade enquanto geralmente eram vítima de mercadorias falsas.

A história do trabalhador no século XIX na Europa é caracterizada pela migração e pelo movimento, que Hobsbawn (2015) trata como “sistema ambulante”, onde o trabalhador se filiava a uma associação e, se deixasse a cidade para procurar trabalho, recebia documentos que o identificavam como membro dessa mesma associação. Quando se apresentava procurando trabalho, era encaminhado a uma espécie de sede dessa associação, caso houvesse disponibilidade de trabalho ele usava um “livro de visitas” e executava a função que se candidatou. Caso não houvesse vaga, o trabalhador continuava sua procura nas associações existentes nas cidades vizinhas até completar o circuito das associações existentes de acordo com seu ofício. No Brasil esse movimento é conhecido como mutualismo.

2.2 O Trabalhador no Rio de Janeiro

Maior (2017) afirma que, a respeito da evolução histórica europeia comparada à brasileira, a evolução cultural europeia se encontrava há centenas de anos na frente do Brasil, acumulando experiências e já envolvida com o processo de superação do mundo medieval, procurando desenvolver as bases de um novo modelo de sociedade. Esses fatores motivaram

várias evoluções nos âmbitos filosóficos, econômicos, científicos, tecnológicos e sociais, passando pelos momentos do humanismo, do mercantilismo, da edificação das cidades, da formação do trabalho livre, do iluminismo, do liberalismo econômico, da reforma religiosa, do advento das primeiras indústrias e da instituição do trabalho assalariado.

No mesmo período, o Brasil ainda estava submetendo-se a um processo de descoberta, integrado a uma experiência de povoamento e de colonização, aleatório a sua própria cultura primitiva, tendo como bases socioculturais e econômicas a produção agrária, as pequenas manufaturas e o trabalho escravo, estabelecendo-se em em um capitalismo primário escravagista.

A história do trabalhador no Brasil reflete bem o desenvolvimento social de seu povo. Enquanto as primeiras indústrias despontavam na Inglaterra já no final do século XVII com a instalação das primeiras fábricas de tecido, alavancadas pelo protecionismo alfandegário, pela “subsidição” financeira das indústrias e por uma política de livre comércio, dando origem a classe operária e a formação da personalidade social do homem; No Brasil, por conta de seu processo de colonização e do regime escravagista, apresenta especificidades sociais distintas que serão abordadas adiante.

O processo industrial iniciado na Inglaterra subdivide a sociedade em duas classes: o capitalista e o proletário, onde o capitalista é o proprietário dos meios de produção e o proletário era proprietário apenas de sua força de trabalho. Este último passou a ser subjugado pelos interesses do capitalista, que pagava salários irrisórios por conta da alta demanda de trabalhadores, visando a maximização de seus lucros e mantendo os trabalhadores sob condições desumanas. Os trabalhadores na Inglaterra ,como forma de proteção, em situações de desemprego e doença buscavam ajuda nas sociedades de socorros mútuos que exerciam um papel específico na segurança social, material e moral dos trabalhadores.

O capitalismo industrial, surgido na Inglaterra, se estabelece como um fenômeno evolutivo, correlacionando-se diretamente com o processo de construção do homem social. A opressão vivenciada pela classe operária leva o homem a recorrer aos seus instintos ,em princípio, apenas com o objetivo de manter sua sobrevivência.

O Brasil teve seu processo de industrialização iniciado somente a partir do ano de 1846, na cidade do Rio de Janeiro, com a implantação de sua primeira indústria (AZEVEDO, 2013). No entanto, o seu processo de construção do homem enquanto ser social ,mesmo que primariamente, remonta a época da escravidão que é considerada como a primeira forma organizada de trabalho (MARTINS, 2003).

Baseado nas afirmações de Maior (2017), é impossível negar a formação histórica do trabalhador no Brasil mesmo em seus períodos mais primórdios. Há elementos importantíssimos que vêm das relações estabelecidas entre os movimentos de resistência promovidos pelas pessoas escravizadas e os vários movimentos emancipacionistas; integrados por reivindicações e revoltas populares de pequenos comerciantes. O Brasil Colônia e o Brasil Imperial possuem uma história social riquíssima, que invadiram o Brasil República, influenciando a cultura brasileira ainda nos dias atuais. Estes estudos carecem de maior exploração pelos historiadores, no sentido de se atribuir a estes eventos um caráter social.

O desinteresse dos historiadores em se tentar imputar ao homem uma identidade social anterior ao ano de 1888 se justifica, segundo MAIOR (2017), pelo fato de que o Brasil, até 1888, não se inclui historicamente em nenhuma das classificações da história da humanidade, nem na escravidão clássica, nem no feudalismo, nem no capitalismo. O modo de produção no Brasil apresentava-se, desde o início, longe do modo de produção capitalista, mas sem se revelar enquanto tal, permitindo a construção de concepções deslumbradas e dissimuladas da sociedade brasileira, considerando a inexistência de uma sociedade de classes ou de trabalhadores.

No Segundo Império se prenunciava o fim da escravidão. Em 1850, no dia 04 de setembro foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz como resultado das exigências do governo britânico que cobrava do Brasil uma posição à legislação britânica, denominada de Bill Aberdeen (Agosto de 1845), que dava o direito à marinha britânica de prender qualquer navio negreiro que viesse em direção às américas. Essa lei foi promulgada pelo senador e ministro da justiça Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara e levou seu nome.

Essa lei não surtiu efeitos imediatos e ficou popularmente conhecida como a lei “para inglês ver”, onde se tem a origem desse termo aplicado a qualquer regra que exista e não é cumprida. Assim, o tráfico ilegal aumentava de forma expressiva e também o tráfico interno, com a supervalorização do valor do escravo. Nesse contexto, os grandes agricultores começaram a buscar trabalhadores assalariados, principalmente em países da Europa (Itália, Alemanha, por exemplo), refletindo em um substancial aumento da entrada de imigrantes deste continente no Brasil (SCHWARCZ, 2011).

O fim gradual da escravidão era concomitante com as mudanças econômicas significativas, através do desenvolvimento dos setores secundário e terciários, da economia brasileira. Entre 1840 e 1888 o Rio de Janeiro era o centro distribuidor de escravos, abastecendo fazendas e sendo também o porto por onde entravam os produtos manufaturados. Segundo Boris Koval (1982), o trabalho assalariado aumenta no Rio de Janeiro com a extinção do

comércio legal de escravos, liberando 15/20 mil contos de réis (8,7/11,6 milhões de dólares) gastos anualmente com a compra de escravos que foram absorvidos por uma indústria em desenvolvimento.

Segundo o autor, entre 1850 e 1858 surgiram 62 novas empresas, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navios, 8 minas, 3 companhias de transportes urbano e 8 ferrovias. O trabalho assalariado feito pelo homem livre começa de forma gradual, pois a maioria dessas fábricas também empregava mão de obra escrava. De acordo com o censo de 1849, a população escrava era de 110.599 (41,5% no total de 266.469 de habitantes). Por essa razão, Chalhoub (2012) chama o Rio de Janeiro de “Cidade Negra”, sendo a maior cidade escravagista da América. A parcela livre da sociedade era composta de libertos e trabalhadores livres, o que transformou a cidade em um contexto para que se criasse um mercado de trabalho completamente heterogêneo.

Durante as década de 1960 e 1970 se reconhecia que havia uma fase de transição e uma substituição que ,segundo Lara (1998), excluem o escravo da história do trabalhador, considerando a origem da classe trabalhadora com a chegada dos imigrantes estrangeiros após a abolição.

Na década de 1980, se passa a discutir o tema a partir de novas contextualizações e transformações sociais que Chalhoub (1990) nos traz como um novo olhar sobre os trabalhadores brasileiros, e considerando o trabalho livre não somente o da mão de obra migrante, mas também aquele que se denomina trabalhador escravo.

O que se denomina “substituição” trata-se da introdução do trabalho imigrante no Brasil em substituição ao trabalho escravo. Os trabalhadores estrangeiros são os iniciadores do trabalho livre e assalariado no Brasil, se desconsiderado o trabalho escravo na sociedade brasileira. Lara (1998) afirma que “em sua modalidade mais radical, a historiografia da transição postula a tese da ‘substituição’ do escravo pelo trabalhador livre, com o negro escravo desaparecendo da história e sendo substituído pelo imigrante europeu”.

Foram construídas teorias que transformam o trabalhador escravo em coisa, incapaz de ter autonomia mas a história mais contextualizada prova que não. Essas teorias consideravam os processos socio-históricos determinados exclusivamente por modos de produção social e que poder-se-ia reconhecer através desses processos o estágio de evolução daquela sociedade , desconsiderando elementos de formação de subjetividade e de constituição social como um processo dialógico e dialético. Dessa realidade se estabeleceram parâmetros de desenvolvimento baseados em uma condição social, a escravidão, mas não em sua dinâmica

nessa sociedade, o que acabou por descaracterizar aspectos importantes da formação do trabalhador brasileiro e, no caso deste trabalho, no Rio de Janeiro.

O escravizado era definido como alguém que fosse incapaz de ação autônoma, além disso, não eram capazes de representar seus valores e questões próprias para orientação de sua conduta na sociedade, por esse motivo, espelhando os significados representados pelos seus senhores. Esta posição fortalece a ideia geral introduzida no Segundo Império pelos historiadores da época, conforme Chalhoub (1990).

Pensando dessa forma, se o escravo somente espelhava o que os senhores eram e desejavam que eles fossem, se pensa no trabalhador escravo como um ente sem família, sem lações de solidariedade, promíscuo e aculturado pelos costumes de seu senhor. Com essa ótica o escravo nunca se adequaria ao sistema de trabalho livre, por ser simplesmente uma “coisa”.

Slens (1998) aponta a existência de laços familiares entre os escravos e de solidariedade mencionando a história de Policarpo e Afra que tiveram um casamento longo, comprovado pelo registro do batizado da filha do casal, afirmando que a “promiscuidade sexual” e a “instabilidade familiar” não foram regras entre os escravos.

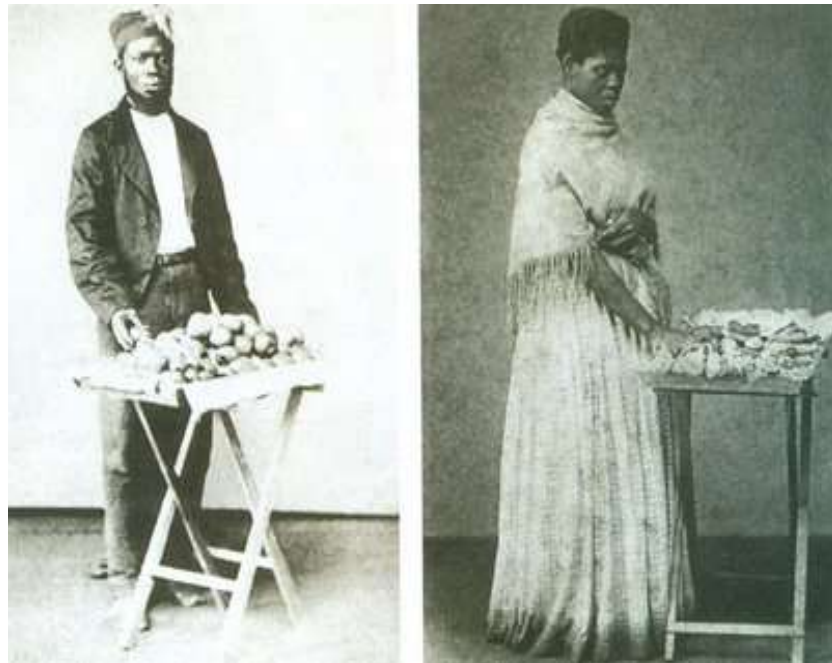
A ótica sobre os escravos na década de 60/70 é um olhar eurocêntrico a partir de pesquisas realizadas em relatos de viajantes europeus, não levaram em consideração o contexto de análise dos europeus e nem os processos diferenciados da sociedade brasileira.

Chalhoub (1999) apresenta questões interessantes quando afirma que escravos negociavam sua própria liberdade, nos fazendo pensar na ideia do escravo como “coisa”. Há, por exemplo, a história que o autor relata da mãe que foi alforriada e saiu da Bahia procurando sua filha que se chamava Felicidade, na região sudeste onde a mesma era escrava. Então ela encontra a filha e compra a sua alforria através da ajuda de outras negras.

Chalhoub (1990) nos leva a entender que as visões de liberdade e ações para esse fim não estavam somente nos quilombos, mas também nas cidades e as pessoas escravizadas criaram formas de alcançar sua autonomia se tornando sujeitos de sua própria história. O autor ressalta que apesar de não serem coisas, eram vítimas da violência de sua condição.

Os negros eram explorados pelos senhores nos trabalhos que executavam nas vilas, estradas, ou nas cidades. Estes eram os “negros de ganho” que prestavam serviços a terceiros, sendo emprestados pelo seu senhor e eram obrigados a entregar a remuneração recebida. Os trabalhadores escravos também cultivavam terra para sua própria subsistência.

Figura 5 - Representação fotográfica de escravos de ganho



Fonte: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com/2011/01/atuacao-dos-escravos-de-ganho-na.html>.

Figura 6 - Escravo de ganho trabalhando



Fonte: <http://www.faperj.br/?id=1243.2.4>

Figura 7 - Inúmeros dos tipos retratados pelo fotógrafo português Christiano Junior



Fonte: <http://www.faperj.br/?id=1243.2.4> - *Christiano Junior / MHN*

Chalhoub (1990), Lara (1998) e outros autores orientam nosso pensamento de que a substituição do trabalhador escravo pelo imigrante europeu não tem sentido, pois o trabalhador escravo já estava integrado a dinâmica do trabalho livre que os colocavam em condição de competir com o imigrante europeu. Além disso, poderiam ascender na sociedade, posição essa oposta a do “escravo coisa”, já que o trabalhador negro não era incapaz e já praticava atividades relacionadas à ordem capitalista que se instalava no Brasil naquele período.

Conclui-se que a própria dinâmica da escravidão no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, propiciaram a inserção do trabalhador negro nos modos de produção capitalista, sendo que ainda é mais explícito nas cidades com os trabalhadores escravos se organizando para exercer funções no mundo do trabalho. Tinha como certo de que a escravidão estava a margem do desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil e da história e, por sua vez, da formação de subjetividade do trabalhador brasileiro, especificamente no Rio de Janeiro, mas não esteve. O trabalhador escravo era sujeito da história do trabalho no Brasil assim como da sua própria história e, dessa forma, será considerado nesse trabalho.

Vejam os abaixo o índice de absorção e de transferência da condição de trabalhador escravo para trabalhador livre:

Tabela 1 – Índice de absorção e de transferência da condição de trabalhador escravo para trabalhador livre

	Inventários 1810-1835		Alforrias 1840- 1852	
	#	%	#	%
Homem	5618	64,3	3090	41,9
Mulher	3119	35,7	4286	58,1
Total	8737	100	7376	100
Criança	1582	22,4	847	52,3
Adulto	4277	60,7	474	29,3
Idoso	1188	16,9	297	18,4
Total	7047	100	1618	100
Africano	5412	66,5	3707	51,7
Crioulo	2725	33,5	3464	48,3
Total	8137	100	7171	100
	Inventários 1855-1860		Alforrias 1853 – 1864	
	#	%	#	%
Homem	1618	61,2	3422	42,9
Mulher	1025	38,8	4548	57,1
Total	2643	100	7970	100
Criança	455	27,0	1089	35,2
Adulto	755	44,9	1156	37,4
Idoso	472	28,1	847	27,4
Total	1682	100	3092	100
Africano	1132	49,8	3735	48,2
Crioulo	1142	50,2	4019	51,8
Total	2274	100	7754	100
	Inventários 1870-1873		Alforrias 1870- 71	
	#	%	#	%
Homem	762	55,8	888	38,9
Mulher	603	44,2	1396	61,1
Total	1365	100	2284	100
Criança	337	27,1	413	25,2
Adulto	515	41,4	679	41,5
Idoso	392	31,5	545	33,3
Total	1244	100	1637	100
Africano	384	30,3	739	32,8
Crioulo	882	69,7	1517	67,2
Total	1266	100	2256	100

Fontes: Livros de registros de notas do primeiro, segundo e terceiro ofícios do Rio de Janeiro – 1840/1871, Arquivo Nacional (RJ). Inventários Post-Mortem in. Góes, JRP. Escravos da Paciência. Tese de doutorado. UFF, 1998.

2.3 Questões sobre o trabalhador escravo na Cidade do Rio de Janeiro:

Em 11 de abril de 1834 a Câmara Municipal do Rio de Janeiro compôs posturas municipais que visavam controlar a mobilidade urbana do trabalhador cativo nos espaços públicos, declarando que o objetivo seria evitar crimes graves, roubos, furtos e diminuir a fuga

dos escravos. Esse documento de 1834 não era a primeira tentativa de controle e organização, já que em 1830 a câmara municipal já havia publicado as posturas municipais da cidade do Rio de Janeiro, segundo Santos (2010).

O foco político e a intenção de controle verificam-se na periodicidade da publicação e de modificação das posturas: quatro anos. A elite brasileira era escravagista e ignorava as pressões internacionais, principalmente da Inglaterra, em relação a proibição do tráfico e, como já dito nesse trabalho, o número de escravos que chegavam aqui aumentava vertiginosamente. Ressalta-se que a maior parte eram trabalhadores escravos rurais, mas grande parte era destinada aos serviços urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Graças, também, à manutenção do tráfico ilegal ao redor da cidade, o cotidiano carioca tornou-se cada vez mais complexo. A sétima postura do aditamento tratava de um problema menor frente à ilegalidade do tráfico: era a proibição de ajuntamentos e bebedeiras¹².

Rodrigues (2000) e Parron (2011) apontam o fato de que a manutenção do tráfico ilegal valia a pena porque sustentava, além dos traficantes, os fazendeiros e os políticos que, em sua maioria, eram a mesma pessoa. Assim, o comércio ilegal na cidade florescia e muitos eram alocados na Cidade com a leniência sobre o fato institucionalizado na sexta postura de 1834:

Os vendedores de escravos que têm casas estabelecidas para esse fim, ou que o fazem em leilão, assignarão termo nesta Câmara de não comprarem escravos, nem os receberem para vender, se não de pessoas reconhecidas como seus legítimos Senhores, ou que apresentem pessoas estabelecidas que como taes os afianciem, assim como que mostrem igualmente que os ditos escravos chegaram a este império antes da prohibição do tráfico de escravatura, obrigando-se a ter um livro, que será rubricado gratuitamente pelo fiscal respectivo, em que faça os assentos dos escravos que comprão ou recebem para vender, declarando a data da compra ou recebimento, o sexo, o nome, nação, préstimo, idade provável do escravo, assim como quaesquer signaes por que se faça conhecido, declarando igualmente quando, donde e como houve o vendedor: os quaes assentos serão assignados pelos vereadores, sendo pessoas reconhecidas, ou por quem se responsabilize por elles não o sendo, e serão patentes ao Fiscal, ou qualquer autoridade policial que o exija. Os infractores soffrerão a pena de 8 dias de prisão e de 30\$000 rs. de multa, e nas reincidências, a de 30 dias de prisão e 60\$000 rs. de multa, além dos que incorrerem pelo código. (AGCRJ. Códice 18.1.66. Editais de Postura 1830- 1836. 6ª postura (1834)

Esse contexto cria uma nova categoria: o trabalhador que não era nem escravo e nem livre. Eram os trabalhadores em trânsito, pois eram africanos livres que terminariam

¹² Os donos das hospedarias, estalagens, ou quaisquer outras casas públicas, que admitem indivíduos a tomarem aposento nelas, assignarão termo nesta Câmara de não receberem escravos não conhecidos por si ou seus senhores, nem pessoas suspeitas por qualquer outro motivo, tendo um livro, que será rubricado gratuitamente pelo fiscal respectivo, em que lancem todos os dias os nomes, empregos e mais sinais das pessoas que ali tomarem aposento sendo os ditos assentos assignados pelas próprias pessoas (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ). Códice 18.1.66. Editais de Postura 1830-1836. 7ª postura (1834))

trabalhando nas obras da cidade do Rio de Janeiro. A ilegalidade do tráfico obviamente teve impacto na constituição urbana da Cidade, gerando controle intenso sobre as aglomerações desses sujeitos com a proibição dos *Zungus* e batuques que se originam de casas de quilombo que servia como ponto de encontro para escravos fugidos, negros e crioulos de diversas origens. Por essa razão, estes eram espaços de uso múltiplo, onde se alimentavam coletivamente do angu que dava nome à casa, já que era o alimento dos escravos e que era facilmente encontrado nas barracas de rua na cidade. E ,como afirma Soares (1998), estes também eram espaços de encontro em volta das negras que o preparavam e vendiam o angu.

Figura 8 - Negras vendedoras de angu – Jean Baptiste Debret



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/122300946110273697/?lp=true> –

Figura 9 - Rua da Vala – Reduto dos cortiços e zungus e de encontro de trabalhadores escravos no Segundo Reinado – fotografia de Augusto Malta



Fonte: <https://almacarioca.wordpress.com/2012/12/27/rio-antigo-14-rua-da-vala/>

Evidente que a proibição dos Zungus era intencionalmente para que não houvesse organização e, obviamente, também a produção de saber e de subjetividade, exercendo controle sobre seu comportamento e do jogo¹³ era uma prática difundida entre os trabalhadores cativos.

Observem que em 1834 ainda não estávamos no Segundo Reinado e o trono estava vazio, mas o Rio ainda era a corte e capital do Brasil. O aditamento de posturas ocorrido em 1834 foi uma demonstração que o foco era manutenção da ordem para uma cidade ainda em um projeto para se tornar “civilizadamente europeia”. A “Versailles brasileira”, conforme apontado por Schultz (2008), cerceava a mobilidade do trabalhador escravo que, de forma contraditória, era a maioria da população da cidade e a movimentava economicamente.

O Rio de Janeiro era considerado município neutro, com poderes locais diminuídos e os poderes a cargo das assembleias provinciais. Apesar da cidade continuar sendo a capital, ela funcionava da mesma forma que as outras. Contudo, há uma tentativa de controle daqueles

¹³ Todas as pessoas que forem encontradas nas ruas, praças e mais lugares públicos, bem como em vendas, barracas, corredores de casas e torres de Igrejas a jogar qualquer espécie de jogo, serão multadas em 2\$000 rs. e sofrerão 8 dias de prisão e o duplo nas reincidências, sendo escravo pagará a multa o respectivo senhor, ao qual é salvo o direito de requerer ao juiz executor a commutação da prisão em açoites, na forma do artigo 60 do Código Criminal. Os donos das vendas e barracas em que forem encontradas taes pessoas a jogar, incorrerão nas penas de 8 dias de prisão e 30\$000 rs. de multa, e nas reincidências, na de 30 dias de prisão e 60\$000 rs. de multa (AGCRJ. Códice 18.1.66. Editais de Postura 1830- 1836 (9ª postura, 1834).

que eram responsáveis pelo funcionamento da cidade: os trabalhadores escravos, os trabalhadores libertos, os trabalhadores em transição e os homens livres. O aumento dos escravos na cidade, devido ao tráfico ilegal, e a intensa fiscalização, devido à postura municipal, aumentaram, então, as solicitações de senhores para que seus escravos saíssem para trabalhar legalmente como escravos de ganho.

Em 1838, período que antecede a discussão deste capítulo o trabalhador que em 1830 teve no código de posturas 3 ou 4 itens proibitivos, somando ao código de 1834, já era considerado suspeito em potencial de atos criminosos pelo simples fato de ser trabalhador escravo, conforme o artigo Tít, 7º, Art. 6º de 1838:

Todo escravo que for encontrado das 7 horas da tarde em diante sem escrito de seu Senhor, datado do mesmo dia, no qual declare o fim que vai, sofrerá 8 dias de prisão, dando-se parte ao Senhor. (AGCRJ, Códice 6.1.28. Projecto de postura em additamento às posturas de 11 de setembro de 1838).

Tít. 10. Art. 23.:

Ninguém poderá expor à venda em loja, nem mesmo em particular, pólvora e armas ofensivas de qualquer natureza que sejam (*), sem que obtenha licença da Câmara Municipal, obrigando-se as não vender a escravos, nem a pessoas de suspeita, prestando, além da licença, uma fiança, perante o juiz de paz, de pessoa idônea e de probidade conhecida. Os infratores incorrerão na multa de 20\$ rs. e 8 dias de prisão, e, no caso de reincidência, em 30\$ rs. e 20 dias de cadeia. (Ibdem).

A incorporação de leis que haviam sido aprovadas em caráter provisório indica que a mobilidade dos trabalhadores era uma questão para o governo da época. No Rio de Janeiro o controle do estado chegou ao seu limite entre os anos de 1839 e 1840, quando a Câmara Municipal faz novo aditamento às posturas municipais de 1838. Neste caso, todos os 18 artigos tratavam sobre o trabalhador escravo e o trabalhador urbano. Alguns artigos tratavam sobre a procedência dos escravos¹⁴, indicando como os africanos que desembarcavam ilegalmente deveriam ser comercializados: (Art 1º):

¹⁴ Art. 5º. Nenhum escravo poderá ser vendido senão perante o Juiz de Paz do Distrito do vendedor, do que se lavrará termo em um livro para esse fim destinado, escrito pelo Escrivão que declarará no termo não só o preço da venda como também o nome do escravo, sua naturalidade, idade, estado, ocupação e signaes característicos e os nomes do comprador e vendedor, que assignarão, ou alguém por eles, o dito termo, juntamente com o Juiz, servindo de título ao comprador uma certidão deste termo. AGCRJ, Códice 6.1.28. Projecto de postura em additamento às posturas de 11 de setembro de 1838.

Art. 6º: Os escrivães não lavrarão este termo sem exigir do vendedor ou comprador o conhecimento de pagamento de meia siza do escravo vendido, cujo conhecimento será ditado no referido termo e arquivado no Cartório do Distrito. O transgressor será punido com suspensão por um ano e multa de 20\$00011. (ibdem)

Em todos os Juízos de Paz do Império, haverá um livro de matrícula de todos os escravos existentes, ou que d'ora em diante nascerem, com declaração dos nomes, naturalidades, idades, estados, ocupações, e signaes característicos dos escravos, e bem assim dos nomes, e residências dos Senhores. (AGCRJ, Código 6.1.28. Projecto de postura em additamento às posturas de 11 de setembro de 1838).

Especialmente no artigo 14, a tutela do governo se dá de forma mais incisiva sobre a mobilidade do trabalhador:

Fica proibido aos Senhores de escravos que consentirem que eles morem sobre si, a pretexto de quitandarem ou por qualquer outro: os transgressores serão punidos com 5 a 15 dias de prisão, e multa de 10 a 30 \$, e os escravos castigados com 100 açoites, e trarão por 1 ano ferro ao pescoço, penas estas que serão dobradas havendo reincidência (Ibdem)

Observa-se que agora a punição também é para o Senhor, caso o escravo vivesse sozinho e trabalhasse sem registro, conforme orientado pelas posturas municipais. O Ferro no pescoço também era aplicado ao escravo fugitivo, ou seja, ao olhar do governo sobreviver com alguma possibilidade de autonomia se equiparava a fuga.

Em 1840, no dia 23 de julho, D. Pedro de Alcântara foi declarado maior de idade e foi investido de poder e enfim exercendo suas funções constitucionais, marcando o início do Segundo Reinado. O projeto de maioria do imperador tinha sido articulado pelo partido liberal, conhecido como Luzia, em referência a uma vila de Minas, Santa Luzia. Esse grupo defendia a monarquia federativa em oposição ao poder moderador e ao senado vitalício, assim denominado pelos conservadores, conhecidos como Saquaremas, nome de um município do estado do Rio de Janeiro, onde um dos seus líderes, o Visconde de Itaboraí, tinha uma fazenda na qual o grupo se reunia. Os saquaremas eram favoráveis a centralização do poder. O primeiro ministério de D. Pedro II foi assumido pelos liberais (Luzias).

Os dois partidos tinham origem de outro grupo denominado acção liberal moderada, que por sua vez, se dividia entre progressistas e regressistas. Nem Luzias e nem Saquaremas levavam em consideração a vontade popular que desejava um governo representativo. O que predominava era uma política clientelista que, conforme afirmava Holanda Cavalcanti: Nada mais parecido com um Saquarema que um Luzia no poder.

Devido a sua fragilidade e ao momento político, em 1841 foi substituído por um Gabinete Conservador que, com a maioria que tinha nas Câmaras, aprovou a volta do Conselho de Estado e a reforma do Código de Processo Criminal de 1832, dando ao Ministro da Justiça a centralização dos poderes policiais das Províncias.

O Conselho era composto por ambas as tendências políticas da época e era um grupo que tinha como característica a elite da política imperial, tutelando o imperador e construindo

sua imagem para que se apresentasse como um moderador e fator de equilíbrio no Império. Os Liberais formam um novo ministério em 1844 ficando até 1848 adotando as medidas que eram defendidas pelos conservadores.

Apesar de derrotados, os liberais vieram a formar um novo Ministério em 1844 e governaram até 1848 adotando medidas defendidas pelos conservadores. Mas, de qualquer forma, os conservadores foram os que mais governaram o Império. Em 1853, formou-se o Gabinete de Conciliação que incluía liberais e conservadores sob a liderança de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marques do Paraná, iniciando, assim, um período de paz e prosperidade econômica conhecido como “o apogeu do fulgor imperial”.

No Segundo Reinado foi implantado o Regime Parlamentarista que foi fundamental para a estabilidade política. Embora fosse diferente de suas características originais, pois o imperador podia nomear e demitir o primeiro ministro essa máquina governista era utilizada para garantir a manutenção dos governistas no poder. dando ao governo bastante tranquilidade, pois elegia uma câmara harmonizada com o gabinete que o imperador preferia.

Conforme Mattos (1990), o aperto das leis escravagistas na década de 1840 era uma manobra dos chamados Saquaremas e teve enorme fluxo na câmara municipal, mas não foi aprovado. O Projeto político desse grupo, segundo Chalhoub (1990), não foi sancionado por diversos fatores e, além de não haver clareza de quem foi o responsável por sua elaboração também não se soube exatamente quem barrou: A câmara, o ministério do império ou a assembleia geral. Esse projeto não sancionado privilegiava o governo do Estado e coibia o nepotismo, sendo uma radicalização das posturas de 1838, que, como visto nesse capítulo, se preocupava em organizar e ordenar uma cidade totalmente escravagista, focada na divisão do espaço público e privado com uma intromissão direta nos poderes particulares.

A política Saquarema, segundo Parron (2011), apoiava a abertura do tráfico ilegal e o controle da população cativa e de quem desembarcava para esse fim, tendo como objetivo documentar a procedência para controle dos espaços e saber todos os escravos comprados e vendidos na cidade. Mas esse controle obviamente não poderia permitir ao Estado a institucionalização da ilegalidade. Os Saquaremas compartilhavam interesses com a elite cafeeicultora a partir do desenvolvimento conseguido através de mão de obra e, além disso, ditava que todas as posturas sobre o trabalhador escravo tinham o açoite e a prisão como formas de castigo.

A partir de 1847, esse parlamentarismo se consolida, havendo durante o Segundo Reinado trinta e seis Gabinetes, com uma média de permanência de um ano e três meses para

governar. Esse sistema não causava instabilidade política devido a um sistema flexível de rodízio que permitia que o partido de oposição assumisse o Governo sem traumas e rupturas, dando continuidade ao Governo anterior. Dessa forma, o imperador imperava, governava e administrava, sendo que o controle do Estado estava de acordo com os interesses das elites.

O Império teve sua melhor época entre 1850 e 1870 com a lavoura cafeeira em expansão, permitindo o crescimento da economia e essa prosperidade era sustentada pelo trabalho escravo, tão desejado pelas elites. Depois de 1870, devido as dificuldades causadas pela guerra do Paraguai e com o problema da escravidão que se tornava insustentável, os conservadores (Saquaremas) quiseram aumentar seu domínio no governo, impossibilitando a política já praticada de conciliação, surgindo, então, o Partido liberal radical que foi a base para a criação do Partido republicano, findando assim as conciliações da elite imperial colocando monarquia em crise. (CHALHOUB, 1990).

A abolição da escravidão se deu em 13 de maio de 1888 e agravou a crise na economia cafeeira, acelerando a decadência de oligarquias tradicionais que detinham o poder no processo monárquico. Em 1889 era proclamada a República e o poder econômico se concentra nos produtores de café que estavam no seu processo de ascensão. Ferrovias são construídas e o trabalhador livre domina o contexto social, essa nova oligarquia passaria a controlar o poder na nova República.

2.4 Outras formas de organização do trabalhador na cidade do Rio de Janeiro: o mutualismo

Nesta época, o mutualismo dialoga com as necessidades de transmutação do ser social recém inserido no mundo do trabalho, também com as necessidades do trabalhador escravo e do liberto. Segundo Martins (2018), as mútuas foram criadas no Brasil na primeira metade do século XIX e se multiplicaram ao longo dos séculos XIX e XX, só começando a perder espaço de atuação a partir da década de trinta.

O mutualismo no Brasil é considerado como um movimento associativo que tinha por objetivo a prestação de socorros a seus integrantes em momentos de necessidade. As mutualistas em geral ofereciam pensões, indenizações, medicamentos ou atendimento hospitalar e financiavam funerais, configurando-se como em associações de benefícios mútuos. Ao mesmo tempo, constituíam-se como espaços de sociabilidade em um período em que as alternativas de lazer não eram muitas, mostrando-se como um movimento estratégico do proletariado na luta pela sobrevivência.

Ressalta-se que esta prática associativa não estava restrita a uma classe específica da sociedade, porém, cabe ao objetivo desse capítulo tratar das associações de benefícios mútuos relacionadas a classe dos trabalhadores, delimitando-as geograficamente a cidade do Rio de Janeiro.

Havia uma grande gama de associações existentes na cidade e é interessante, por essa razão, diferenciá-las. Jesus (2013) diferencia as sociedades beneficentes (socorros mútuos) das irmandades leigas. As irmandades, embora parecidas com as associações mutualistas, consistiam em associações laicas de religiosos originadas muito antes das mútuas, que procuravam apoiar a Igreja através da disseminação e do fortalecimento da fé católica.

A mesma autora afirma ainda que no estudo das mútuas focadas na área do trabalho também se faz necessário procurar diferenciar as mútuas das corporações de ofício. Embora fosse comum que uma associação de ajuda mútua reunisse trabalhadores de uma mesma categoria profissional, no entanto, a maioria das mútuas não fazia distinção quanto à ocupação dos associados. As principais funções das corporações de ofício eram a transmissão e proteção de um saber específico, funções que não integravam o conjunto de atividades da maior parte das mútuas conhecidas.

Quando se caracteriza o mutualismo não devemos confundir mutualismo com filantropia. As associações filantrópicas, muitas vezes, no Brasil do século XIX, denominadas “beneficentes”, visavam oferecer socorro aos necessitados sem que da parte destes houvesse contrapartida financeira.

As associações mutualistas apresentavam variações em sua composição, motivação, temporalidade, clientela e objetivos. Em geral, as mútuas tinham base local, sendo minoritárias as de alcance regional ou nacional. Havia aquelas que se organizavam por etnia e muitas foram erigidas em torno da categoria profissional dos associados, por locais de trabalho ou indiscriminadamente, reunindo trabalhadores de diversos setores. (JESUS, 2013)

O mutualismo eclode no Brasil, em princípio, não configurado como um processo evolutivo natural do homem enquanto ser social, mas sim com o rótulo de um assistencialismo que se perpetuou em uma relação de continuidade e complementaridade no movimento sindicalista. Apresentar o mutualismo como parte da história do trabalhador se faz mister para entender as relações dos trabalhadores livres em um período histórico obscurecido pela escravidão e oferece um olhar sobre a formação no Brasil de um capitalismo diferenciado e aleatório que se encarrega de nublar a história da formação social do trabalhador brasileiro.

Os historiadores que procuravam contextualizar os seus estudos buscando subsídios na cultura europeia, sem se aprofundarem nos estudos de determinados períodos históricos da formação sociocultural e econômica brasileira, que se confrontados sob uma nova ótica argumentativa poderiam se mostrar reveladores.

De Luca (1990) justifica esta percepção errônea a respeito do mutualismo afirmando que a visão acerca do mutualismo está relacionada a incorporação de valores e da organização social, não se alinhando aos valores que os historiadores podiam identificar como resistência aos abusos do capital, já que o movimento mutualista poderia atuar na dissolução ou diminuição dos conflitos de classe porque garantia aos seus associados determinada proteção extra salarial quando fosse necessário.

Em princípio, os estudos envolvendo o mutualismo no Rio de Janeiro ignoravam o uso de referências classistas em seus trabalhos, associando-os ao processo industrial. Segundo Viscardi (2010), apesar do argumento parecer convincente, tal abordagem deve ser antecedida de uma discussão acerca da pertinência do uso de referências classistas para o estudo do mutualismo. Não se trata de negar a existência de classes, mas de repensar seu potencial analítico para o melhor entendimento do mutualismo.

O fato das mútuas não terem como propósito a luta política em favor dos trabalhadores não necessariamente implicaria em afirmar que elas estivessem indiferentes às mesmas. Apesar das mútuas poderem ser dirigidas por setores médios ou por membros de camadas superiores, a maior parte de seus sócios era composta por trabalhadores simples e empobrecidos. Por essa razão, algumas mútuas envolveram-se na luta operária, apoiando greves e cedendo seus espaços para as sociedades de resistência. Tal envolvimento, contudo, não era uma prerrogativa do mutualismo e não ocorreu na maior parte das associações.

Batalha (2004), em seus estudos envolvendo as relações entre os sindicatos e as associações mutualistas, assinala a necessidade de se romper com a visão tradicional que separava a ocorrência das associações mutualistas e sindicais em etapas distintas que se sucediam, contestando a ideia de que as associações de resistência teriam substituído às mútuas. Sugere, enfim, que as ações de ambos os tipos de associação de trabalhadores se confundiram durante um período de tempo. Ou seja, as mútuas incorporavam ações de resistência e os sindicatos promoviam ações assistencialistas.

Além disso, ao incorporarem também ações de resistência, de certa forma as mútuas, antecipariam funções próprias das associações sindicais. De tal modo, conclui-se que as mútuas

teriam sido os únicos mecanismos legalmente possíveis de agregação dos trabalhadores entre o final do século XIX e início do XX, sem o qual dificilmente o movimento sindical teria se desenvolvido. Portanto, entende-se que as mútuas representaram também uma forma de resistência e luta contra as desigualdades das classes trabalhadoras de grande relevância social.

Batalha e Cord (2015) apresentam as associações mutualistas, que eram em sua maioria organizadas por sociedades religiosas, como promotoras de uma consciência social a respeito do mundo do trabalho no Brasil com uma crítica historiográfica e demonstram que as experiências mutualistas foram um momento de bastante maturidade do associativismo de trabalhadores. Os autores evidenciam que não se pode mais ignorar as experiências de associação em sociedades mutualistas e que tais análises são indispensáveis para a compreensão mais geral do fenômeno associativo no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Entender o mutualismo tem uma função imprescindível na reconstrução histórica do papel dos trabalhadores na conformação da luta por direitos sociais, na participação política e, ainda, na compreensão da cidadania no Brasil.

Chalhoub (2003) afirma que nas sociedades mutualistas agregavam-se ex-escravos e “homens de cor” e vislumbra-se o fenômeno associativo entendido como resultado das práticas de “solidariedades horizontais”. Analisadas historicamente como experiência de ação cotidiana e cultural, sustentadas originalmente por homens e mulheres, no contexto econômico, social, político e ideológico da sociedade monárquica escravista, em um período histórico específico, caracterizado como de crise da hegemonia política e cultural dos mecanismos de dominação da ideologia senhorial (pós 1871).

O mutualismo guarda estreita relação com a evolução da espécie humana. Kropotkin (2009) em suas teorias destaca a importância do instinto de apoio mútuo como um dos principais fatores de evolução, tanto entre animais quanto entre os seres humanos. A cooperação entre os indivíduos de uma espécie tem impacto sobre a luta física pela sobrevivência, amenizando-a, o que acaba por resultar no desenvolvimento de faculdades intelectuais e morais, como o senso coletivo de justiça, a compaixão e o apego mútuo.

O capitalismo levou o brasileiro a se aglomerar em associações de benefícios mútuos, em busca de proteção em situações de desemprego ou doença, o que se pode traduzir em um mutualismo contemporâneo, onde se estabelece uma visão apartada da gênese biológica humana. A esta época, segundo Leontiev, (2004), as leis sociais começavam a interferir na constituição do sujeito.

Passando de uma lógica assistencialista para uma lógica reivindicatória, os trabalhadores decidem se associar na persecução de seus objetivos dando origem aos sindicatos. Contudo, elas só ganham força após a Segunda Guerra Mundial, impulsionados pelas ideias comunistas e socialistas que predominaram nos movimentos sindicais americanos, italianos e espanhóis, depois de um longo período de atuação na clandestinidade. O que se constata é que todos os avanços sociais, mesmo que pequenos ou parciais, foram frutos da atuação dos sindicatos (BORGES, 2006).

A partir desta época, segundo Leontiev (2004):

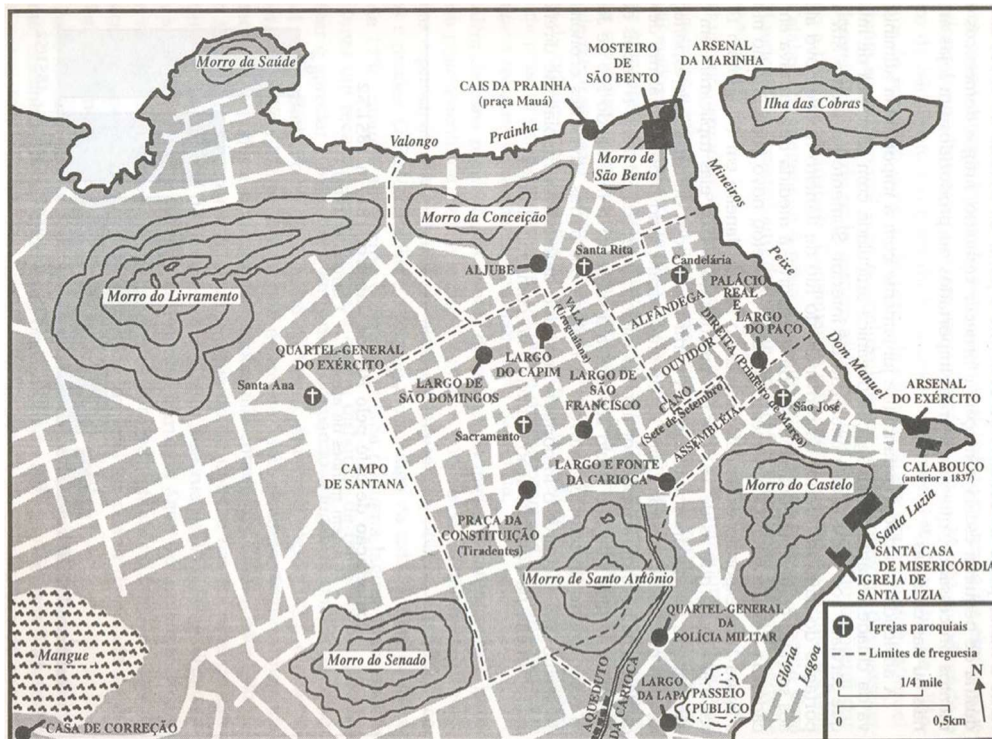
Os seres humanos conseguiram dar o grande salto: das funções psicológicas elementares (memória natural, reflexos, atenção involuntária, formas naturais de pensamento e de linguagem, reações automáticas e etc.) para as funções psicológicas superiores (memória lógica, atenção voluntária, pensamento verbal, linguagem elaborada, formação de conceitos, planejamento, etc. Salientando que esta evolução nasceu do social, surgindo por meio do trabalho desenvolvido pelo homem, pelo conhecimento produzido e transmitido a outros homens e se caracterizou por ser controlada de forma consciente e voluntária. (Leontiev, pg 43)

Na Inglaterra, o fenômeno da mutualidade acaba por funcionar como mola propulsora para a evolução do homem enquanto ser social, culminando na criação dos sindicatos em consonância com a evolução social do que se chama proletariado. No Brasil, a cultura brasileira em torno das relações de trabalho baseia-se no individualismo, sem se integrar a um projeto social.

Esta individualidade é explicitada por Chauí (2001), que a justifica guardando o conceito de que a sociedade brasileira tem sua gênese na cultura senhorial e nos estamentos através da fidalguia que tem o consumo de luxo como demarcador das relações sociais entre classes, onde se tem o endeusamento do prestígio e do poder, dos títulos honoríficos, que não tem nenhuma pertença a sua atribuição, como os títulos de “coronel”. E hoje o mais corrente o título de “doutor”, que talvez seja o substituto de títulos de nobreza para alguns, ou corroborando com Chauí (2001), a manutenção da criadagem doméstica onde o número de empregados define o status.

2.5 Imagens do Rio de Janeiro – Segundo Reinado

Figura 10 - Mapa esquemático do Rio de Janeiro no Segundo Reinado



Fonte: HOLLOWAY, Thomas H.. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência em uma cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 33

O Rio de Janeiro foi a capital do Império, sede do governo e polo cultural, econômico e comercial, sendo considerado o local de nascimento dos aspectos civilizatórios da sociedade brasileira. Praticamente todos os costumes começaram nesta cidade, os hábitos e as novidades. Foi também a cidade formadora de opinião em todos os aspectos para o restante do Brasil, sendo modelo de urbanismo, civilização e progresso. Por essa razão se torna o principal centro do Império, onde se disseminam os principais profissionais de diversas áreas, inclusive os da fotografia onde Dom Pedro II, o imperador, era seu principal fomentador.

Como a fotografia nesse período era novidade, as imagens da cidade eram como a grande propaganda do Império para uma referência de civilidade para o país e para o mundo, embutindo seus valores nas imagens com o objetivo de descrever a cidade como modelo e não usar somente para apresentar a imagem, como bem ressalta Neves (2006).

Como apontado no capítulo anterior, a fotografia chega ao Brasil em 1840 através do Abade Luis Compte e é, especialmente, do interesse do Imperador D. Pedro II.

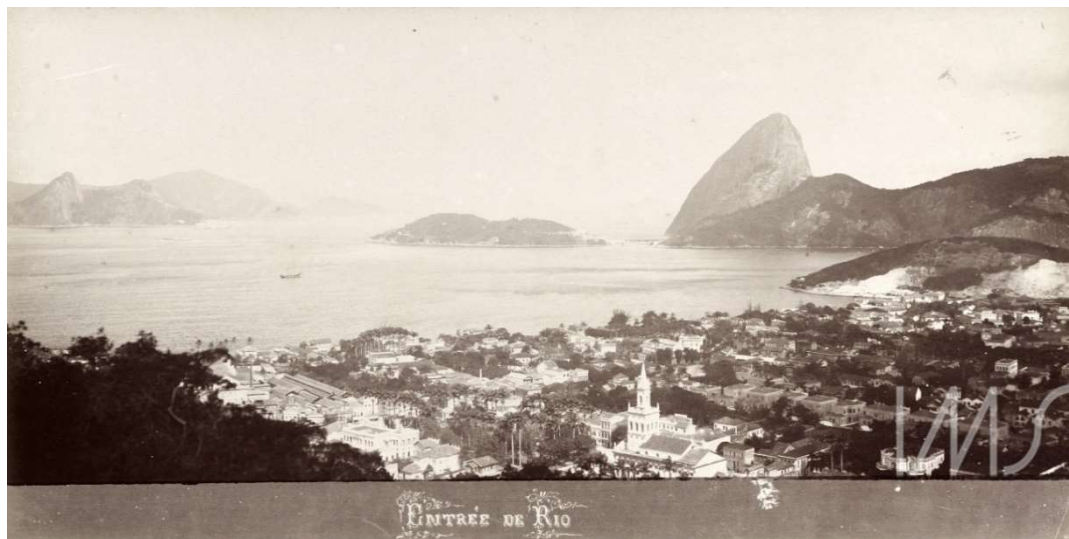
Figura 11 - Rio de Janeiro de 1840



Fonte: <https://tokdehistoria.com.br/2015/07/11/as-3-primeiras-fotografias-do-brasil-louis-compte-janeiro-de-1840/>

A fotografia acima é um daguerreotipo, sendo a primeira imagem feita no Rio de Janeiro pelo Abade. Não encontramos registros fotográficos iniciais na cidade do Rio de Janeiro até o ano de 1867, quando Marc Ferrez abriu seu laboratório. Nesse trabalho temos como orientação as fotografias feitas por Ferrez, por ele ter sido o fotógrafo mais importante desse período no Brasil. Em meados de 1870 ele se tornou membro da comissão geológica do Império e, particularmente, nos anos de 1880 e 1890 retratou a cidade do Rio de Janeiro.

Figura 12 - Fotografia de Marc Ferrez. Álbum Panoramas do Rio de Janeiro - Entrada do Rio de Janeiro, 1880

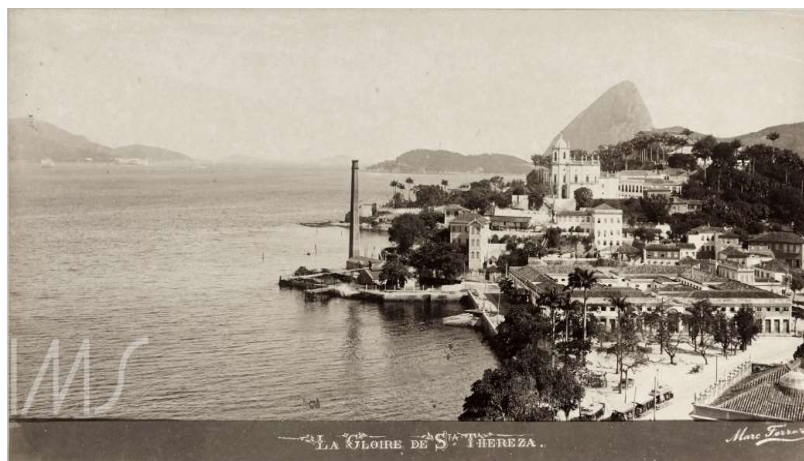


Fonte: <http://brasilianafotografiagfica.bn.br/?p=1443>

Observa-se que a intenção não era somente a de figurar a cidade, haviam também propósitos descritivos com objetivos pedagógicos, assim as imagens de trabalhadores urbanos poderiam ser utilizadas para educar o olhar de quem observa, através do olhar e da intenção de quem o retrata. Concorde-se com Neves (2018) quando ele afirma que as “esplêndidas paisagens” que Ferrez fotografou ficaram como uma marca de seu trabalho e o levaram para o reconhecimento internacional.

Deste modo, através dos contatos mantidos entre os renomados fotógrafos mundiais, principalmente na Europa, assim ocorreu uma uniformização dos olhares através das exposições nacionais e internacionais onde se trocavam experiências, se conheciam novos equipamentos, técnicas, processos e materiais desenvolvidos no ramo fotográfico.

Figura 13 - Fotografia de Marc Ferrez. Álbum Panoramas do Rio de Janeiro – A Glória vista de Santa Teresa

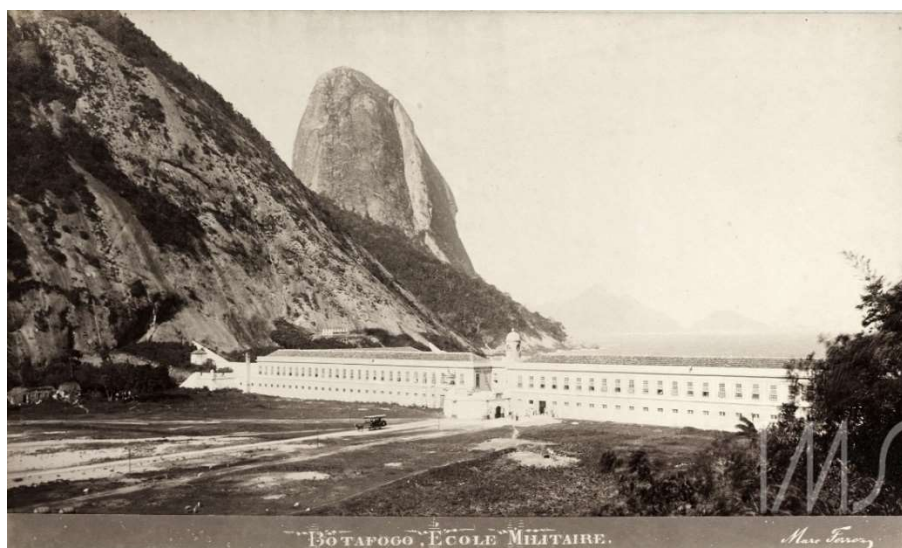


Fonte: <http://brasilianafotografiagfica.bn.br/?p=1443>

Essas exposições internacionais, conforme Maria Inez Turazzi (2003), eram de interesse da monarquia no Segundo Império, dessa forma se construía a imagem pública do Império brasileiro. Houve no Brasil exposições em 1861, 1866, 1873, 1875 e 1881 que prepararam o Brasil para as exposições internacionais que aconteceram no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do governo imperial, com imagens e paisagens de todo o país.

A imagem que o Império queria veicular se apoiava, portanto, em elementos diferentes, mas que eram retratados como não-contraditórios, como por exemplo a cultura luso europeia e singularidade do Brasil, onde se inclui/exclui o que fosse da conveniência do governo.

Figura 14 - Fotografia de Marc Ferrez. Álbum Panoramas do Rio de Janeiro – Escola militar



Fonte: <http://brasilianafotografiografica.bn.br/?p=1443>

As fotografias de 1880 são panorâmicas o que, para a época, representavam um avanço tecnológico que somente Marc Ferrez dominava. Interessante notar que as imagens serviriam de propaganda internacional, pois as legendas são colocadas em Francês. Apesar da cidade ser, como diz Chalhoub (1990), a “Cidade negra”, não há um único registro de trabalhadores escravos ou, até mesmo, livres nas imagens.

Neste sentido, ao longo da nossa pesquisa, compreendemos que a Cidade do Rio de Janeiro era formadora de cultura e opinião no Segundo Império, objetivando a divulgação do nível de modernidade no Brasil da época. Era também um grande pólo comercial, com um número considerável de habitantes que, de forma estranha, não são retratados em nenhuma fotografia. Provavelmente, a ausência do registro dos trabalhadores escravizados e livres nas

imagens de Ferrez fazia parte de um processo de evitar mostrar ao mundo os aspectos que poderiam tornar a imagem do Brasil pouco agradável.

2.6 O Trabalhador nas imagens?

Não há registro de imagens fotográficas de Marc Ferrez no período de 1840 a 1873. Isto porque que a fotografia em 1840 ainda não havia sido inventada e todo seu acervo em 1873 ter sido perdido no incêndio em seu laboratório. Seleccionamos imagens fotográficas no final da década de 1870 e 1880, assim como imagens que não são da cidade do Rio de Janeiro, pois possuem relevância para a proposta do trabalho devido ao seu conteúdo. Neste sentido, apresentamos imagens onde se retrata o trabalhador escravizado dentro do contexto de trabalho, imagens onde o trabalhador está contido, mas não é mostrado de forma evidente. Abaixo o primeiro grupo de imagens:

Figura 15 - Quitandeiras



Fonte: <https://ims.com.br/>

Essa fotografia de 1875 retrata quatro mulheres negras e pelo fato da primeira estar sem sapatos significa que são escravas e que, de acordo com Freitas (2015), eram mulheres

escravas ou livres. Eram sempre mulheres negras que comercializavam frutas, legumes, peixe seco, angu e outras comidas, sendo as principais fornecedoras de alimento no Rio de Janeiro. Eram vitais para o comércio, inclusive o de escravos, pois abasteciam os navios negreiros.

As quitandeiras dessa fotografia estão representadas trajando indumentárias que revelam talvez sua etnia e com seus panos da costa que, segundo Barreto Farias et. al (2006); Freitas, (2015); Schumacher, serviam para carregar seus filhos.

Figura 16 - Negra com seu filho



Fonte: <https://ims.com.br/>

Esse comércio era feito por escravas de ganho, ou “negras ganhadeiras”, e movimentavam a economia na cidade, levando o lucro para seus senhores e o Império conseguia arrecadar impostos. O termo tem origem na África onde Kitandas é um local de venda comum para a etnia Amundo, que se localiza na região centro-ocidental desse continente.

Essas mulheres, escravizadas para ganho ou não, se reconheciam como trabalhadoras pois, conforme salientou Arendt (1958), a condição humana se relaciona ao discurso e a

capacidade de se ressignificar nesses discursos, como base característica do estado humano. No caso as quitandeiras eram escravizadas, essa era a condição de sua humanidade, e nessa condição estaria refletido o que a sociedade naquele momento tinha como discurso para essa condição.

Essas quitandeiras não tinham noção do significado e da dimensão de sua condição, porque não entendem a sua função no meio e, naquele momento, não sabiam que modificavam o ambiente com seu trabalho e que eram úteis economicamente. A única condição que conseguiam subjetivar era de escravizadas, ou de “escravas libertas”, porque o discurso formador de subjetividade era resultado de um conceito estático (Escravidão) em uma relação com o trabalho que fortalecia o próprio conceito.

Figura 17 - Negra da Bahia



Fonte: <https://ims.com.br/>

Neste ponto, não há concordância com Marx (1897) em relação à afirmativa de que o trabalhador não se percebe como agente porque faz parte de um sistema capitalista, já que o sistema escravocrata não era capitalista. Mas, nesse sistema, o trabalhador rapidamente se apropria de sua condição humana, conforme o conceito de Arendt (1958), subjetiva-se e não sabe sua representatividade no mundo do trabalho.

A realidade observada no cenário carioca no Segundo Reinado estava aquém do conceito de trabalhador introduzido por Marx (2010), ao afirmar que no modo de produção capitalista a presença do conceito de trabalhador só se dá com a condição de liberdade. Dessa forma e nessa percepção não eram mulheres trabalhando, eram somente escravizadas.

Por outro lado, corroborando com ARENDT (1958), o discurso é o que diferencia a vida humana e que dá pluralidade e movimentação no meio social. Portanto a partir do nome da fotografia (Quitandeiras), verificamos que essas mulheres tinham sua identificação construída, sendo representadas no meio social como trabalhadoras e não como escravas.

Essas trabalhadoras escravizadas não se representam nas imagens, pois é uma fotografia feita por um homem branco (Marc Ferrez), onde uma das mulheres olha para o equipamento sem nenhum interesse, enquanto as outras duas nem percebem o que está acontecendo, com a hipótese de não saberem o que era uma fotografia.

Figura 18 - Escravos na colheita de café



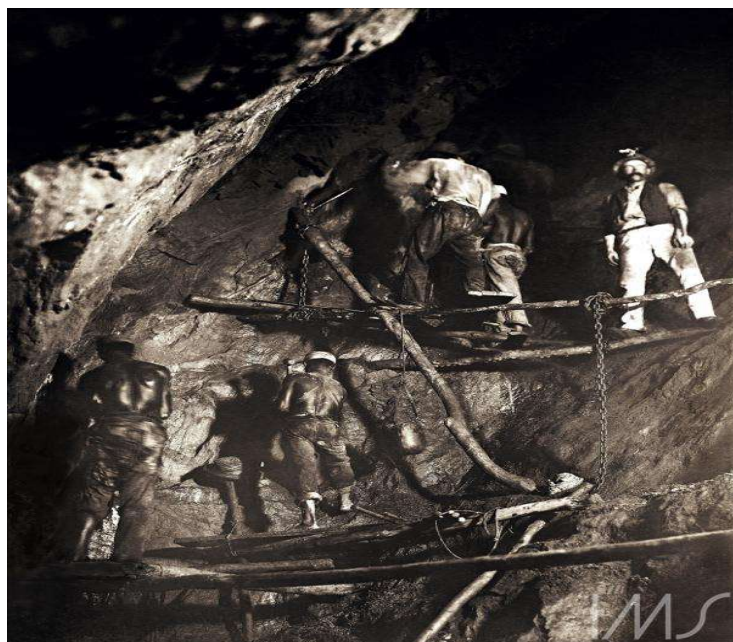
Fonte : <https://ims.com.br/>

Figura 19 - A lavagem do ouro



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 20 - Primeira fotografia do trabalho no interior de uma mina de ouro.



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 21 - Escravos na fazenda de Café



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 22 - Colheita de cana de açúcar



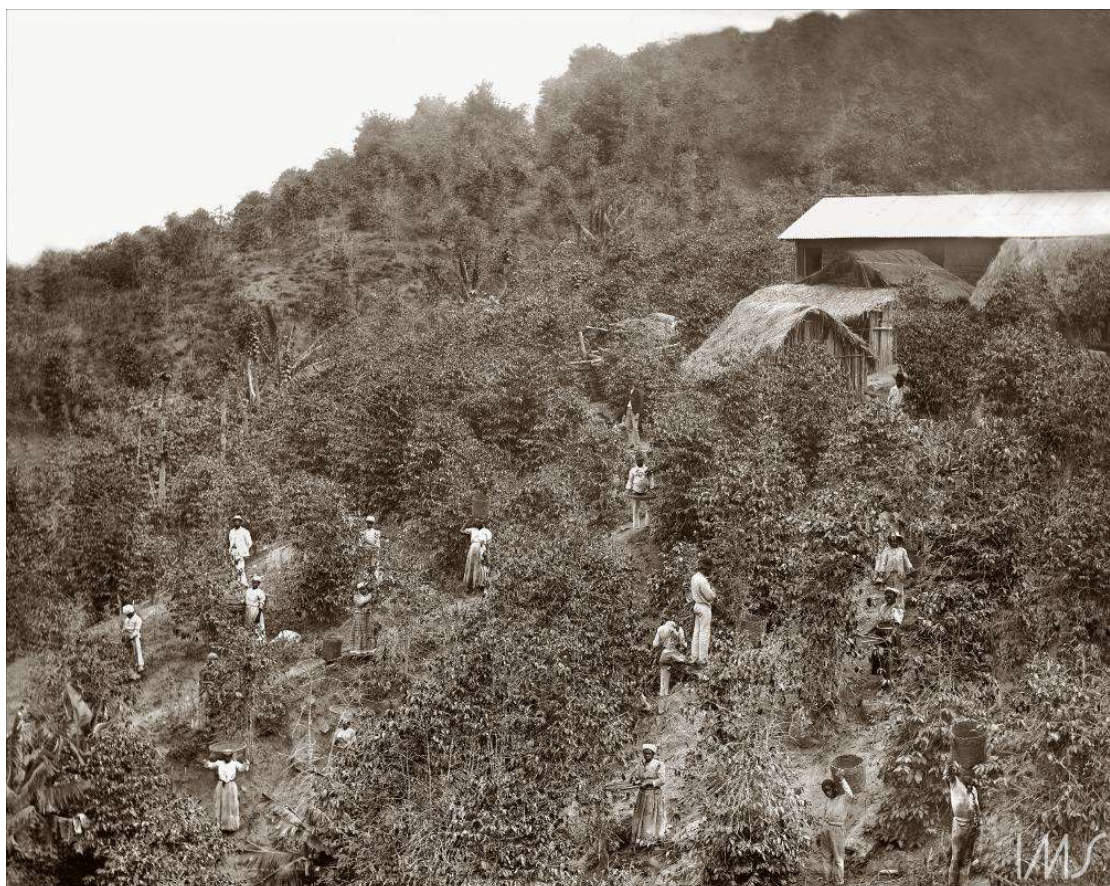
Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 23 - Saída para a colheita de café



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 24 - Colheita do Café



Fonte: <https://ims.com.br/>

Estas fotografias de Marc Ferrez (Figuras 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24) não fazem parte da cidade do Rio de Janeiro: foram realizadas em São Paulo e Minas Gerais. Retratam a colheita de café no vale do Paraíba e a lavagem do ouro em Minas Gerais, tendo relevância pela presença de escravizados. Os escravizados foram retratados na colheita de café, que era o motor econômico do país em 1882, e no minério do ouro em 1880 e 1888.

Neste ponto há consonância com o pensamento de Castoriadis (1978) sobre “quantum” de trabalho contido nessa fotografia, além do não reconhecimento da força do trabalhador. O escravizado não era reconhecido como trabalhador, carregado de substância sem valor de troca quantitativa pela não condição do trabalhador, proporciona uma dialética interessante com valor de uso relacionado ao café e ao ouro em detrimento ao valor do escravizado.

Na figura 18 existem nove pessoas retratadas em primeiro plano como escravos, no fundo se vê a figura do rosto do capataz. Aqui, o escravo confunde-se com o próprio produto e substância do trabalho, o café. Já na figura 19, o escravizado está mesclado a importância do ouro e da pureza da água, assim como com a beleza da paisagem retratada.

Não se pode afirmar que “o ser do trabalhador” está representado nessas imagens, e certamente nenhum dos atores reconhece seu papel social, já que, possivelmente, nunca viram essa imagem. Talvez Marc Ferrez representando o senhorio imperial valorizasse a colheita acontecendo, como acontecia e onde acontecia e a paisagem amena, mas rica em ouro. Pode se observar que alguns atores estão posicionados estrategicamente para fotografia (Figura 25) e esses atores possuem um ar de sorriso no rosto, de felicidade arranjada (quarto ator e o último ator da direita para esquerda).

O único trabalhador que se reconhece como tal na imagem é o capataz, sabendo o seu papel naquela estrutura social, mas que é minimamente representado, pois o olhar do fotógrafo não quer mostrar a força de coerção na imagem. O capataz representa o que DURKHEIM (1983) apresenta como construção da sociedade em pilares, onde cada indivíduo exerce sua função previamente determinada.

Seguem-se agora fotografias que retratam a invisibilidade do trabalhador, em relação a sua substância e de sua condição subjetiva:

Figura 25 - Estação do Desengano



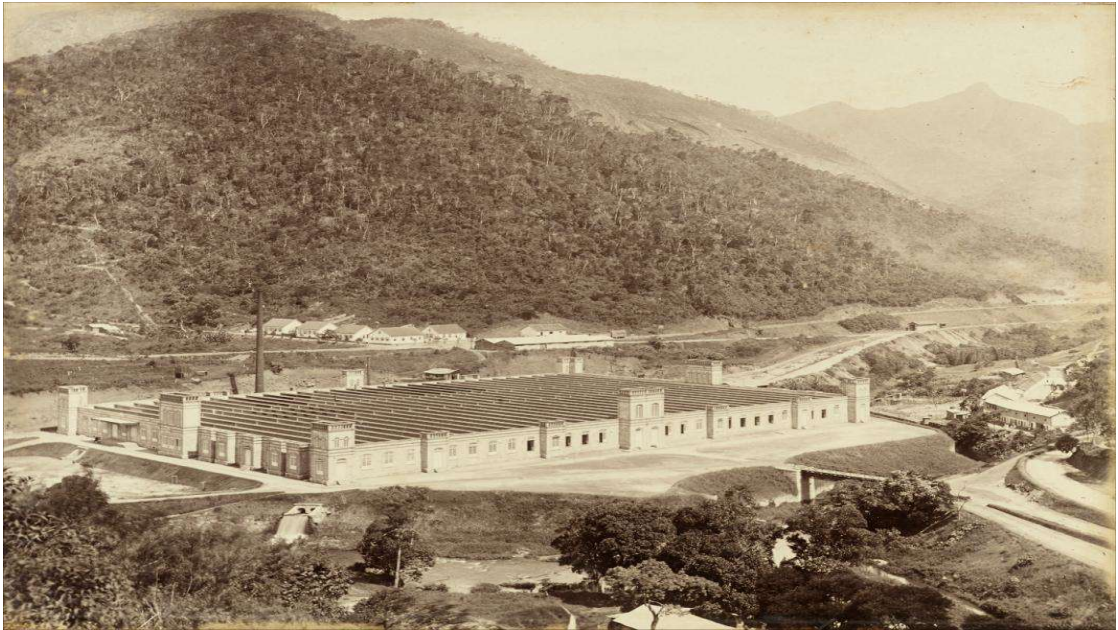
Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 26 - Jangadas



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 27 - Fabrica em Petrópolis



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 28 - Porto do Rio de Janeiro



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 29 - Casarões



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 30 - Mercado do Peixe



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 31 - Doca e mercado do Peixe no Rio de Janeiro



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 32 - Antigo palácio imperial



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 33 - Baía de Guanabara



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 34 - Casa da Moeda



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 35 - Escola Militar de Engenharia



Fonte: <https://ims.com.br/>

As imagens acima (Figuras 25,26, 27,28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36) são características do olhar de Marc Ferrz, que sempre procura retratar paisagens de longe, de forma panorâmica. Essas especificamente mostra o trabalhador na sua invisibilidade.

Arendt (1958) salientou que a condição humana está relacionada também a pertença ao mundo se referindo ao discurso e como os mesmos são significados. Há discurso nas imagens, e embora não esteja retratado o trabalhador está presente, por exemplo, no prédio da escola militar que foi fotografado, construído por trabalhadores, sendo invisibilizado pela a sua condição humana que cria o mundo comum sendo categorizado no que a autora chama de labor.

Dentro da condição humana, segundo a autora, o labor se refere aos processos biológicos do corpo do trabalhador, então ser trabalhador não seria uma condição social e de escolha, seria uma condição natural de determinados segmentos, e a categoria trabalho para a autora se refere a processos que não são naturais para o trabalhador. Nessas imagens estão contidas o que a autora chama “*Animal Laborans*” que vive no coletivo, mas não é visto pelo meio social, ficando invisível.

Nas imagens apresentadas observamos o trabalho concreto sendo realizado, o que Castoriadis (1978) afirma ser a base do valor de troca, formado pelo trabalho humano abstrato. Esse valor deveria estar representado nos objetos ou produtos que foram fotografados em sua forma qualitativa, como a substância do trabalho abstrato, sendo a representação da presença do trabalhador, mas não são visíveis nas imagens. O *Animal laborans* de Arendt (1958) produz o trabalho concreto, mas o que Castoriadis (1978) afirma formar o valor do trabalho pela substância qualitativa não é visto.

O trabalho concreto, conforme Castoriadis (1978), está presente na estrutura e na construção do prédio da estação retratada e da ferrovia e, se ampliarmos a fotografia (Figura 25), há um ser humano presente sentado na estação dando sentido a fotografia, como se aguardasse o trem. Embora essas imagens estejam carregadas do que Castoriadis (1978) chama de substância, o trabalho é realizado pelo *Animal Laborans* de Arendt (1958) e estão ocultas, não representadas no meio social.

O trabalhador está presente também na formação de subjetividade dentro da imagem a partir da história¹⁵ da estação, da história do palácio (Figura 32), do museu ou do mercado de peixes nas docas cariocas (Figura 30 e Figura 31), de dentro da fábrica de tecidos, em Petrópolis, na casa da moeda (Figura 31 e Figura 27) e nos casarões (Figura 29).

¹⁵ A estação de Desengano foi inaugurada em 1865. Na época, ficava "na estrada da Polícia e freguezia de Valencia" (no decreto 4373 de 20 de maio de 1869). Aníbal Magalhães conta que o curioso nome Desengano teria vindo na verdade de um sítio que existia no local da estação, de nome Desengano Feliz. Porém, há outra história que diz que a disputa entre os valencianos, comandados pelo Barão de Juparanã, Manuel Jacintho Nogueira da Gama, presidente da Câmara de Valença, venceram a disputa com os vassourenses, representados pela família Teixeira Leite. O Barão teria vencido a disputa fazendo a linha passar pelo território de Valença tendo doado à E. F. Dom Pedro o terreno para a passagem da linha e a estação. Para comemorar a vitória, deu o nome de Desengano por causa da decepção de seus rivais. Ali previa-se o crescimento de uma grande cidade, fato que, por um motivo ou por outro, jamais veio a ocorrer. Aníbal Magalhães levanta outra questão: por que uma estação tão grande tendo inclusive uma torre com um relógio teria sido construída em um simples arraial como Desengano? A pergunta ainda não tem uma resposta concreta. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/baraojuparana.htm em 19 de novembro de 2019.

Figura 36 - Locomotiva



Fonte : <https://ims.com.br/>

Ao contrário da Figura 25 (Estação do Desengano), aqui, na Figura 36, retrata-se os engenheiros responsáveis pela construção da estrada de ferro Rio-Minas, denotando claramente a intenção de mostrar a modernidade que a propaganda imperial desejava mostrar.

Esses engenheiros representavam a modernidade, contudo há uma contradição em relação ao período escravocrata, pois os trilhos nos quais repousa a locomotiva foram construídos também por mão de obra escravizada. No entanto, esses engenheiros não se reconheciam como trabalhadores, eram “engenheiros”, dentro da condição humana de Arendt (1958) não eram *Animal laborans*, a imagem retrata o que a autora define como “*Homo Faber*”, pronto para sua participação no meio social, onde o trabalho define sua posição e reconhecimento.

Os processos de construção de subjetividade fortaleceram o papel social de gestores do trabalho e do trabalhador e somente dessa forma poderia haver visibilidade. Eram todos obviamente brancos, com sua imagem social construída e representada pela condição de comando, dessa forma, estavam na fotografia ao lado dos invisíveis trabalhadores que assentaram os trilhos.

Ao analisar as imagens aqui apresentadas fora de sua perspectiva histórica, a questão do trabalho e do trabalhador é tratada de forma generalista, conforme afirma Schwartz (2011). No entendimento dos discursos que estão presentes nas imagens, podemos relativizar os

conceitos já estabelecidos, colocando como questão o trabalhador dentro de seu contexto histórico e social.

Bourdieu (1994) afirma que o *Habitus* é um sistema subjetivo de estruturas interiorizadas no campo social no qual o sujeito está inserido. As imagens retratam o campo social e todas as formas que os discursos sociais estão sendo inseridos pela sociedade, pela percepção do trabalhador sobre si e sobre o que ele representa. Esse sistema subjetivo, formado pelo discurso social, torna o trabalhador invisível.

A invisibilidade é garantida pela conceituação do que é o trabalho fora de sua perspectiva histórica abordada por Schwartz (2011). No período histórico tratado nesse capítulo, o mundo do trabalho é marcado por conceitos nascidos da Revolução Industrial onde, no caso Brasileiro, estava longe de ser real. O Trabalhador na cidade do Rio de Janeiro fica invisível por não se enquadrar nas teorias clássicas daquela época. Com a análise de Bourdieu (1994) o *Habitus* é construído dessa forma.

O entendimento de que o *Habitus* está formado pela subjetivação da forma que o trabalhador é visto, a partir do conceito de condição humana (ARENDT, 1958), a definição de *Animal Laborans* e *Homo Faber*, nos faz perceber como se dava a construção do *Habitus* naquele campo social no Segundo Império. O trabalhador era, em sua maioria, constituído como *Animal Laborans*, de acordo com a sua natureza biológica, o afastando de sua consciência de participação no meio social.

De acordo com Castoriadis (1978), o valor do trabalho, não sendo observado pela sua substância, confirma o fato dos trabalhadores ficarem obscuros nos processos de trabalho, pois não eram considerados trabalhadores a partir dos conceitos clássicos de trabalho. Tanto os trabalhadores escravizados quanto os trabalhadores livres estavam alheios ao valor do trabalho significado pela substância do mesmo.

Se o homem se constitui como ser social através do trabalho e esse seria seu diferencial no ambiente, como afirmam Marx e Engels (2007), o trabalhador carioca, em sua maioria escravizado, seria constituído socialmente como dominado, naturalizando sua dominação a partir dos discursos que o colocam nessa condição.

Essa universalidade Marxista pode ser colocada em questão, já que na sociedade brasileira do Segundo Reinado a condição do trabalhador não era universal. Este era escravizado, sendo maioria no Rio de Janeiro, com total diferença dos trabalhadores livres, mostrando a face perversa do trabalho, no caso do trabalho escravo, diferente da universalidade que os autores supracitados definem.

Se o trabalho é o produtor dos indivíduos a partir dos processos objetivos de ideação e, como Hegel afirma, viabiliza a satisfação do trabalhador em suprir suas faltas, colocando essa ideia como a essencialidade do trabalho, para o trabalhador do Rio de Janeiro essa essencialidade não se aplica. Pois não é com o trabalho que o trabalhador carioca supre suas necessidades e as suas faltas, mas sim com a generosidade de seu senhor, quem não pode ser considerado como análogo ao dono do capital, pois não há capital nessa relação, somente dominação e poder.

No Rio de Janeiro, não há como diferenciar o que é universal entre os trabalhadores, pois as condições sociais não são universais, como o próprio autor afirma, quando o trabalhador não possui liberdade.

Se o trabalhador, na ótica de Marx e Engels fica mais pobre na mesma medida que vai produzindo riquezas, o trabalhador carioca fica menos humano, fica coisificado como um animal de estimação, como força animal. Assim, mostra-se diferente do trabalhador que os autores teorizam quando afirmam que se transforma em máquina, muito aquém de alienação.

O que o pensamento hegeliano chama de lado negativo do trabalho, com a perda da capacidade produtiva, não acontece com o trabalhador carioca pois foram nas cozinhas, senzalas, no balaio das quitandeiras e nas casas de Zungus que o trabalhador cativo produziu e legitimou sua cultura que mais tarde seria apropriada pelo estado nacionalista.

No Segundo Império, no Rio de Janeiro, não se pode falar em revolução industrial e nem em avanços tecnológicos. Nesse trabalho a fotografia é vista como tecnologia de ponta na época e as imagens demonstram que os trabalhadores retratados não sabiam como, porque ou para que estavam sendo retratados e talvez nunca tivessem tido acesso a sua imagem e nem entendido o porquê de sua representação.

Se Arendt (1958) e Marx (2011) afirmam que o trabalho modifica a sociedade através de sua ideação pelo trabalhador, a sociedade carioca estava idealizada como algo que nunca poderia ser modificada pelo trabalhador, mas unicamente pelo senhor dono do seu corpo e de seu trabalho. Se o discurso, conforme chama atenção Arendt (1958), é o fator que diferencia o trabalhador, todo o discurso do Segundo Império, expresso nas leis orgânicas, afirmavam a ideação servil que o trabalhador no Rio de Janeiro deveria ter.

A essencialidade hegeliana do trabalhador em diálogo com o trabalho se perde pela falta dessa relação, mas se concretiza com a condição humana e a sua capacidade de significar os discursos vigentes sobre si nesse período da história brasileira.

A Labor de Arendt (1958) se refere a preservação biológica, mas para o trabalhador retratado nesse período se refere à preservação também de sua condição social pois, caso o trabalhador retratado não se submetesse, castigos físicos eram impostos. O trabalho está representado na condição humana do trabalhador, entretanto não concordamos quando a autora afirma que não é natural, pois, neste caso, para o trabalhador carioca, em sua maioria cativos, tinham como condição da cor de sua pele, de sua origem biológica. Então era natural, como afirmava a autora, que a liberdade dessa questão dependia do querer de quem o dominava.

Como Smith (2017) afirma, a natureza humana produz muito mais do que tarefas insignificantes e o enriquecimento das nações não poderia existir a despeito da própria subjetividade do trabalhador. Acrescenta-se, ainda, que com a condição de que o trabalhador tem consciência de que sua natureza era humana, caso contrário tarefas insignificantes criam a subjetividade do trabalhador.

Se a fábrica, conforme afirma Marx (1976), fazia do homem um ser monstruoso e que isso sacrificava a sua própria subjetividade, o trabalho escravo ao lado do liberto no Segundo Império mais que sacrifica, produzia algo que afastava o trabalhador da sua subjetividade.

Singer (1986) e Marx (1976) sustentam que as máquinas nos processos industriais coisificam o trabalhador, ficando passivo no processo. Esta condição não se vê no período histórico trabalhado, pois não há industrialização e o trabalhador é ativo na sua substância, de acordo com Castoriadis (1978), embora não se reconheça como tal.

Quando Marx (1876) conceitua o trabalho concreto e o trabalho abstrato na sociedade capitalista, ao traçar-se um paralelo com a sociedade carioca em 1840, o valor de uso e o valor de troca estava contido em duas características que estão retratadas nas imagens: a substância e a condição humana do trabalhador, e não da mercadoria, pois o trabalhador era a própria mercadoria e o trabalhador carioca não poderia ser chamado de alienado.

Se a coesão social é o estabelecimento da estrutura e da organização da sociedade para atender seus deveres e obter direitos, como a naturalização da divisão do trabalho e, objetivando a solidariedade social como caminho de progresso e crescimento, condenaríamos o trabalhador a ficar preso dentro dessa estrutura (DURKHEIM, 1893).

O trabalhador é definido em nome da coesão social, produzindo a solidariedade orgânica, essa subjetividade se fortalece no olhar coletivo sobre si mesma, onde a classe trabalhadora desenvolve a servidão e a sua falta de representação retratada nas imagens. O conceito de trabalhador é produzido na coesão social e o fato social, então, é o próprio trabalhador em sua subjetividade.

Para uma abordagem da psicologia histórica e social, os trabalhadores do Segundo Reinado aprendiam uns com os outros aquilo que o meio produzia, em uma relação dialética, através da zona de desenvolvimento proximal, conforme Vigotsky (2007).

É um conceito da área de educação que estamos trabalhando de forma análoga para entendimento da construção da subjetividade do trabalhador. Nessa dialética o trabalhador não é apenas sujeito, mas aprende com o outro trabalhador o que o conceito de trabalho produz.

Para Vigotsky (2007) e, posteriormente, Lacan (1980) a linguagem sobre o trabalhador é fundamental para a subjetividade, pois os signos da linguagem são os formadores do psiquismo, são estruturantes e formam o inconsciente humano que vão, de forma simbólica, se apresentando com diferenças de acordo com o contexto.

As imagens retratadas do trabalhador carioca no Segundo Reinado são linguagens construtoras de subjetividade que formam a consciência social e de suas capacidades, mas não na linguagem do trabalhador e sim da ótica do fotógrafo quis mostrar. Se o trabalhador não se representa nas imagens retratadas nesse trabalho, a subjetividade fica por conta do olhar do fotógrafo, como apresentado nas imagens.

Os discursos contidos nessas fotografias não buscam distinguir o ser social do ser natural, porque elas não retratam trabalhadores que estão contidos e fazem parte de um “todo” da imagem, como reconhecido por Leontiev (1979) e Vigotsky (2007).

Se o sujeito existe em sua relação com o meio, a subjetividade só se constrói na forma coletiva através do discurso presente nas imagens contratadas. Conforme Rey (2011), os sentidos e as significações produzidas no âmbito cultural confirmam a hipótese de que a formação de subjetividade sempre existiu, só que silenciosa e estática como se vê nas imagens.

No período histórico tratado nesse capítulo, os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro não se reconheciam como classe e a representação do trabalho, e do trabalhador, estava relacionada à situação de escravidão. Esses fatores acabam contribuindo com o fortalecimento desse papel, não se representando nas imagens, pois o autor das mesmas valoriza a paisagem onde, muitas vezes, o trabalhador é coadjuvante ou invisível.

No Segundo Império, os trabalhadores não se reconheciam como tal e ser trabalhador representava ser submisso, responsável por tarefas braçais, sem auto representatividade, sendo que a representação se daria como parte insignificante de um todo. O fotógrafo valoriza o espaço geográfico e não quem ocupa o mesmo. Os trabalhadores não se representam porque talvez nunca puderam visualizar suas imagens nas fotografias e nem percebem a importância de terem sido retratados.

No próximo capítulo, analisaremos a construção dessa subjetividade na República Velha, quando talvez não tenha sido casual a forma de retratar trabalhadores nas regiões de São Paulo e de Minas Gerais dentro do olhar desenvolvimentista do Império Brasileiro.

Capítulo 3 - O Trabalhador e ordem republicana: A República Velha (1889-1930)

Neste capítulo é contextualizada, historicamente, a crise do capitalismo na Europa e o início da mobilização dos trabalhadores, sendo fundamentais as reflexões de Erick Hobsbawn sobre o tema, com a formação no mundo dos grandes partidos socialistas. Quando no mundo do trabalho se adotam as práticas Fordistas/Tayloristas como modo de produção, inicialmente nos Estados Unidos que depois foi ganhando espaço em outros países, a partir deste momento a classe trabalhadora começa a se organizar em sindicatos. Este período é marcado pela Primeira Guerra Mundial, pelo crescimento do socialismo e pelo início da repressão do comunismo.

A reconfiguração econômica, social e política nesse período histórico no Brasil é abordada com as reflexões de Wilma Perez Costa, no que tange a abolição, e de Jaime Larry Benchimol e Boris Fausto no que se refere a reforma urbanística na cidade do Rio de Janeiro, ilustradas com as fotografias de Augusto Malta. Ao contrário do que ocorria no resto do mundo, o processo de industrialização era ainda tímido.

O Brasil era um país agrário dominado pelas oligarquias paulistas e mineiras, dando à República Velha o apelido de República Café com Leite, devido a forte influência da lavoura cafeeira de São Paulo e dos produtores rurais de Minas Gerais.

3.1 Crise do capitalismo industrial e os trabalhadores: da Europa para o “novo mundo”

Como tratado no capítulo 2, na Europa, especificamente na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, o mundo do trabalho e o trabalhador vinham em uma ação dialética caracterizada por mudanças desagregadoras que afetaram o trabalhador. Entretanto, é importante ressaltar que as fontes de pesquisa acerca da situação da classe trabalhadora, especialmente do século XIX, são escassas, conforme salientou Hobsbawn (2015). Embora insuficiente, a maioria dos pesquisadores da época referem-se à Inglaterra como o principal país a apresentar a situação do trabalhador como uma questão.

Os movimentos de trabalhadores aconteceram, em sua maioria, no período de 1789-1917. De acordo com o autor, os movimentos eram descontínuos e a dinâmica desses era caracterizada por “saltos”. A partir da última década do século XIX, especialmente nos períodos de 1889-91 e 1911-13, os movimentos de trabalhadores tornaram-se intensos e foram marcados por mudanças qualitativas e quantitativas.

As associações de trabalhadores itinerantes, mencionadas no capítulo anterior, se fundiram e surgiram com novas ideias baseadas no corporativismo socialista e sindicalista, que se estendeu para trabalhadores da agricultura com experiências trabalhistas mais independentes. O período de 1899-90, segundo Hobsbawn (2015), presenciou mudanças profundas nas técnicas das sociedades dos antigos ofícios e sofreu impacto com as ideias socialistas nas estratégias dos movimentos dos trabalhadores. O autor afirma não haver motivos claros para que esses fenômenos tenham acontecido, mas os relaciona com períodos cíclicos de mercado e de expansão comercial.

Para Hobsbawn (2015), as mudanças qualitativas se relacionaram às condições de trabalho, custo de vida, salário e índice de desemprego. Estatisticamente, sua análise foi impedida por obstáculos técnicos que não eram elaborados para dar luz a questão do trabalhador e sim a questão de mercado. Portanto, durante o processo de industrialização, o trabalho era a questão fundamental, não o trabalhador. O ato de produzir, gerar lucro e responder a dinâmica do mercado era o motor da sociedade do século XIX. O trabalhador não era visto como sujeito, mas como parte da produção, como máquina.

Rodrigues (2009) apresentou uma análise interessante acerca do movimento de trabalhadores na Europa. Para ele, os movimentos de trabalhadores tiveram início nos países europeus graças a formação dos grandes partidos socialistas ou trabalhistas, vinculados as organizações sindicais e organizados pela classe dos trabalhadores individuais das indústrias.

Embora a questão do trabalho e do trabalhador não tivesse caráter universal, havia influência dos mesmos na vida política e econômica de seus países de origem, apesar de não se encontrarem indícios de uma pauta unificada para os trabalhadores de forma global. Fora da Europa, nas Américas, devido a diferença nos processos de industrialização resultantes da Revolução Industrial, o autor ressalta que a formação dos movimentos dos trabalhadores não estava associada ao movimento sindical e não tinham força na influência das estruturas de poder.

O trabalhador europeu, entretanto, servia de modelo universal para os trabalhadores de outras partes do mundo, mas sem observar as diversas circunstâncias políticas e particularidades históricas relacionadas a formação do capitalismo europeu.

Rodrigues (2009) assegura que haviam correntes que não eram de cunho socialista, mas as características do socialismo para essa formação eram indiscutivelmente dominantes. Na Alemanha, ao final do século XIX, a social democracia tinha 400 mil membros, em 1909 tinha 633 mil e, em 1912, um milhão. O Partido trabalhista inglês tinha 375 mil membros e, em

1920, chegou a 1.430 mil membros. Na França e na Itália os partidos eram divididos por questões ideológicas não doutrinárias, mas sim partidárias.

Em países do Terceiro Mundo os trabalhadores filiavam-se a determinadas correntes políticas, não ideológicas, controladas por essas vigentes garantidas pelo Estado, de cima para baixo. Na Europa, a relação com uma corrente política (partidos políticos) era natural e estava relacionada à história da formação do movimento dos trabalhadores. Um bom exemplo ocorreu na Alemanha, onde a Social Democracia criou o partido e proclamou sua autonomia em 1904, criando sua independência em 1906 sem o corte dos laços ideológicos.

A consciência socialista na Europa relacionava-se, de modo geral, ao fator de afirmação de classe, acima de qualquer interesse particular de cada profissão. Neste contexto, tornou-se uma representação de classe mais generalista, fundamentando o trabalhador e sua presença política na forma que eram representados na sua percepção do mundo do trabalho. Infelizmente, os trabalhadores de outras partes do mundo não conseguiram obter esta representatividade.

Apontar algumas diferenças internas nos movimentos dos trabalhadores europeus faz-se importante como grau de influência, estrutura de organizações e relação com o poder político como, por exemplo, na Inglaterra, onde a ação integradora se dava nas fábricas. Este foi um modelo adotado pelos movimentos dos trabalhadores nos Estados Unidos através do Estado e a sociedade a partir dos partidos políticos que estavam sob o controle dos sindicatos. Na Espanha havia a mediação política, no entanto, não era aceito de forma alguma pelo poderio econômico.

Na França, os movimentos dos trabalhadores tinham um poder mínimo com forte oposição da sociedade. O mesmo não acontecia na Inglaterra e na Alemanha, pois estas nações tinham forte poder e nenhuma oposição da sociedade. Nos Estados Unidos, os movimentos dos trabalhadores também não apresentavam relevância do ponto de vista político, mas sem oposição da sociedade. Ou seja, na França o movimento dos trabalhadores não tinha poder social e nem uma adesão grande da sociedade como na Inglaterra. Na França corresponderia o conflito sem participação; ao inglês, a participação deliberativa; ao alemão, a vontade de controle operário e, ao americano, a participação conflitiva de forma específica.

Segundo Rodrigues (2009), o movimento dos trabalhadores nos Estados Unidos foi caracterizado pela inexistência de partidos de massa trabalhadora e pela falta de força dos movimentos socialistas sindicais na América. Outra característica importante destes

movimentos nos Estados Unidos foi o processo de industrialização que supera o mesmo processo na Europa ocidental.

Para o autor, nos Estados Unidos, a complexidade das condições econômicas, técnicas, sociais, políticas e culturais, em um contexto onde não existia uma consciência da classe a partir da corrente ideológica socialista, não configurou impedimento para o desenvolvimento dos movimentos de trabalhadores. No começo do Século XX, a grande indústria já tinha criado seu mercado nacional, os trabalhadores já estavam vinculados as grandes empresas com possibilidade de formação de um partido dos trabalhadores, podendo, assim, ter uma representação nos meios políticos.

O movimento sindical estava organizado de forma nacional e, assim, há um exemplo que o movimento dos trabalhadores não precisaria ter sua origem na miséria de direitos e na precariedade do trabalho.

As mudanças no mundo do trabalho são descritas na literatura por vários autores, como Rifkin (1995) e Pastore (1998), que observaram as transformações de forma “naturalista”, sem contextualizar. Neste sentido, salientam que o resultado foi natural, a partir do processo de desenvolvimento do mundo do trabalho, entendendo as novas relações como dadas e procurando apontar formas de adaptação, individuais ou sociais, a estas mudanças.

Outros autores veem essas transformações com mais apreensão, tendo cuidado em sua leitura, prevendo implicações sociais e individuais que fogem desse caráter “naturalista” das primeiras abordagens citadas como Antunes (1996, 1999a), Sennett (1999), Giddens (2000), Deluiz (1995) e Harvey (1996).

O mundo do trabalho no Século XX, a partir de 1913, foi caracterizado pelo padrão Fordista/Taylorista. Deluiz (1995) define o fordismo “como um modelo que organizava o mundo do trabalho”, sendo este baseado no “complexo metal-mecânico e no setor petroquímico”, no qual predomina a produção em massa e o alto nível de automação (PINTO, 2013).

Para Laranjeira (1995), este termo ficou generalizado pela concepção Gramsciana que caracteriza o sistema de produção e gestão empregado por Henry Ford¹⁶ em sua fábrica em 1913. O Fordismo é como “um novo tipo humano, em conformidade com o tipo de trabalho e processo produtivo” (Gramsci, 1974).

Pinto (2013) menciona que, para Harvey (1996), Ford tinha uma visão muito clara de

¹⁶ Henry Ford (1863 - 1947) foi o fundador da Ford Motor Company e o primeiro a aplicar a montagem em série de forma a produzir, em massa, automóveis a um preço acessível.

que era muito mais do que uma organização mais produtiva do trabalho. A produção em massa significava consumo de massa, uma nova política de controle e gerência do trabalho. Essa era concebida como a nova estética, uma nova forma de relação como o mundo, em síntese, um novo tipo de sociedade.

O modelo fordista apresenta algumas características que Deluiz (1995) descreve como modelares no seu estilo de gestão e na concepção do trabalho e, conseqüentemente, do trabalhador. O método de trabalho seria, portanto, inseparável do modo específico de viver, pensar e sentir a vida. Trata-se da regulação dos indivíduos pelo trabalho para o social e a legitimação social desta necessidade, através da realização do indivíduo (Catão, 2001). Neste modelo, o trabalhador não se reconhece como criador do objeto produzido, reduzindo-se à categoria de objeto, uma clara separação entre execução e concepção do trabalho (Pinto, 2013).

O Fordismo é operacionalizado pelos princípios de administração científica surgidos nos Estados Unidos no início do Século XX, criados por Frederick Winslow Taylor¹⁷, que sistematizou e organizou o trabalho. O Taylorismo foi implementado para racionalizar e organizar a força de trabalho, hierarquizando as tarefas, separando o espaço técnico do operacional, deixando as funções especializadas no alto da pirâmide organizacional e a parte operacional funciona com sua capacidade intelectual desqualificada.

Pinto (2013) afirma que o modelo fordista/taylorista é caracterizado pela produção em massa, colocando o trabalhador frente a tarefas simples e repetitivas, afastando-o da produtividade e de toda possibilidade de participação nas questões técnicas referentes aos bens que eram produzidos, incorporando, assim, mão de obra com pouca qualificação.

A qualificação profissional era necessária para a minoria de trabalhadores, em sua maioria ou geralmente estavam ligados a atividades gerenciais e não estavam vinculadas às tarefas de produção direta, ou seja, a linha de montagem. Como resultado deste padrão de gestão fordista-taylorista há uma extrema divisão do trabalho, nos aspectos referentes à qualificação profissional e na execução de tarefas, restringindo o trabalho qualificado a uma minoria.

Pinto (2013) corrobora com Deluiz (1995) quando apresenta como uma forte característica do fordismo a estrutura sindical dentro de um sistema de relações industriais intenso e vasto, possibilitando, por outro lado, grandes conquistas trabalhistas, com ganhos

¹⁷ Frederick Winslow Taylor (1856 - 1915) - Técnico em mecânica e operário, formou-se engenheiro mecânico. É considerado o “Pai da Administração Científica” por propor a utilização de métodos científicos cartesianos na administração de empresas. Seu foco era a eficiência e eficácia operacional na administração industrial.

salariais e, conseqüentemente, o aumento de bens de consumo duráveis. O Fordismo tem características específicas na sua estrutura industrial variando conforme o país, de acordo com sua trajetória e especificidades sociais.

A Europa e os Estados Unidos industrializados acompanharam um movimento histórico interessante, desde final do século XVIII. Entretanto, pensar as subjetividades em torno do trabalhador não fazia parte da maioria dos estudos. Tanto os autores do contexto do século XIX como os contemporâneos tentaram, de alguma forma, produzir leituras acerca do processo de proletarização da sociedade industrial europeia. Talvez Marx tenha detido maior preocupação com a situação dos trabalhadores, inclusive em relação aos elementos subjetivos.

Um bom exemplo é a questão do fetiche da mercadoria que aloca o trabalhador em um fluxo “imaginário”, levando-o à perspectiva de possuir uma parcela dos bens de produção. Para Marx (2010), o fetiche da mercadoria seria uma forma de levar o trabalhador a aceitar a exploração típica do capitalismo industrial, tornando tal exploração moralmente aceitável. Ou seja, a manutenção do fetiche, aliada à alienação, impedia o trabalhador de compreender seu papel histórico: o de revolucionar os meios de produção e, por conseguinte, a estrutura social.

Na América Latina, em especial no Brasil, o trabalhador teve um caminho histórico diferenciado. A base da sociedade brasileira, do século XVI ao XIX foi o latifúndio, a escravidão e a igreja. No latifúndio, o trabalho, para a parte do escravizado, seguia processos de invisibilidade por desconsiderar a existência deste.

Ao longo do século XIX, no período do Império, a chegada do imigrante e os processos abolicionistas reconfiguraram a estrutura econômica, política e social. Dessa forma, o trabalhador, seja no campo ou no contexto urbano, começa a exercer algum tipo de visibilidade social, conforme verificado no tópico seguinte.

3.2 Os trabalhadores cariocas na República Velha: subjetividades inscritas nas imagens no contexto urbano

Segundo Costa (2010), após a abolição não houve a catástrofe econômica nacional que alguns profetizaram. O ritmo de crescimento apresentou-se acelerado, o que facilitou a entrada de trabalhadores imigrantes para atender lavouras em expansão com fazendas organizadas de forma mais moderna. Entretanto, a inserção do imigrante seguiu com as mesmas condições do trabalhador rural, com a forma de olhar o trabalhador mantida como se percebia o trabalhador escravo.

Outro fator interessante a ser observado na segunda metade do século XIX foi a nova fase que possibilitou a ascensão do trabalhador, através dos processos de urbanização, com o desenvolvimento da indústria, das instituições de crédito e do comércio. Essa ascensão foi orientada para o trabalhador imigrante e o liberto. Entretanto, o trabalhador liberto (ex-escravizado) não conseguiu competir no mercado de trabalho, o que o forçou a retomar, ainda que com algumas diferenciações, as mesmas funções do tempo em que era escravizado. As cidades receberam trabalhadores libertos vindo das lavouras que executavam funções subalternas. Outros trabalhadores libertos se dedicaram a agricultura de subsistência e outros ao direito de não fazer nada.

O processo de abolição, conforme afirma Costa (2010), esteve mais relacionado a apagar a vergonha da escravidão sem se preocupar em inserir o trabalhador liberto nas sociedades de classe, sendo este abandonado a sua sorte. Essas dificuldades causadas pelo contexto da abolição foram a motivação para reafirmação de sua incapacidade de ajustamento, relacionado a sua suposta inferioridade racial, fazendo o trabalhador liberto acreditar que a tutela do seu senhor era melhor que a liberdade, já que eles foram considerados inaptos de conduzir sua própria vida.

Apesar de a abolição ter sido uma etapa vencida dos processos coloniais no âmbito da economia, o que muda estilos de vida e alguns valores sociais foram revistos, não foi capaz de vencer a etapa social do processo. Portanto, não foi possível atingir uma mudança efetiva na relação do trabalhador com a sociedade da época. O crescimento da indústria do café submeteu o Brasil a uma nova forma de domínio que se vinculou ao capitalismo internacional. Assim, essa configuração baseou-se na a visão empresarial de que a organização dos trabalhadores, conforme acontecida na Europa e nos Estados Unidos da América, estavam longe de ocorrer no Brasil.

A elite brasileira era formada por grandes proprietários e por comerciantes que estavam interessado em manter estruturas tradicionais, conforme salientou Costa (2010). Essa elite, que se dizia liberal, escolhia quais aspectos do liberalismo seriam assumidos em relação à realidade que queriam abraçar. Dessa forma, garantiriam uma forma de liberalismo conservador, que convivia com o trabalhador escravizado, da mesma forma que no início da colonização brasileira combinava-se escravidão e cristianismo.

Vale a pena ressaltar que concordamos com Costa (2010) no que diz respeito à resistência maior no contexto da abolição por parte dos fazendeiros e da indústria cafeeira em relação ao trabalho escravo. Tal situação se dava, neste contexto, na representação de uma velha

“nova oligarquia”. Assim, a chamada República Velha se inicia com a abolição do trabalho escravo, mas não houve a abolição do trabalhador escravo que simplesmente mudaria de categoria e passaria a denominar-se trabalhador livre.

Do ponto de vista urbano, durante o período da República Velha, a cidade do Rio de Janeiro, capital da República, passou por inúmeras transformações. Especialmente na primeira década do século XX, com a nomeação de Francisco Pereira Passos para a prefeitura da cidade (Figura 37), o ordenamento urbano reproduziu os moldes franceses, protagonizado por George-Eugène Haussmann, nas últimas décadas do século XIX.

Figura 37 - O Presidente Rodrigues Alves e o Prefeito Pereira Passos



Fonte: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/home/>

Na segunda metade do século XIX, o poder público começa a intervir na ordenação urbana através de planejamentos urbanos, já que a cidade era infestada de doenças contagiosas que se disseminavam pelo tipo de moradia – aglomeradas, sem saneamento e higiene precária – que por uma questão de saúde pública precisavam ser sanadas (BENCHIMOL, 1992).

O modelo urbano de modernidade era a cidade de Paris, conforme citado anteriormente, que influenciou o Império e também o trabalho de fotografia de Marc Ferrez. A reforma de Haussmann, que foi o modelo de reforma encomendado a Pereira Passos, deveria constar de um conjunto de avenidas largas, com fachadas uniformes para a circulação de mercadorias e da força de trabalho, ou seja, o trabalhador. Contudo, para isso, seria necessário reduzir bairros populares, residência da classe trabalhadora, estes oriundos da época escravocrata que, de acordo com as autoridades, eram insalubres.

Pereira Passos tinha uma boa relação com a esfera pública e privada da época e suas relações com essas esferas atendiam também seus interesses pessoais, assumindo, então, a prefeitura com plenos poderes e seus atos fizeram com que Passos ficou conhecido como o prefeito da “bota-abaixo”. Essa reforma não era somente urbanística, pois tinha intenção de modificar a vida do trabalhador carioca através de hábitos e novos costumes: proibindo o comercio ambulante, a ordenha de vacas na rua, urinar fora dos mictórios, cuspir na rua, usar fogos de artifício e cães abandonados pela cidade. Estas proibições tinham como objetivo tornar o Rio de Janeiro uma cidade civilizada, para que, assim, o Brasil pudesse ser visto pelas nações europeias como iguais por conta do padrão de suas grandes cidades (BENCHIMOL, 1992).

O centro da cidade foi reconstruído, incluindo bondes, trens e inaugurando grandes avenidas, como a Avenida Passos, Mem de Sá, Rua Frei Caneca (Figura 39). O governo federal abre a Avenida Central, que mais tarde se tornaria a Avenida Rio Branco, unindo a cidade mar a mar. Ocorreu também a ampliação do porto, a abertura da avenida Rodrigues Alves e Francisco Bicalho. O Teatro Municipal (Figura 38) também foi construído pelo filho do prefeito e engenheiro Francisco de Oliveira Passos, inspirado na Ópera de Paris.

Figura 38 - Teatro Municipal (Marc Ferrez)



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 39 - Rua Frei Caneca



Fonte: <https://ims.com.br/>

Essas habitações demolidas, denominadas de cortiço, eram habitadas por trabalhadores, sendo conhecidos por serem locais precários e sem condições de higiene. A partir das demolições iniciou-se a construção das novas redes de esgoto e de abastecimento de água (Figura 43), com o restabelecimento do Aqueduto Carioca, retratado por Marc Ferrez (Figura 41), a inauguração de novas linhas de bonde, que passaram a ser elétricos, e a melhoria da iluminação pública com postes de eletricidade (Figura 40).

Figura 40 - Colocação dos postes elétricos



Fonte: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/home/>

Figura 41 - Aqueduto da Carioca- Marc Ferrez



Fonte: <https://ims.com.br/>

No Contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro, os trabalhadores estavam concentrados na área central da cidade:

No lapso decorrido entre a extinção do tráfico negreiro e os anos setenta, avançou muito rapidamente o transito do trabalhador escravo para o trabalho livre. O capital, sobretudo o estrangeiro, A sombra dos privilégios concedidos pelo Estado imperial, apossou-se de grandes fatias do urbano, penetrou em muitas esferas básicas para a existência cotidiana de uma população cada vez mais numerosa, concentrada nos limites exíguos da área central do Rio de Janeiro. Apesar de toda a "modernização" introduzida na cidade, reproduziarn-se, em escala ampliada, como realidades espacialmente contiguas, as atividades ligadas a circulação, dependentes do trabalho bragal desqualificado, e, secundariamente, a estrutura produtiva tradicional, de base artesanal ou manufatureira. (BENCHIMOL, 1992)

O desenvolvimento e o progresso na cidade também tiveram relação com a exclusão do trabalhador urbano nos processos de urbanização. Estes trabalhadores passaram por um duplo processo de exclusão: os que já não possuíam renda foram, prontamente, retirados das áreas mais atingidas pela reformulação urbana, deixando-os sem moradia. Por outro lado, os que tinham alguma renda se mudaram para os subúrbios. Outro fator a ser destacado diz respeito ao contingente populacional que, sem perspectiva e sem condições de mudarem-se para os subúrbios, aumentaram o contingente das favelas nas encostas dos morros. Este contexto propiciou o crescimento das favelas na região central, bem como a marginalização dessa população (BENCHIMOL, 1992).

Um contingente multiforme e flutuante de livres e libertos, cada vez mais numeroso, trabalhava, residia e perambulava nos limites dessa mesma área central. Ali prevalecia a mais completa e caótica contingencialidade entre o mercado onde a força de trabalho era posta à venda, cotidianamente, e o mercado - formal e ambulante. Nos quarteirões centrais do Rio de Janeiro, recortados por um de ruas estreitas e congestionadas, erguiam-se, indiferenciadamente, pequenas oficinas e fábricas - uma ou outra mecanizada; casas de cômodos a cidade pestilenta: a medicina social e o espaço urbano, cortiços, estalagens e hospedarias, onde se alojava a maioria da população trabalhadora da cidade e o contingente numeroso e flutuante dos estrangeiros que nela se detinham por tempo limitado; armazéns os mais variados estabelecimentos varejistas: moradias articulares; edifícios públicos; escritórios de grandes companhias e bancos. Entre as forjas que mais profundamente revolveram as entranhas desse processo e populoso império não se pode deixar de incluir as mortíferas epidemias que irrompiam, quase todos os anos, nos quarteirões insalubres do centro. (BENCHIMOL, 1992)

Sobre a o trabalhador carioca, o Jornal Correio da Manhã ¹⁸ em 12 de abril de 1906:

Um quadro que commove e entristece offerecido pela saída dos operários da grande maioria das fabricas existentes nesta cidade. Pobres homens, com as vestes surrada, enfrangalhados muitos, carregaram a marmita de proporções diminutas, onde os poucos alimentos, condimentados do dia anterior, estiveram por longas horas conservados. A physionomia entristecida, o olhar abatido, a palidez, do rosto, deixam claramente ver o excesso de esforço despendido na luta e bem assim os processos da moléstia que se avizinha, prompta a dar o golpe decisivo no momento opportuno. Em meio desses, senhoras, moças e crianças, confundem-se na aglomeração, esquecendo o sofrimento enquanto, na troca de impressões, vão vencendo a distancia que os separa do lar. (Jornal Correio da Manhã , 12 de abril de 1906)

No âmbito de construção de subjetividade, de acordo com Rey (2011), são significações produzidas em sociedade e assimiladas pela sociedade. Essa subjetividade pode ser assumida individualmente ou coletivamente, dando ao sujeito o sentido de sua vida. No trecho descrito acima, a saída dos operários é um motivo de comoção, porque os trabalhadores,

¹⁸ Um dos mais respeitáveis periódicos da imprensa diária de grande tiragem do país, que atingiria tiragens superiores a 200 mil exemplares em seus melhores momentos, o Correio da Manhã nasceu bastante modesto, no Rio de Janeiro (RJ). Fundado por um jovem advogado idealista chamado Edmundo Bittencourt, é considerado hoje um dos mais importantes jornais brasileiros do século XX, dotado de uma ética própria e introdutor de refinamentos textuais que se transformariam na sua marca. Lançado em 15 de junho de 1901, numa época em que a imprensa se mostrava mais explicitamente parcial no jogo do poder, o periódico, desde sua primeira edição, nas palavras de Nelson Werneck Sodré, primava por um “ferrenho oposicionismo, de extrema virulência”, em contraste com o “extremo servilismo” adotado por jornais concorrentes. Seu caráter era independente, legalista, liberal e doutrinário, dentro de uma linha editorial combativa à situação, no caso, inicialmente, a República Velha oligárquica – no entanto, sempre se destacou como “jornal de opinião”. Identificava-se, num primeiro momento, com as classes populares, mas com o passar do tempo atraiu a atenção da classe média do Rio de Janeiro; muitas vezes apresentava aos leitores textos de forte carga emocional. Ao longo do tempo desenvolveu também certa preocupação estética, no que foi inovador, marcando-se pela crescente valorização de ilustrações e fotos. Ademais, o Correio da Manhã sempre se posicionava a favor de medidas modernizadoras e contra forças políticas vistas como bloqueadoras do desenvolvimentismo e do acesso popular a alguns direitos fundamentais. O fim de sua publicação, em 8 de julho de 1974, deu-se por incompatibilidades da folha com a ditadura militar, que inicialmente apoiara. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/> em 31 de janeiro de 2020.

por si só, já são desgraçados por sua condição de pálidos, tristes e famintos. A subjetividade está construída a partir desse olhar.

A captura da subjetividade nos coloca frente ao trabalhador como ser social menor e condenado a sua sorte. Concordamos, desta forma, com Justo e Vasconcelos (2009) que a linguagem contextualizada é o reflexo da construção subjetiva. No texto abaixo os trabalhadores são comparados às abelhas laboriosas apesar dos sinais de uma existência atormentada, pautada pelo analfabetismo, pela falta de comida e pelas condições de vida insalubres:

“Daquelle enxame me de abelhas laboriosas e productivas, unia só não só exceptua sem accentuaados sinais de uma existência atormentada. Anêmicas quasi todas; tuberculosas algumas, muitas dellas candidata á moléstia terrível. Examinar qualquer dessas creaturas, Indagar-lhe as condições de vida, e ter a prova esmagadora de que vivem mal, moram em casebres imundos, sem ar, sem luz, sem as mais elementares condições de hygiene, alimentam-se pessimamente, dependem maior actividade que a admitida pelo organismo e não dão ao corpo repouso correspondente ás horas de trabalho, A par disso, lavra na grande maioria do operariado o mais completo analphabetismo”. (Jornal Correio da Manhã, 12 de abril de 1906, pg 01.)

Uma contradição no texto apresentado abaixo está na chamada “condição anulada”, o texto descreve claramente isso, mas refletimos que, se houve anulação de alguma condição, pressupõe-se que havia então uma condição melhor. Se havia, em 1906, oito anos após a abolição, uma condição melhor, então seria a da escravização, pois repetidamente se fala no trabalhador jogado a sua própria sorte. O texto coloca a questão operária como um problema que foi abandonado e, se foi abandonado, obviamente já tinha sido identificado.

A nobre disposição de lutar, buscando o necessário para atravessar a vida e poder encaminhar a descendência, foi annullada inteiramente, foi cortada por completa. Áquelles para quem se voltavam os olhares carinhosos da victima infeliz não terão o menor amparo, a mais simples reparação. Por esse desenho ligeiro da situação, ficar-se-á convencido de que o problema operário até este momento tem ficado inteiramente abandonado em todos os seus termos. (Jornal Correio da Manhã , 12 de abril de 1906 , pg 01).

Se o próprio jornal aponta para o trabalhador sua condição miserável pautada pelo analfabetismo, como poderia haver uma organização? Não haveria como para esses trabalhadores. Não podemos deixar de lembrar que esse ano foi marcado pelo primeiro congresso de trabalhadores, ocorrido no dia 15 de abril de 1906 (Figura 42), três dias após ter sido veiculada essa publicação. Esse fato confirma que o congresso não tinha a representatividade específica desses trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, porque eram invisíveis até então.

Figura 42 - Delegados do 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1906.



Fonte: Fotografia Jornal O Malho

O jornal não dá visibilidade ao trabalhador, ele inicia um processo de invisibilidade subjetivando esse trabalhador como miserável, que necessita de ações caridosas e que, diante de tanto abandono, de tanta miséria, o trabalhador foi lançado ao seu próprio destino de *animal laborans* (ARENDT, 1958) e a sua condição humana depende de um Salvador:

Não são por isso demasiados os aplausos ao prefeito municipal, a cujo espírito empreendedor e progressista se deve a patriótica resolução de lançar a primeira pedra para (...) solução que a muito reclamada. Sabemos todos nos o que são as moradas ao alcance dos operários: estalagem sem o menor conforto, com os compartimentos privados de luz e de ar, recebendo a cada instante as emanções do water-closet, destinado a todos os moradores. (Jornal Correio da Manhã, 12 de abril de 1906, p. 01)

Interessante notar a comparação do jornal com as “incansáveis abelhas” que vivem em melhores condições e são as irmãs dos trabalhadores:

É nesses cortiços que os operários da capital brasileira, miseras abelhas humanas, muito mais infelizes do que suas irmãs, as abelhas, que de dia trabalham ao ar livre e à noite repousam na atmosphaera perfumada de suas colmeias, que vão encerrar a noite com suas famílias, para ali dormir (...) de forma confinada e infecta, depois de haverem trabalhado todo o dia em oficinas na maior parte Insalubres e doentias.” (Jornal Correio da Manhã, 12 de abril de 1906 , pg 01)

As imagens de Augusto Malta ilustram esse momento da cidade com a reurbanização. Cabe ressaltar que os habitantes mencionados eram parte de uma classe trabalhadora que, dentro dos processos de invisibilidade, conforme do olhar do fotógrafo (que é o olhar do Estado) continua na mesma condição: excluídos, invisibilizados, imersos na pobreza e sem atenção por parte do poder público.

Figura 43 - O cortiço



Fonte: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/home/>

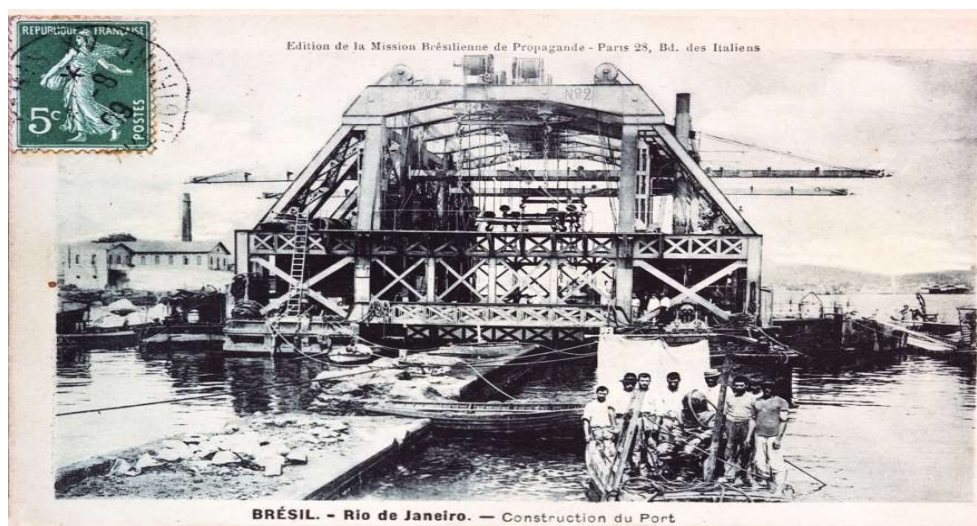
A reurbanização, intensificada no governo de Pereira Passos, atrelava modernização da cidade às políticas sanitaristas. Neste interim, é importante ressaltar que fazia parte das estratégias do poder público eliminar determinadas moradias, os chamados cortiços (Figura 43), justamente por estes serem observados como local de proliferação de doenças. Os sanitaristas obtiveram por parte do Estado apoio e poder para promover determinadas mudanças. Uma delas foi a desocupação do cortiço Cabeça de Porco, mais famoso da cidade na última década do século XIX. De acordo com Chaloub (2018),

Era dia 26 de janeiro de 1893, por volta das seis horas da tarde, quando muita gente começou a se aglomerar diante da estalagem da rua barão de São Félix, nº 154. Tratava-se da entrada principal do Cabeça de Porco, o mais célebre cortiço carioca do período: um grande portal, em arcada, ornamentado com a figura de uma cabeça de porco, tinha atrás de si um corredor central e duas longas alas com mais de uma centena de casinhas. Além dessa rua principal, havia algumas ramificações com mais moradias e várias cocheiras. Há controvérsia quanto ao número de habitantes da estalagem: dizia-se que, em tempos áureos, o conjunto havia sido ocupado por cerca de 4mil pessoas; naquela noite de janeiro, com toda uma ala do cortiço interditada havia cerca de um ano pela Inspetoria Geral de Higiene, a Gazeta de Notícias calculava em quatrocentos o número de moradores. Outros jornais da época afirmavam que 2 mil pessoas ainda habitavam o local (pg. 15).

Além da desocupação de cortiços, na primeira década do século XX foi constatado que a maior concentração de operários estava no Rio de Janeiro. Entretanto, esta condição foi superada por São Paulo entre 1920 e 1938. Essa concentração operária, no Rio de Janeiro, se dava pela presença abundante de trabalhadores de baixa qualificação como reflexo da abolição da escravidão. Além disso, a utilização de energia a vapor ajudou no crescimento das industriais têxteis de algodão, criando, assim, uma classe trabalhadora industrial que se concentrava na Gamboa e em São Christovão, além da Gávea, Tijuca e Laranjeiras (FAUSTO, 2009).

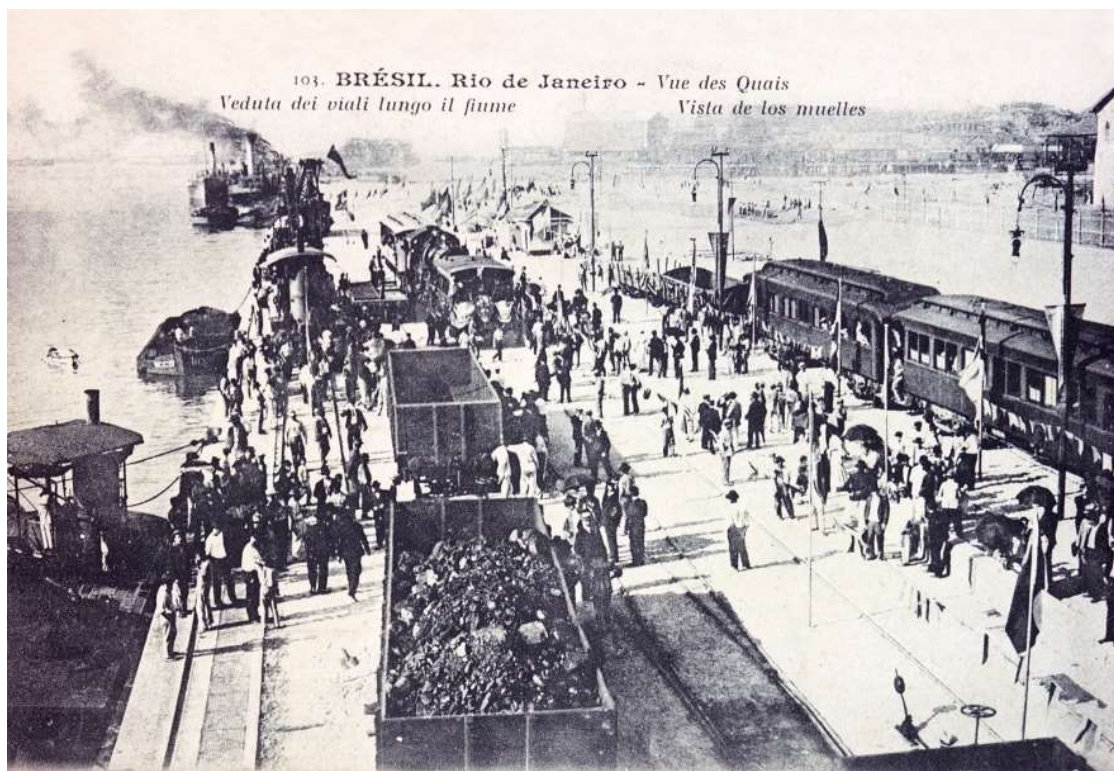
O trabalhador no cenário carioca, retratado por Augusto Malta (Figura 44), está presente na construção do Porto, mas sempre em segundo plano. Essa perspectiva pode ser observada nas imagens abaixo.

Figura 44 - Construção do porto na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/home/>

Figura 45 - Obras no Porto do Rio de Janeiro



Fonte: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/home/>

O fato mais intrigante é que estas imagens são cartões postais, como se vê na legenda e no selo de postagem da Figura 44, sinal de que a reforma estava servindo como propaganda de modernidade e desenvolvimento para o mundo. Retratou-se em primeiro plano a obra com sete trabalhadores brancos, mas em uma área reconhecida pela população de escravizados, então libertos. O próprio olhar do Estado reconhecia o trabalhador também pela cor de sua pele. Ser trabalhador representava ser minimante claro e pobre, construindo-se socialmente dessa forma, segregados aos subúrbios, com o Estado valorizando a obra em si e não a força de trabalho que a construiu. Isso revelou o trabalho como condição, conforme Arendt (1958), e o quantum do trabalho, de acordo com Castoriadis (1978), esta invisibilizado.

Vale a pena destacar que na Gamboa (que se tornou bairro em 1981), estava concentrada a riqueza da época e era a residência de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá¹⁹. Era uma zona portuária e possuía uma praia que, posteriormente, foi aterrada e a área subjacente ao Bairro da Saúde, onde se localiza o sítio conhecido como pequena África. Nesta localidade, nas encostas do morro da providência, habitavam também os soldados que

¹⁹ Importante banqueiro, industrial e político brasileiro. Foi o pioneiro da industrialização no Brasil do século XIX, sendo responsável pela construção de grandes empreendimentos.

participaram da guerra dos Canudos, cujas casas foram construídas bem precárias porque não tinham onde habitar. Estas novas condições de moradia ficaram conhecidas como Favela devido a abundância da folha, que tem esse nome, no local e, segundo alguns autores, era também nome de uma localidade perto do arraial de Canudos na Bahia²⁰.

Ao longo da República Velha, Leopoldi (1986) chamou a atenção para a expansão industrial no Rio de Janeiro e, em consonância com Fausto (2009), observou que, com o declínio da lavoura cafeeira escravista, o Rio de Janeiro afirmava-se como principal centro econômico, sendo principal centro político e administrativo, assim como comercial e portuário. O término do trabalho escravo possibilitou a reformulação econômica e propiciou a expansão industrial no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro exercia uma atração para a migração interna que, segundo Fausto (2009), era composta por escravizados libertos que vinham da região fluminense, que estava em decadência da lavoura cafeeira. Entre 1890-1900, segundo o autor, a migração externa era de 85.547 pessoas, e no Rio de Janeiro era negativa (-84.280 pessoas).

O processo de industrialização no Rio era autônomo devido aos processos de acumulação de capital local, relacionado ao comércio e a industrial têxtil de algodão que também era ligada ao capital bancário e tem seu crescimento entre 1878 e 1895, isto devido à condição da cidade ter sido a capital do Império e, em seguida, a capital da República. Costa (2010) afirma que os processos de industrialização criaram uma situação na sociedade brasileira que não é diferente no Rio de Janeiro.

Deste modo, o modelo paternalista das relações de trabalho, devido à escravidão, deu lugar ao modelo competitivo, passando da acomodação racial para uma situação de conflito racial e olhar para o trabalhador, antes escravizado, não era necessário. Agora para o trabalhador livre o olhar se volta através da ótica do preconceito.

Os trabalhadores libertos tinham que assimilar comportamentos para que se aproximassem do comportamento dos trabalhadores livres, “embranquecendo” na sua subjetividade, adotando o pensamento de que os brancos tinham razão e esse era o preço que o trabalhador tinha que pagar se tornando um “preto de alma branca” ou “é negro e nem parece”.

²⁰ A chamada Guerra de Canudos, revolução de Canudos ou insurreição de Canudos, foi o confronto entre um movimento popular de fundo sócio-religioso e o Exército da República, que durou de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia, no Brasil. O episódio foi fruto de uma série de fatores como a grave crise econômica e social em que encontrava a região à época, historicamente caracterizada pela presença de latifúndios improdutivos, situação essa agravada pela ocorrência de secas cíclicas, de desemprego crônico; pela crença em uma salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social. (disponível em <https://www.sohistoria.com.br/ef2/canudos/> em 10 janeiro de 2020)

É também importante ressaltar que, para o entendimento das relações de trabalho, após a abolição e a proclamação da República, na fase que a história denomina de República das Espadas, as oligarquias cafeeiras afirmam-se no poder devido ao aumento da produção de café no Brasil (FAUSTO, 2009). Essas oligarquias eram paulistas e foram fortalecendo politicamente as oligarquias locais, que acabam tendo plena autonomia da governança dos assuntos relacionados a seus estados em uma relação de troca eleitoral. Nesta relação a fraude era um hábito comum, não havendo campo para uma oposição política que não estivesse ligada às oligarquias, ficando o trabalhador fora desses processos.

Nesse momento político configuraram-se as oligarquias paulistas, dominando todo o cenário político no Brasil. Contudo, com um grupo liderado por políticos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais tinham interesses em comum com a oligarquia paulista, mas que se opunha no que dizia respeito às políticas que defendessem o livre-comércio, pois adotavam um modo político protecionista e nacionalista que era uma característica dos industrialistas do Rio de Janeiro. Por essa razão, a política no Brasil na República Velha polarizou-se entre esses dois grupos e ficou conhecida como a República *Café com Leite* (Oligarquias paulistas, mineiras e os industrialistas cariocas se revezando no poder).

Paralelamente, grupos que eram minoritários começaram a ter importância e se viam prejudicados pela polarização do *Café com Leite*, criando um ambiente propício a revisão das práticas políticas no Brasil. Neste contexto estava o grupo dos trabalhadores urbanos que se formaram durante o processo de industrialização com exigências e, também, pretendendo fazer parte dos processos políticos.

3.3 Movimentos de trabalhadores no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro, então capital da República, transformou-se na cidade que tinha a maior diversificação na sua estrutura social pois era formada por burocratas, militares, ferroviários, marítimos e trabalhadores do porto. Esta diversificação trouxe menos dependência das lavouras e ajudou a irromper novos posicionamentos dos trabalhadores da cidade, orientados por várias formas de se perceber e organizar como tal.

Desde então, Segundo Fausto (2009), até o início do ano de 1920 o operariado carioca era fortemente influenciado pelo anarquismo, mas havia também outras duas correntes de pensamento: O trabalhismo e o socialismo reformista, em São Paulo. Estas duas correntes de pensamento eram bastante semelhantes na ideia da defesa dos direitos dos trabalhadores e se diferenciavam no questionamento da estrutura social, pois os trabalhistas não faziam. De acordo

com Castro Gomes (2005), o trabalhismo tinha maior recorrência no Rio de Janeiro e, por este motivo, responde melhor às análises sobre a subjetividade do trabalhador carioca. Ressaltamos que o movimento socialista reformista é a prática da classe trabalhadora paulista, não apresentando questões relevantes em um primeiro momento para esta tese.

O trabalhismo no Rio de Janeiro, chamado jacobinismo carioca, na última década do século XIX era o movimento dominante e foi um forte influenciador do movimento operário em um núcleo que aceitava a ideia da colaboração de classes, aceitava da dependência em relação ao Estado e admitia a presença de grupos da sociedade dispostas a alguma aliança com a classe trabalhadora.

O jacobinismo carioca era apoiado pela insatisfação social das camadas populares vítimas da inflação, das condições de vida muito ruins e acreditavam que o comércio nas mãos dos portugueses seja a causa das enormes dificuldades. Os trabalhadores utilizavam de um jornal, O Jacobino (Figura 46), publicado por Deocleciano Mártir, líder do movimento, cuja propaganda lusofóbica era o principal mote.

Na figura 46, a capa de uma edição onde estava bem definido esse antagonismo, especialmente na coluna intitulada Sebastianismo²¹ que, de forma pejorativa, significava que, embora já houvesse a República, os portugueses aguardavam a volta de El-Rei.

²¹ O Sebastianismo foi um movimento místico-secular que ocorreu em Portugal, durante a segunda metade do séc. XVI. Foi causado pela morte do rei D. Sebastião, durante a batalha de Alcácer-Quibir, no ano de 1578. Como D. Sebastião não possuía herdeiros, o trono de Portugal ficou sob o poderio do rei Filipe II, da Espanha. O Sebastianismo, foi, portanto, uma esperança na vinda de um salvador, adaptado às condições lusas. Seria traduzido como uma inconformidade, um sentimento de insatisfação com a situação política da época, e uma expectativa de mudança (salvação), mesmo que para isso acontecer fosse necessário um verdadeiro milagre, como a ressurreição do rei morto, D. Sebastião. Em Portugal foi divulgada uma lenda de que o Rei ainda estava vivo, esperando o momento certo para retomar o trono e afastar o rei estrangeiro, lenda que foi encorajada pelo fato de o povo não aceitar a história de que o corpo do Rei haveria sido transportado para Belém. Após este episódio, o movimento (sebastianismo) tomaria novas formas por todo o Império Português, e chegaria ao Nordeste do Brasil como forma de crença popular na chegada de um “rei bom”. No Brasil, o Sebastianismo influenciou movimentos populares desde o Rio Grande do Sul até o Norte, isso por consequências de alguns fatos como o de Antonio Conselheiro empregá-lo em seus discursos em Canudos, afirmando que D. Sebastião retornaria dos mortos para restaurar a monarquia no Brasil. Como neste episódio, o termo foi empregado em outros no país, e acabou ficando bastante conhecido na região Nordeste. Disponível em http://www.pt-comunidades.com/index.php?option=com_content&view=article&id=632:lendas-e-mitos-de-portugal-o-mito-do-sebastianismo&catid=70:lendas-e-mitos-de-portugal&Itemid=305 em 13 de janeiro de 2020.

Figura 46 - O Jacobino



Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/colunistas/em-pauta/o-jacobinismo-brasileiro>

Vale a pena ressaltar que, de acordo com FAUSTO (2009), os trabalhadores também eram eleitores, pois no caso das empresas estatais era uma condição de admissão ter o registro eleitoral. Esse fato também incentiva a formação de partidos políticos, com a denominação de partidos operários. Esses partidos já defendiam, em 1890, a implementação da carga horária de trabalho de 8 horas diárias.

Paralelamente, o movimento anarquista cresceu no Rio de Janeiro simultaneamente com a decadência do trabalhismo carioca que não apoiava greves, mas se baseava nas negociações diretamente com o setor patronal que na cidade. Além disso, especificamente, este movimento era comprometido com um estado oligárquico, vinculado e sustentado por elas, sem nenhum compromisso com os trabalhadores.

No Rio de Janeiro os protestos eram policlassistas, mas não especificamente dos trabalhadores das industriais. Diferente das manifestações cariocas, em São Paulo haviam aspirações bem ideológicas de cunho anarquista, como um legado trazido pelo imigrante italiano e pela classe trabalhadora ser mais homogênea, resultando numa organização mais uniforme. Assim, os protestos da classe trabalhadora tiveram representatividade maior com o anarquismo, se transformando na maior organização de trabalhadores de São Paulo.

O Anarquismo chegou ao Rio de Janeiro pelos imigrantes, alguns militantes dessa ideologia, e os que não eram já seriam influenciados pelo movimento. Segundo Fausto (2009), apud George Woodcock define o anarquismo da seguinte forma:

O Anarquismo pode ser tratado como um sistema de pensamento social visando a modificações fundamentais na estrutura da sociedade com o objetivo de substituir a autoridade do Estado por alguma forma de cooperação não governamental entre indivíduos livres esse objetivo – que pressupõe a supressão do capitalismo – deve ser alcançado pela via da ação direta, limitada ao terreno econômico e ideológico com a recusa da luta política. (p. 154)

Para o anarquismo, as transformações sociais são possíveis através de instituições que não usam de coerção, como o Estado, com a decisão individual de seus membros, integrando um sindicato, com participação em greves ou pela revolução. As correntes anarquistas não consideram a classe trabalhadora como universal. De acordo com Lenine (1986), a sociedade se divide entre explorados (camponeses, a classe operária e o lumpemproletariado) que, conforme Marx (1852) são trabalhadores separados de suas classes, formando uma massa desgobernada suscetível a qualquer manifestação reacionária, e os exploradores.

De acordo com Hall et al (2009) entre 15 e 20 de abril de 1906, no Rio de Janeiro ocorreu primeiro Congresso Operário Brasileiro, onde fortaleceu-se o anarcosindicalismo como doutrina. Vale ressaltar que, mesmo não sendo colocado em prática, o anarquismo conseguiu se afirmar como orientação doutrinária, com os encaminhamentos voltados ao sindicalismo e sem foco revolucionário, ignorando as ideias anarquistas de destituição do Estado ou da construção de uma sociedade futura. Além disso ainda, focaram em situações mais práticas na relação da classe trabalhadora, embora os representantes de um sindicalismo mais revolucionário estivessem nesse congresso.

Para Gomes (2005), o congresso foi importante pelo significado da primeira organização da classe trabalhadora, propiciando várias ações, início de greves e da criação de jornais voltados para a classe. Nesse congresso o tema da neutralidade dos sindicatos foi discutido e percebeu-se que o operariado estava dividido entre opiniões: políticas e religiosas. Entretanto, a classe trabalhadora deveria ser orientada a se organizar, com foco único na resistência econômica e na ação direta.

Deliberou-se que o “Primeiro de Maio”²² deveria ser um dia de protesto e não de festa; os sindicatos deveriam agir por meio de greve geral ou parcial, a sabotagem e as manifestações

²² Foi em 26 de setembro de 1924 após o decreto 4.850 o presidente Arthur da Silva Bernardes estabelece a dia como feriado nacional e confraternização das classes operárias. Posteriormente, na décadas de 1930 e 1940, o Prresidente Vargas começa a utilizar a data para divulgar a criação de leis e benefícios trabalhistas e para

públicas. Dentro dos principais objetivos da classe trabalhadora estavam a redução da carga horária para 8 horas diárias sem diminuição da remuneração e a criação de instituições de ensino.

De acordo com Gallo (1996) o anarquismo, através da ação direta, definiu a educação como uma das possibilidades de libertação social. Não só da escola, a educação formal, mas também a informal realizada pelos meios de comunicação anarquistas, para a educação do trabalhador, através dos sindicatos e/ou das organizações operárias. A propaganda sindical, como um processo de educação, deveria ser feita pelos meios de comunicação de forma geral, nos jornais, folhetos e haveria a criação de escolas específicas para os filhos dos trabalhadores, com uma pauta social bem vasta.

Conforme Gallo (1996), a dimensão do pensamento anarquista é constituída pela atitude que representa a negação de qualquer autoridade e a garantia da liberdade. A ação de criar categorias para a análise do anarquismo já rompe o princípio básico de liberdade, logo colocar o anarquismo como doutrina política é condená-lo ao seu próprio fim. Corroboramos com a ideia de Gallo (1996) de que o Anarquismo deve ser considerado uma base que possibilite reflexões e não um conceito fechado em si mesmo. A base do pensamento anarquista é formada por quatro princípios básicos teóricos e de ação: autonomia individual, autogestão social, internacionalismo e ação direta.

A autonomia individual é a base do socialismo libertário, sendo o ser individual possível quando faz farte de uma sociedade. O ser individual é o núcleo que fundamenta a ação grupal ou institucional e a individualidade não pode ser apropriada pelo coletivo grupal em uma relação dialética: se é humano se pertencer a um grupo social e o afastamento desse indivíduo do coletivo é impossível, pois a sociedade só existe com os grupos que, sem perder a condição de autonomia, constroem a sociedade. Logo, a ação anarquista é social baseada exclusivamente no indivíduo e para esse indivíduo (GALLO, 1996).

A autogestão social é um resultado da liberdade individual, já que o Anarquismo faz oposição à relação de poder institucionalizada, por ser contra a hierarquia de poder, ficando por conta da própria sociedade sua gestão. Ou seja, na autogestão social, através da democracia

propagação de suas ideias , perdendo assim sua natureza de protesto, chamando então a data de “dia do trabalhador”. Essa data já era comemorada de forma não oficial desde 1896 em todo o mundo.

participativa, todos participam dos destinos da sociedade, negando, assim, a democracia representativa ou um grupo ser eleito para definir a gestão social. (GALLO, 1996)

O internacionalismo se refere a forma da constituição dos Estados, pois a forma que estão constituídos está relacionada a ascensão do capitalismo e este representa dominação e exploração dos trabalhadores. O Anarquismo defende uma sociedade libertária sem restrição geopolítica, onde a revolução social só teria sentido se fosse globalizada.

A ação direta é base da luta anarquista, com as massas construindo a revolução e gerindo o próprio processo, através das propagandas anarquistas e, principalmente, da educação que vai despertar nas massas o senso crítico, permitindo lucidar as contradições sociais da sociedade. A educação, seja esta formal ou informal, é fundamental para o anarquismo e para sua ação direta.

Amparado nesses quatro princípios, o anarquismo é um paradigma de análise social que possibilita a multiplicidade de formas de anarquismo e de interpretações da realidade político-social, de acordo com o contexto histórico no qual se faz essa interpretação. Existem, então, diversas abordagens sobre o anarquismo, como o mutualismo phoudhoniano, a anarcoletivismo, o anarcocomunismo e o anarcosindicalismo. Nesse trabalho, vamos nos ater ao anarcosindicalismo que enfatiza o papel do sindicato como instituição central no futuro e como órgão de luta. As primeiras formas de organização dos trabalhadores no Rio de Janeiro na indústria têxtil foram lideradas pelos anarcosindicalistas.

Os sindicatos com essa orientação ideológica se definiam como órgãos de luta, mas não com mesmo perfil das mútuas (Mutualismo) do Segundo Império. Portanto, não tinham funções assistencialistas, com princípios éticos baseados na solidariedade, mas tendo como principais instrumentos de luta as greves. Os sindicatos se organizavam com base na individualidade e soberania de seus membros, não havendo distinção entre os mesmos, para que não haja autoritarismo e centralização, conforme Fausto (2009).

O Sindicato é a coesão de operários que se unem para a ação contra o capital e que, portanto, essa ação deve ser de todos, pois do contrário seria insubsistente; e que as delegações de poder ou mando levam os operários à obediência passiva e prejudicial nas suas lutas. (p; 163)

Segundo Fausto (2009) e Gomes (2005), o ano de 1920 iniciou o declínio do movimento operário e do anarcosindicalismo no Rio de Janeiro, embora no interior dos sindicatos essa corrente estivesse bem atuante. Desde 1919, ocorreram movimentos e greves de vulto que não tiveram êxito, nem a publicidade esperada, enfraquecendo o movimento em meio à classe trabalhadora e a sociedade.

Conforme Gomes (2005), no âmbito doutrinário, há uma confusão com o que era bolchevismo²³ que vários anarquistas entendiam de forma diferente. Além disso, iniciou-se uma forte repressão policial e um associativismo patronal que começou a discutir a relação que devia existir entre o sindicato e a classe trabalhadora. Tal relação era no sentido de questionar se realmente o movimento sindicalista, como estava delineado, era a melhor forma de relação com a classe trabalhadora e se os sindicatos deveriam ter forte inclinação ideológica, como no caso do anarquismo. Esses movimentos eram realizados pelos partidos políticos, apoiados pela classe patronal e pela Igreja Católica.

No âmbito político, com a eleição de Epitácio Pessoa em 1919, os movimentos nacionalistas tomam vulto com caráter militante e religioso, surgindo, então, o “novo jacobinismo” que, como no início do século XX, tinha aversão a estrangeiros. O movimento da igreja agregou também a aversão a ateus e aos anarquistas, confundidos com Bolcheviques.

A posse do Presidente Epitácio Pessoa se dá em contexto de crise com aumento da inflação, falta de aumentos salariais, inclusive aos militares, gerando greves pelo Brasil todo e a insatisfação dos militares. Esse governo defendia os interesses das velhas oligarquias dos cafeicultores, da classe patronal, o presidente tinha um caráter enérgico e autoritário, promulgando a lei de Repressão ao Anarquismo em janeiro de 1921, com objetivo de enfraquecer o sindicalismo e, assim, conseguir eliminar as revoltas da classe trabalhadora (FAUSTO, 2009). Isso fez com que influentes lideranças anarcosindicalistas questionassem a inconsistência ideológica e a forma de condução dos movimentos dos trabalhadores por conta da incapacidade política dos sindicatos e fundam o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, dando novas perspectivas ao movimento da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo a essa revolução o papel revolucionário no país. O PCB e as propagandas acusaram o então incômodo com as classes dominantes, os “novos jacobinos”, e Epitácio Pessoa acaba por declarar ilegal as suas atividades.

A relação que esse governo mantinha com as oligarquias cafeeiras também causa revolta nos militares, que se agrava com a eleição de Artur Bernardes, candidato de Epitácio Pessoa para sua sucessão, que também era apoiado pelo patronato agrário da cafeicultura. Esses

²³²³ A palavra bolchevismo é, com frequência, usada como sinônimo de Leninismo. Mas o bolchevismo é a prática ou o movimento em favor da revolução socialista marxista, ao passo, que o leninismo é a análise teórica (teoria e prática) da revolução socialista. Lênin foi o fundador dessa tendência política, que constitui uma abordagem da transformação social revolucionária compartilhada por muitos marxistas, como Trotsky, Stálin e MaoTse-tung. O bolchevismo nasceu no segundo Congresso do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Russo em 1903. Desde então, Lênin reconheceu a existência do bolchevismo como “uma corrente do pensamento político e um partido político”. Disponível em <http://historiasemlimites.com.br/wp/sobre-o-bolchevismo/> em 10 de janeiro de 2020.

militares, que eram de baixa patente, iniciaram um movimento denominado Tenentismo²⁴ que atuou entre 1922 e 1927, tendo como marco a revolta dos 18 que ocorre no forte de Copacabana, além da Coluna Prestes de 1925 a 1927, a Comuna de Manaus e a Revolta Paulista que, em 1924, uniu tenentistas paulistas com tenentistas gaúchos, que se relacionam diretamente à revolução de 30 e, assim, finalizam a República Velha no Brasil.

3.4 Imagens dos trabalhadores na República Velha

A escolha dos trabalhos de Augusto Malta se deve ao fato de ser o primeiro fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, contratado pelo prefeito Pereira Passos que o nomeou "Fotógrafo oficial da diretoria geral de obras e viação da Prefeitura do Distrito Federal" para documentar as reformas promovidas na cidade, ficando no cargo até 1936.

²⁴ O tenentismo foi um movimento que ganhou força entre militares de média e baixa patente durante os últimos anos da República Velha. No momento em que surgiu o levante dos militares, a inconformidade das classes médias urbanas contra os desmandos e o conservadorismo presentes na cultura política do país se expressava. Ao mesmo tempo, o tenentismo era mais uma clara evidência do processo de diluição da hegemonia dos grupos políticos vinculados ao meio rural brasileiro.

Influenciados pelos anseios políticos das populações urbanas, os militares envolvidos nesse movimento se mostraram favoráveis às tendências políticas republicanas liberais. Entre outros pontos, reivindicavam uma reforma constitucional capaz de trazer critérios mais justos ao cenário político nacional. Exigiam que o processo eleitoral fosse feito com o uso do voto secreto e criticavam os vários episódios de fraude e corrupção que marcavam as eleições. Além disso, eram favoráveis à liberdade dos meios de comunicação, exigiam que o poder Executivo tivesse suas atribuições restringidas, maior autonomia às autoridades judiciais e a moralização dos representantes que compunham as cadeiras do Poder Legislativo. Entretanto, todo esse discurso liberal e moralizador também convivia com a opinião de alguns oficiais que defendiam a presença de um poder forte, centralizado e comprometido com mal definidas "necessidades da nação brasileira". As primeiras manifestações militares que ganharam corpo durante a República Oligárquica aconteceram nas eleições de 1922. Aproveitando a dissidência de algumas oligarquias estaduais, os tenentes apoiaram a candidatura de Nilo Peçanha em oposição ao mineiro Arthur Bernardes, politicamente comprometido com as demandas dos grandes cafeicultores. Nesse momento, a falta de unidade política dos militares acabou enfraquecendo essa primeira manifestação conhecida como "Reação Republicana".

Durante essas eleições a tensão entre os militares e o governo aumentou quando diversas críticas contras os militares, falsamente atribuídas a Arthur Bernardes, foram veiculadas nos jornais da época. Com a vitória eleitoral das oligarquias, a primeira manifestação tenentista veio à tona com uma série de levantes militares que ficaram marcados pelo episódio dos "18 do Forte de Copacabana", ocorrido no Rio de Janeiro, em julho de 1922. Nos dois anos seguintes, duas novas revoltas militares, uma no Rio Grande do Sul (1923) e outra em São Paulo (1924), mostrou que a presença dos tenentistas no cenário político se reafirmava. Após terem suas pretensões abafadas pelas forças fiéis ao governo, esses dois grupos se juntaram para a formação de uma guerrilha conhecida como Coluna Prestes. Entre 1925 e 1927, esse grupo composto por civis e militares armados entrecortou mais de 24 mil quilômetros sob a liderança de Luís Carlos Prestes. A falta de apelo entre os setores mais populares, e as intensas perseguições e cercos promovidos pelo governo acabaram dispersando esse movimento. Luís Carlos Prestes, notando a ausência de um conteúdo ideológico mais consistente à causa militar, resolveu aproximar-se das concepções políticas do Partido Comunista Brasileiro. Em 1931, o líder da Coluna mudou-se para a União Soviética, voltando para o país somente quatro anos mais tarde. SOUSA, Rainer Gonçalves. "Tenentismo"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/tenentismo.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

Foi responsável pela imagem oficial da modernização fluminense e também retratou eventos oficiais e monumentos da cidade. Na busca das imagens, não encontramos o trabalhador retratado de forma central.

O Rio de Janeiro era o centro da industrialização e recebeu o primeiro Congresso Operário Brasileiro conforme a imagem abaixo, retratado pelo Jornal O Malho²⁵.

Figura 47 - Delegados do 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1906



Fonte: <http://brasilianafotografiagrafica.bn.br/?tag=seculo-xx>

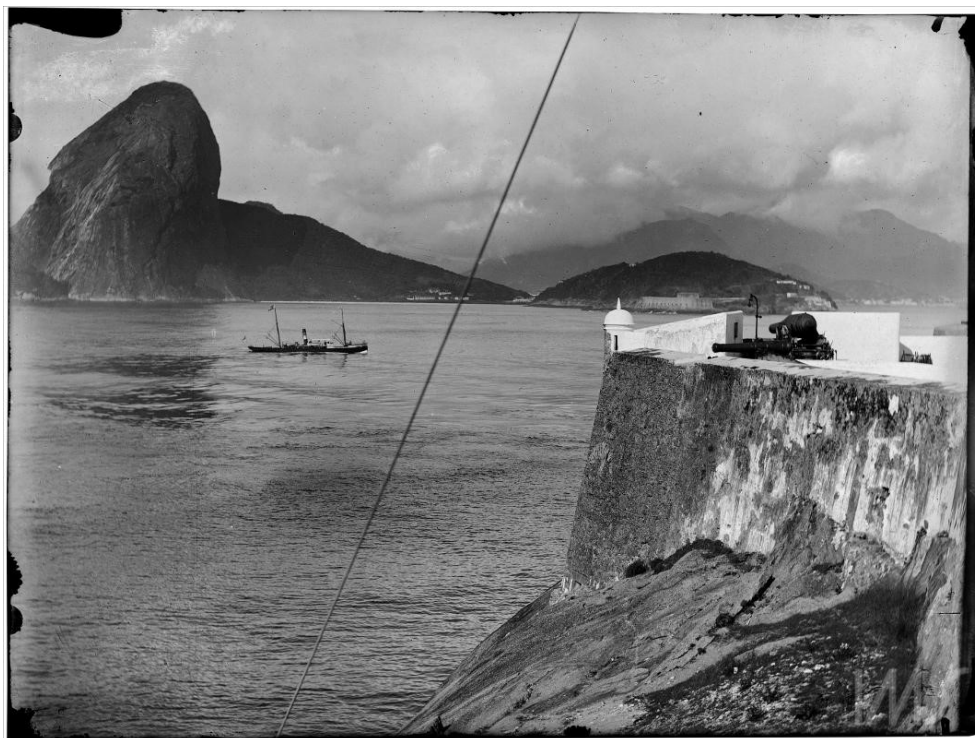
Na Figura 47, havia o reconhecimento dos trabalhadores como classe e se representavam através da possibilidade do início de uma identidade de classes, começando a questionar seu papel social. Esse congresso deu início ao movimento sindical no Rio de Janeiro, e acabou sendo influenciado pelas ideias anarcosindicalistas. Não conseguiu-se encontrar o nome do autor da fotografia, mas pela característica do veículo que foi publicado e pela presença de nomes consagradas no jornalismo como Olavo Bilac, o veículo era utilizado para

²⁵ *O malho* começou a ser veiculado em 20 de setembro de 1902. Fundada por Luís Bartolomeu de Souza e Silva, a revista tinha em seu corpo de ilustradores o traço já maduro e consagrado de J.Carlos, Angelo Agostini, Lobão, Crispim do Amaral, Guimarães Passos, L. Peixoto, Leonidas Freitas, Nássara, ao lado dos jovens talentos que começavam a surgir como Raul, Kalixto, Storni e tantos outros. Foi a primeira publicação brasileira a substituir a pedra litográfica por placa de zinco. Agregando a esta inovação tecnológica o talento e a verve de seus desenhistas, deu um novo impulso à arte da charge e da ilustração em nossa imprensa, divertindo e informando o leitor da época. Ainda que focada principalmente na vida política do país, a cultura e a crítica de costumes sempre estiveram ali presentes, tanto nas charges como em artigos escritos por Olavo Bilac, Pedro e Emílio de Rabelo, Arthur Azevedo, Álvaro Moreyra e outros mais. Em 1930, *O malho* combateu a Aliança Liberal de Getúlio Vargas, e com a posterior vitória da revolução Getulista, a redação da revista foi empastelada, sede incendiada e a publicação impedida de circular por um breve período. Sobrevive como revista de notícias e literária, de 1935 a 1954, quando sai o último número. Disponível em <http://omalho.casaruiarbosa.gov.br/index.asp?lk=8>. Acessado em 18 de janeiro de 2020.

discussões políticas importantes e acredito ser o primeiro passo para colocar o trabalhador como protagonista na cidade do Rio de Janeiro.

Por outro lado, Marc Ferrez e, posteriormente, Augusto Malta continuaram fazendo propaganda desenvolvimentista afirmando a invisibilidade do trabalhador nas suas fotografias.

Figura 48 - Vista do Pão de Açúcar a partir da Fortaleza de Santa Cruz



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 49 - Panorama da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: <https://ims.com.br/>

Na Figura 50, o trabalhador é retratado como pano de fundo onde a obra é o ponto principal, confirmando o olhar estatal para a figura do trabalhador como invisível e secundária.

Figura 50 - Obras na avenida Niemeyer



Fonte: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/home/>

Abaixo, na Figura 51, o artista retrata uma Companhia Telefônica Brasileira onde estão representadas trabalhadoras em serviço. Pelo título da fotografia, percebe-se o foco que se dá

ao trabalhador, principalmente se for do sexo feminino. Elas estão retratadas, mas não tem consciência de sua condição de trabalhadoras e representavam-se socialmente de forma secundária, como era o olhar sobre a mulher naquele período.

Figura 51 - Companhia Telefônica Brasileira



Fonte: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/home/>

A Figura 52 retrata um trabalhador que dorme à tarde na Praça da Harmonia, confirmando a representação do trabalhador ocioso com o olhar de que seria um fato pitoresco, não se representando pelas condições do descanso. O fotógrafo aqui valoriza o ócio despreocupado, pois frisa o horário em que se encontra o ator da fotografia.

Figura 52 - Descansando da Tarde na Praça da Harmonia



Fonte: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/home/>

A Figura 53 abaixo apresenta os trabalhadores no Arquivo Municipal, todos brancos e representantes do serviço público. Nessa imagem há a representação do trabalho em si, no

arquivo do serviço público, mas não há a representação do trabalhador, que sequer olha para o fotógrafo. Essa observação evidencia a intenção de somente mostrar a ação que eles desempenham, deixando de lado o motivo, a importância e como estariam representados na execução de seu trabalho. Os trabalhadores não estão representados nas figuras 50, 51 e 53 somente o trabalho, e na imagem 54 a ausência dele.

Figura 53 - Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/home/>

Figura 54 - Autoridades no Palácio Guanabara



Fonte: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/home/>

A Figura 54 apresenta dignitários públicos, denominados de autoridade. Eles são o foco central na imagem que retrata o refinamento dessa classe, com seus trajes elegantes e postura ativa. Não representam a classe trabalhadora, mas se reconhecem como autoridades e se representam como tal, autenticados pelo olhar do fotógrafo que os representa de forma muito diferente das fotografias dos trabalhadores apresentadas.

As ações contidas nessas fotografias, de acordo com Leontiev (1979) e Vigotsky (1979), não buscam distinguir o ser social do ser natural porque ela não retrata seres, os seres contidos ali fazem parte de um “todo” da imagem.

A partir da análise de Schwartz (2001) sobre o conceito de trabalho e trabalhador, o trabalho na República Velha é visto como penoso e um forte divisor social, como visto nos processos de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro durante a reforma de Pereira Passos. Dessa forma, o fato social apresentado por Durkheim (2007), que é garantido pela coesão social realizada pela divisão no mundo do trabalho, se dá de forma específica para uma determinada classe de trabalhadores que não estão retratados nas imagens.

O trabalhador que, por acaso, está retratado nas imagens de Augusto Malta na República Velha é o trabalhador que se organizou nas mútuas. Depois, estes trabalhadores, transformaram-se em associações e, em 1906, organizam-se através do sindicalismo. Não obstante, o trabalhador oriundo da escravidão relaciona-se ao conceito de trabalho penoso e está nos espaços urbanos substanciado dentro de sua condição humana, o que Arendt (1958) denomina *animal laborans*.

Os processos de subjetividade são frutos do discurso social. Através desses discursos confirmados pelo olhar do fotógrafo, garante-se na República, que acaba de ser proclamada, o olhar invisível destinado ao trabalhador carioca que não foi substituído pelo trabalhador europeu, mas carregou consigo, na sua nova condição, a subjetividade dos anos de escravidão.

Nesse período histórico, os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, já sem o espectro da escravidão e com a subjetividade contida por esse espectro dentro da estrutura social, receberam a influência dos trabalhadores europeus através dos processos imigratórios. Os imigrantes, ao se reconhecerem como classe, fizeram sua representação social pela luta por direitos da classe trabalhadora.

O olhar do Estado retratado nas imagens de Augusto Malta continua na mesma linha de Marc Ferrez, onde a propaganda do desenvolvimento e a organização urbanística planejada pelo Estado, mas executada pelo trabalhador, organizou espaços e, ao mesmo tempo, excluiu o agente direto da transformação. A imagem que retrata o congresso dos trabalhadores não

representa o olhar oficial, há uma mudança no que estava subjetivado através dos novos discursos do Anarcosindicalismo.

O que não muda inicialmente é o olhar do Estado sobre o trabalhador, que continuou invisível no que tangia os direitos do mesmo. Entretanto, o Estado passa a olhar o poder de organização quando o trabalhador se institui como classe se representando coletivamente. Neste momento, há uma enorme repressão que finda com o movimento.

Na imagem do Jornal O Malho, de 1906, não se vê nenhum trabalhador negro, que podemos justificar pelas características de subjetivação do trabalhador escravizado, e do trabalhador liberto do Segundo Império. O Anarquismo, que é a base de construção do movimento operário era idealizado por ideias marxistas, como já mencionado nesse trabalho, a liberdade era uma condição para a categoria trabalho e para a definição de trabalhador. Contudo, os trabalhadores cariocas que fossem originários da escravidão não estavam nestes ideais.

Ainda assim, esta é uma situação herdada na República Velha, que subjetiva a classe trabalhadora, onde um grupo tem consciência de seu papel, e se faz representar, enquanto outro grupo representa a subjetividade construída da invisibilidade e do aguardo da generosidade e da outorga do outro pelos seus direitos, sendo essa a relação dos trabalhadores cariocas oriundos da escravidão em contrastes com os trabalhadores cariocas do movimento operário.

A construção de subjetividade não produz olhares universais, como visto nas imagens, e os aspectos contraditórios fazem parte do discurso construtor da mesma. Vê-se a continuidade da situação do trabalhador no olhar do fotógrafo, ao que representava o olhar do Estado onde, na única representação em imagens do trabalhador se organizando por direitos, nem todos são representados.

Esses trabalhadores com ideias anarcosindicalistas foram perseguidos pelo Estado, enquanto o outro grupo de trabalhadores do Rio de Janeiro, os libertos pela abolição, não foi. Os que não foram vistos, serão a base de cooptação da Era Vargas como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 4 - A Era Vargas (1930 – 1945)

A questão do trabalhador e a subjetividade tomaram rumos diferenciados a partir do período entre os anos de 1930 e 1945, conhecido como Era Vargas. Neste último capítulo é chamada a atenção para o fato de que o trabalhador se tornou visível e ator principal. Este panorama mudou muito em comparação com as décadas anteriores, pois, até então, esses trabalhadores não haviam se subjetivado com sua representação como classe de forma individual, pois o trabalhador tinha sido fortemente reprimido. Nesse capítulo trataremos de contextualizar o trabalhador, tendo como plano de fundo o momento político europeu que influenciou ideologicamente o Varguismo e, por conseguinte, as ações que, de alguma forma, impulsionaram a construção do espaço social que corroborou para a subjetividade do trabalhador no Rio de Janeiro.

Uma questão importante a ser observada neste capítulo diz respeito ao suposto protagonismo do trabalhador, delineado pela propaganda oficial, alocando esses sujeitos no contexto histórico de redefinição e reconstrução da cultura nacional. No entanto, conforme pode ser visto ao longo do texto, o trabalhador continuava como pano de fundo.

A cultura, conforme pode-se observar, foi uma dimensão importante dentro do Varguismo através de seus órgãos de controle (DIP). Estes órgãos decidiam o que deveria ser deixado de fora dos aspectos culturais brasileiros, com objetivo de construir o Nacionalismo e fazer renascer o espírito brasileiro, definindo, assim, o que era o Brasil e o que era ser brasileiro. O Nacionalismo Varguista era baseado na crença da miscigenação e no paraíso das raças e que, segundo a sua propaganda, no Brasil não havia e nem podia haver o racismo.

Neste sentido, vale ressaltar que o samba foi escolhido como representante da cultura brasileira para os trabalhadores e dos trabalhadores, sendo produto de exportação nacional, contrastando com o tratamento repressor que o ritmo sofreu até a década de 30. Nesse processo de identidade, embora não seja tratado nesse trabalho, ficaram de fora as religiões de matrizes afro-brasileiras e a capoeira, que eram consideradas práticas criminosas e, apesar da mesma origem africana, continuaram sendo perseguidas até 1942.

4.1 A crise de 1929 e a grande depressão: impactos para os trabalhadores no Brasil e no mundo

Em 1929, nos Estados Unidos ocorreu a quebra da Bolsa de Nova York (BERNANKE, 1983). Este evento atingiu todo o mundo ocidental e foi considerada a maior crise econômica desde o final do século XVIII. Na quinta-feira negra, em 24 de outubro de 1929, 16 milhões

de títulos foram colocados à venda sem aparecer nenhum comprador, causando a queda do preço dos mesmos, acelerando cada vez mais a queda e, no começo do mês seguinte, esses papéis perderam mais de um terço de seu valor.

Herbert Hoover, então presidente dos Estados Unidos, não acreditava que a crise era estrutural, apregoando que era uma fase e uma simples ressecção. No início de 1930 houve uma melhora nas cotações da Bolsa de Valores. Contudo, com a entrada no mercado dos títulos que estavam em poder dos grandes especuladores, o pânico foi retomado e milhares de pequenos investidores ficaram arruinados. Segundo o autor, as ações caíram de forma gigantesca: ações da US Steel, de 250 passaram a valer 22 pontos; as ações da Chrysler, de 135 passaram a 5 pontos, segundo os índices de valores da Bolsa de Nova Iorque (BERNANKE,1983).

Como afirma Bernanke (1983), os bancos norte-americanos encerraram linhas de crédito aos países estrangeiros, repatriando os investimentos no exterior. Eram capitais reinvestidos a longo prazo e, na maior parte das vezes, não estavam disponíveis. Assim, os empréstimos não foram renovados e as dívidas passaram a ser executadas, causando uma sequência de falências com fechamento de Bancos e, por conseguinte, das empresas que tinham seus depósitos nessas instituições.

O desemprego aumentou de forma absurda e, sem empregos, não havia capital circulando, consumo ou procura. Este é o ciclo terrível: a crise passou a alimentar a própria crise, que adquiriu uma dimensão mundial. Com a queda na produção industrial, houve queda no preço de produtos agrícolas.

Segundo o autor, nos países da América Latina, assim como no Brasil, estoques foram destruídos para tentar sustentar preços no mercado mundial, deixando o comércio mundial no caos profundo. O desemprego mundial, em 1929, era avaliado em 10 milhões e, em 1932, atingiu a cifra de 30 milhões. Entretanto, esses dados estavam abaixo da realidade, pois eram referentes somente aos empregos formais. O desemprego aumentou as tensões sociais de forma bastante grave. Somente em 1933 os Estados Unidos iniciariam a sua recuperação econômica, graças às medidas tomadas por Franklin Delano Roosevelt, novo presidente, abandonando o modelo econômico liberal e adotando uma nova forma de atuação do Estado na economia, que ficou conhecida como keynesianismo.

O fim da crise surge com o New Deal (Novo Acordo), nome dado aos programas implementados entre 1933 e 1937, com a forte participação do Estado na economia, modificando o funcionamento de mercados e também as formas de produção. O fordismo teve um papel importante no início da Grande Depressão. A Ford aumentou salários de seus

trabalhadores, para que melhorassem o consumo, mas não obteve êxito e foi necessário demitir funcionários e cortar salários. Isso aconteceu porque a Ford era uma das poucas empresas que ainda remunerava bem seus funcionários, e as outras indústrias, embora tenham adotado o fordismo em relação à produção, não fizeram o mesmo com as suas políticas de remuneração.

Bernanke (1983) salienta que o Fordismo foi, dessa forma, um dos pilares da crise, já que a superprodução de mercadorias, incentivada pelo fordismo, foi uma das razões centrais da Grande Depressão. Contudo, após a aplicação de medidas keynesianas, incluindo a criação de um Estado de bem-estar social e o aumento do intervencionismo econômico, a economia americana recuperou-se e, junto a ela, o Fordismo pôde não apenas sobreviver, como se expandir pelo mundo.

O autor ressalta que entre 1917 e 1939 haviam dois impedimentos à expansão do fordismo: as relações de classe no mundo capitalista não aceitavam um sistema de produção que tinha como base o uso de trabalhadores alienados, sem controle sobre o seu processo produtivo e com longas horas de trabalho repetitivo. Foi preciso uma revisão das relações das classes trabalhadoras, fazendo com que o fordismo se encaixasse e se expandisse na Europa. A segunda questão estava ligada aos mecanismos de intervenção utilizados pelo Estado. Para que isso mudasse, uma nova forma de uso do poder estatal foi necessária e, em 1945, o pacto keynesiano torna fordismo um regime de produção maduro, abrindo espaço para o seu auge entre 1945 e 1973.

O modelo praticado após a crise foi a política econômica Keynesiana²⁶, que tinha como base a intervenção do Estado na economia através da política de pleno emprego e do Estado de bem-estar social (Welfare State), cujas características eram a institucionalização das políticas sociais e relações de trabalho baseadas no padrão de acumulação fordista²⁷.

Em países de capitalismo mais avançado esse período foi marcado por altas taxas de crescimento econômico, com aumento nos padrões de vida dos trabalhadores, com diminuição das crises e também das ameaças de guerras com a democracia preservada. O fordismo aliou-se ao pacto keynesiano, impulsionando o capitalismo para expansões internacionais. Esse crescimento se deu através de novos poderes institucionais e pelo papel assumido pelo Estado, que se esforçou para acompanhar ciclos econômicos para obter crescimento estável, seguro e

²⁶ John Maynard Keynes (1883-1946). Economista inglês da primeira metade do século XX, O último de seus escritos sobre a teoria econômica e também o mais importante surgiu em 1936, titulado "*The General Theory of Employment, Interest and Money*" (*Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*). Suas idéias fundamentaram as políticas econômicas durante as duas últimas décadas (1945-1975) – fonte: www.economiabr.net/biografia/keynes.html em 03/10/2005 às 15:53

²⁷ Principais características do Fordismo: Produção em série, consumo de massa, concentração industrial, produção rígida.

lucrativo, com políticas monetárias e fiscais na medida certa, pois a produção de massa demandava estabilidade para continuar sendo promissora.

Bernanke (1983) afirma que havia investimento em setores importantes para o crescimento do consumo e estes resultavam em pleno emprego. A maneira como o Estado intervia diferenciava-se de um país para outro, com diversas abordagens ideológicas. O estado de bem-estar social e o pacto keynesiano atuavam como controle de relações de salário para garantir o crescimento econômico e o aumento do padrão de vida da população para manter a economia aquecida.

No Brasil, os impactos da queda da bolsa de Valores de New York foram imensos, pois a economia brasileira tinha como base a exportação de café. Com a diminuição drástica das exportações, a oligarquia cafeeira perde poder financeiro e político, determinando, assim, o fim da Velha República com a revolução de 1930.

Essa revolução foi um movimento armado que se inicia no dia 03 de Outubro, liderado por Getúlio Vargas e pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis, a fim de retirar do poder Washington Luís e impedir que Júlio Prestes tomasse posse, o mesmo fora eleito em 01 de março desse mesmo ano. A revolução foi motivada pela crise econômica no setor cafeeiro, provocada quebra da bolsa de New York em 1929, e pela insatisfação dos segmentos sociais que se consideravam não prestigiados pelas políticas da primeira república marcada por pactos políticos entre os setores agrários.

O movimento foi vitorioso em 24 de outubro de 1930 e Getúlio Vargas assumiu o cargo de presidente provisório no dia 03 de novembro, iniciando, assim, o “governo provisório”. Vargas continuou governando até 1934, após a promulgação da constituição e depois exerceu o poder de 1937 até 1945 como ditador, no que se conhece como “Estado Novo”, conforme salientado por Girardelli Jr (2005).

A Era Vargas, de acordo com Andreotti (2006), é dividida em Governo Provisório de 1930 até 1934, Governo Constitucional de 1934 até 1937 e Governo Autoritário de 1937 até 1935.

Figura 55 - Presidente Getúlio Vargas



Fonte:

[/www.google.com/url?sa=i&source=images&cd=&ved=2ahUKEwiXxbnJuvnmAhUivFkKHWQcBGMQjRx6B-AgBEAQ&url=https%3A%2F%2Fpt.wikipedia.org%2Fwiki%2FFicheiro%3AGet%25C3%25BALio_Vargas_-_retrato_oficial_de_1930.JPG&psig=AOvVaw2SpQfyh1ocn7Wo8R5ND01Q&ust=1578760300461842](https://www.google.com/url?sa=i&source=images&cd=&ved=2ahUKEwiXxbnJuvnmAhUivFkKHWQcBGMQjRx6B-AgBEAQ&url=https%3A%2F%2Fpt.wikipedia.org%2Fwiki%2FFicheiro%3AGet%25C3%25BALio_Vargas_-_retrato_oficial_de_1930.JPG&psig=AOvVaw2SpQfyh1ocn7Wo8R5ND01Q&ust=1578760300461842)

O Governo de Getúlio Vargas²⁸ promoveu na vida do trabalhador brasileiro inúmeras modificações, começando por tirar do poder a Oligarquia do Café com Leite. Governou o Brasil

²⁸ Getúlio Dornelles Vargas (1882- 1954). Em 1900 ingressou na Escola Tática de Rio Pardo (RS), tendo ingressando anteriormente na carreira militar chegando ao posto de segundo sargento do 6º Batalhão de Infantaria de São Borja. Em 1902, transferiu-se para o 25º Batalhão de infantaria, em Porto Alegre. Nessa época havia disputa do Brasil com a Bolívia em torno do território do Acre e Getúlio chegou a ser enviado para Corumbá, no Mato Grosso. Porém, com a resolução diplomática do conflito, retornou ao Rio Grande do Sul. Após sair do exército, ingressou na Faculdade de Direito em 1904. Em 1907 conclui o curso em um momento que já se encontrava envolvido nas disputas políticas com o PPR, tendo fundado o Bloco Acadêmico Castilhistas com os colegas da faculdade com objetivo de apoiar as ideias de Julio Castilhos, líder e fundador do PRR. Em 1908, Vargas chegou a ser nomeado promotor em Porto Alegre, tendo o nome indicado para concorrer a uma vaga na Assembleia Estadual. Nesse período ele retorna a sua cidade natal, constituindo um escritório de advocacia. Mas em março de 1909 é eleito à Assembleia estadual gaúcho, em cargo que ocupou também em 1913, 1917 e 1923. Ao longo desses mandatos se envolveu em um conflito com Borges de Medeiros (antigo aliado e chefe político do PRR que interveio nas eleições de um município), o que resultou em sua renúncia no ano de 1913. Voltou ao cargo político em 1917 após resolver os problemas com Borges de Medeiros. Neste momento, já tinha alcançado prestígio político local e assumido uma posição de destaque na liderança do PRR na Assembleia. Em outubro de 1922, chegou ao cargo de deputado federal em virtude do falecimento de um deputado gaúcho. Porém, seu mandato não iniciou imediatamente porque foi nomeado por Borges de Medeiros comandante de tropas em São Borja na guerra civil que se instalou no Rio Grande do Sul devido a reeleição deste para governo do estado pela quinta vez. Em 1924, reelegeram-se deputado federal tornando-se líder na Câmara dos republicanos Gaúchos. Em 1924 posicionou-

por 15 anos consecutivos. Como já dito anteriormente, essa etapa é dividida historicamente em três períodos:

4.1.1 *Governo Provisório: (1930-1934)*

Para Andreotti (2006), no Brasil, até o ano de 1930, estava vigente o primeiro período republicano brasileiro (a República Velha), caracterizado pela aliança política entre partidos políticos que representavam a oligarquia paulista e mineira (Política do Café-com-Leite), considerando que a base econômica era a indústria cafeeira com domínio total dos donos de terras. Havia uma espécie de revezamento entre dois partidos, o PPR – Partido Republicano Paulista, e PRM – Partido Republicano Mineiro.

Nas eleições presidenciais de 1930, quem venceu foi Júlio Prestes, porém não tomou posse. O motivo foi o fato do partido ser formado por mineiros, gaúchos e paraibanos, com essas características a Aliança Liberal questionou e não aceitou a validade das eleições, alegando fraude. Os deputados dessa aliança não obtiveram o reconhecimento de seu mandato. Por este motivo, os estados aliados iniciaram um planejamento de uma revolta armada. Tal iniciativa agravou-se quando João Pessoa, vice-presidente da chapa apresentada pela aliança liberal, apresentou a assinatura do partido tendo Getúlio Vargas como candidato à presidência.

Para Andreotti (2006), a propaganda Getulista utiliza o assassinato de João Pessoa a seu favor e atribui a culpa à oposição, aumentando a indignação e do exército brasileiro que também era oposição ao governo vigente, devido ao movimento denominado tenentismo²⁹. Há uma mobilização da oposição, formando uma junta governamental constituída por generais do Exército. Esse fato causou a fuga de Júlio Prestes em 03 de novembro de 1930, após ser deposto o poder foi passado para Getúlio Vargas, findando, assim, a República Velha.

Andreotti (2006) afirma que se iniciou no governo provisório uma reorganização da vida política brasileira, com uma ditadura com poder centralizado que fechou os poderes legislativos federais, estaduais e municipais, com governadores estaduais definidos pelo governo.

se ao lado do presidente Arthur Bernardes na repressão aos movimentos de insatisfações quanto ao rumo políticos do governo, sendo o movimento tenentista o pólo mais visível dessas demandas. No governo de Washington Luis havia a preocupação de se aproximar das lideranças estaduais no Rio Grande do Sul e, por esse motivo, Vargas foi nomeado Ministro da Fazenda. Tornou-se presidente do estado do Rio Grande do Sul em 1928, assumindo o governo com o objetivo pacificador da política estadual.

Dessa forma a influência dos antigos líderes regionais foi enfraquecida, causando um clima de tensão e oposição a forma centralizadora do novo governo, principalmente no Estado de São Paulo onde as velhas oligarquias clamavam e orientavam o povo paulista a se opor ao Governo, exigindo eleições diretas e a criação de uma assembleia constituinte, dando origem a revolução constitucionalista de 1932, derrotada pelas forças do governo.

Assim mesmo, o Presidente Vargas convocou eleições para uma assembleia constituinte e, em 1934, uma nova constituição foi promulgada adotando medidas democráticas com maiores poderes ao executivo. Neste sentido, criou-se, então, as bases para a legislação trabalhista, o voto secreto e o voto feminino, com o apoio da maioria do congresso. Assim, Vargas garantiu mais um mandato como presidente da República (GOMES, 2015).

4.1.2 Governo Constitucional (1934 – 1937)

No período conhecido como constitucional havia a polarização entre dois ideais: o fascismo defendido pela Ação integralista brasileira (AIB)³⁰ e o ideal democrático defendido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL)³¹. Em 1935, a ANL promoveu uma tentativa de golpe

³⁰ A **Ação Integralista Brasileira** (AIB) foi uma organização política com inspirações fascistas que surge no início da década de 1930 no contexto da ascensão dos regimes autoritários na Europa. O Manifesto Integralista trazia em seu texto os ideais do AIB: “*defesa do nacionalismo, definido mais sobre bases culturais do que econômicas, e do corporativismo, visto como esteio da organização do Estado e da sociedade; combate aos valores liberais e rejeição do socialismo como modo de organização social*”. Diferenciava-se do fascismo italiano e do nazismo alemão por não apresentar a característica racial como segregadora. Consideravam a miscigenação como constituinte da nação Brasileira. O lema da organização trazia os pilares de suas crenças: “*Deus, Pátria e Família*”, deixava, portanto clara sua constituição cristã, nacionalista e conservadora. Seu símbolo era a letra sigma grega (Σ) que na matemática tem o claro significado de soma das sequencias em numéricas. Usavam a expressam “Anauê” como “grito de guerra” em suas apresentações públicas, com saudação de mãos muito parecida com a do nazismo. “Anauê” significa “você é meu irmão” em tupi. Disponível em <http://www.integralismo.org.br/> - em 10 de janeiro de 2020.

³¹ A **Aliança Nacional Libertadora** (ANL) surge oficialmente em março de 1935 com o objetivo de combater o fascismo em âmbito nacional. A frente reunia antigos “tenentes” do movimento tenentista que insatisfeitos com os rumos do Governo de Vargas também buscavam novas vias para uma política nacional. Esse grupo de militares lançou um programa básico da organização onde os pontos principais eram: a suspensão do pagamento da dívida externa imediatamente, a nacionalização das indústrias estrangeiras, a reforma agrária com proteção aos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular, sem deixar claro, no entanto as vias pelas quais chegariam à esse governo. A presidência de honra é dada à Luís Carlos Prestes. O já então comunista, Prestes estava na União Soviética, mas reverenciado com grande honra no Brasil por sua atuação na década anterior quando tentou derrubar o governo pelas armas com a Coluna Prestes. Nos meses seguidos ao lançamento da Aliança Nacional Libertadora supõe-se que dezenas de milhares de pessoas fizeram suas filiações, porém esse número é impreciso, pois nunca houve uma divulgação oficial. Ainda contando com o apoio de figuras políticas a ANL realizou diversos comícios e manifestações em diversas cidades do Brasil. Luís Carlos Prestes voltou clandestinamente ao Brasil em abril de 1935 quando incumbido de promover um levante comunista e estabelecer um governo nacional-revolucionário. O então presidente de honra da ANL, mesmo diante da ampla aceitação popular que essa está adquirindo na sociedade, prefere manter-se clandestino, deixando evidente assim as verdadeiras intenções de seu retorno. Os embates entre a ANL e os integralistas tornam-se cada

contra o governo de Getúlio Vargas, conhecida como Intentona Comunista. Entretanto, o governo conseguiu desarticular e passou a perseguir seus líderes. Além disso, após a desestruturação do movimento comunista brasileiro, foi declarado estado de sítio e a eleição presidencial foi anulada. Em 1937 deveria ocorrer nova eleição presidencial, entretanto, após o anúncio de outra tentativa de golpe comunista (Plano Cohen). Getúlio Vargas anulou a constituição de 1934, dissolveu o legislativo e passou a governar com amplos poderes, iniciando o período histórico conhecido como Estado Novo (BERTONHA, 2013).

4.1.3 Estado Novo (1937 - 1945)

Getúlio Vargas anunciou o estado novo no dia 10 de novembro de 1937 em cadeia de rádio, dando início a um período ditatorial. Neste interim, houve a imposição de uma nova constituição, que ficou conhecida como Polaca por ser influenciada pela constituição polonesa, com fortes tendências fascistas a partir das ideias de Benito Mussolini³² (DÀRAUJO, 2000).

Esse golpe foi planejando com os militares e teve apoio de grande parcela da sociedade através de propaganda anti-comunista. O Estado Novo era caracterizado pela imposição da censura aos meios de comunicação, repressão de atividade política, perseguição e prisão de seus opositores. As medidas econômicas eram nacionalistas e, neste contexto, as leis em torno das questões trabalhistas foram agrupadas a partir da criação da CLT (Consolidação das leis do

vez mais ferozes nas ruas durante as manifestações. Em julho de 1935 a ANL lê durante um comício de comemoração do Movimento Tenentista de 1924, um manifesto de Prestes fazendo uma chamada popular para um levante de derrubada do governo e exigindo “todo poder à ANL”. Vargas aproveitando a grande repercussão do manifesto e com base na Lei de Segurança promulga uma ordem de dissolução da Organização. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL> em 10 de janeiro de 2020.

³² Benito Mussolini (1883-1945) foi um político italiano. Foi o líder do Partido Fascista, fundado em 1919, no final da Primeira Guerra Mundial. Foi professor e jornalista, escrevia para jornais de esquerda. Alistou-se no exército, chegando a patente de sargento. Em 1922 organizou a "Marcha sobre Roma", e com o apoio do rei Vítor Emanuel III passou a organizar o gabinete governamental, no cargo de primeiro-ministro da Itália. Por meio de eleições fraudulentas, os fascistas ganharam a maioria do parlamento. Em 1925 Mussolini tornou-se "Duce" (o condutor supremo da Itália). Em 1925 estava instala a "ditadura fascista na Itália" e o fascismo começava a mostrar sua verdadeira face. Mussolini se definia como reacionário, antiparlamentarista, antidemocrático, antiliberal e antissocialista. Após sofrer um atentado em 1926, fechou os jornais de oposição, dissolveu os demais partidos e perseguiu seus líderes. Restaurou a pena de morte e criou tribunais especiais, compostos por membros da milícia fascista. Um dos fundadores do Partido Comunista foi processado e preso. Era o chefe supremo do Estado e acumulava em numerosas funções ministeriais. Em 1939 foi suprimida a Câmara dos Deputados e substituída por membros do Grande Conselho. Para sustentar o regime, os jovens deviam pertencer mais ao estado que à família. Havia organizações para crianças e adolescentes, que uniformizados recebiam os ideais de patriotismo e obediência. Seu lema era: Crer, obedecer e combater. Disponível em https://www.ebiografia.com/benito_mussolini/ em 17 de janeiro de 2020

trabalho). A CLT foi inspirada na Carta del Lavoro³³ de Mussolini. Foi publicado também o código penal brasileiro, ambos ainda em vigor. Nesse período também foram idealizados a carteira de trabalho, a justiça do trabalho, o salário mínimo e o descanso semanal remunerado.

A política externa nesse período se consagrou pela participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do eixo. A derrota do nazifascismo na Europa foi um dos fatores para o fortalecimento da oposição ao Governo Vargas, dando força para a democratização no Brasil, obrigando o governo a dar indulto aos presos políticos, constituir eleições gerais que resultou na eleição do candidato do governo Eurico Gaspar Dutra.

4.2 O Trabalhador no Estado Novo

De acordo com Gomes (2015) apud Moras Filho (1952), na nova constituição de 1934 o Brasil obteve uma nova lei para os sindicatos, um novo ministro do trabalho, indústria e comércio e, no seu artigo 120, deu liberdade e autonomia aos sindicatos, em contradição ao decreto-lei nº 24.694 que o seu teor tornava difícil essa autonomia, pluralidade e liberdade.

Ainda de acordo com Gomes (2015), o ministro do trabalho era Agamenon Magalhães que considerava o art. 120 equivocado e não estava coerente ao atual contexto político brasileiro, nem estava em concordância com próprio presidente da Assembleia Constituinte de Getúlio Vargas. O Artigo 120 da constituição de 1934 foi uma vitória dos interesses da Igreja que, segundo a autora, estava aliada ao patronato sendo um forte golpe para aqueles que desejavam uma resistência dentro do movimento operário. Isso porque muitos reivindicavam uma unidade sindical e também havia o movimento do próprio ministério do trabalho que desejava essa unificação, mas com a tutela do estado.

O perfil do movimento sindical era claro, pois de um lado havia o sindicalismo atrelado ao ministério do trabalho formado, segundo Gomes (2015), por entidades reais e por entidades fictícias sob o controle do ministério do trabalho e, do outro, o sindicalismo ligado aos movimentos de esquerda. Após a intentona comunista em 1935, com a lei de segurança nacional e o fechamento da ANL, inaugurou-se uma nova dinâmica de relações entre o estado e a classe trabalhadora, deixando de ser uma questão social e se tornando uma questão política com os sindicatos da esquerda acusados de comunistas.

³³ Foi com a Carta del Lavoro, de 1927, que o Fascismo passa a controlar sindicatos de operários e impossibilita o surgimento de qualquer posicionamento comunista ou anarquista, comuns na Itália naquele período. (Nota do Autor).

Obviamente o ministério do trabalho estava ligado ao projeto político que tinha como objetivo a segurança nacional contra os “comunistas” e grande parte da classe trabalhadora, e afastou qualquer possibilidade do movimento dos trabalhadores que pudesse ocorrer de forma independente através dos sindicatos.

A intentona comunista abriu as portas para o golpe que se deu em 1937. O Golpe neutralizou adversários e recrutou indecisos, com aumento da repressão fortalecida pela propaganda do governo através das forças armadas, que divulgou uma suposta sublevação comunista (Plano Cohen). A repressão ao comunismo foi razão e o motivo para que a classe trabalhadora e seus sindicatos fossem silenciados.

Esse silenciamento forçado permitiu que outros processos identitários da classe trabalhadora surgissem, todos atendendo a classe patronal presente no Governo Vargas, sendo processos de identidade que repudiavam o comunismo com forte traço assistencialista do poder estatal. Foi nesse contexto que o trabalhismo começou a ser difundido e implementado posteriormente.

Segundo Gomes (2005), as relações entre a classe trabalhadora e o Estado, no Brasil, estavam fundamentadas no pacto social varguista, a partir da implementação de leis que regulavam o mercado de trabalho, através de uma legislação social que era aceita em troca de benesses sociais e por obediência política. Portanto, observou-se que somente trabalhadores legalizados e sindicalizados podiam ter acesso aos direitos do trabalho. Assim, estar legalizado e sindicalizado dava o sentido de cidadania ao trabalhador, mas somente através dos sindicatos “legalizados”, frutos da autoridade do Estado.

O Brasil Vargas era produtor de benesses materiais através de bens utilitários, que eram desejados pela classe trabalhadora. Esses benefícios eram divulgados pela intensa propaganda política realizada pelo governo e, como a classe trabalhadora necessitava dessas benesses, criava a obediência ao governo e aderiu politicamente ao regime. A classe trabalhadora cumpria com esta submissão ao aderir o modelo sindicalista tutelado e corporativista, ficando cooptada pelo Estado, perdendo toda a sua autonomia e sem perspectiva de impulsão própria.

Historicamente, a classe trabalhadora vinha lutando pela regulamentação do mercado de trabalho no Brasil através de diversos projetos políticos que buscavam a presença e a participação dos trabalhadores no cenário político e social. Essa luta sempre encontrou resistência do patronato que se recusava a assumir os custos que considerava demasiadamente abusivos e também eram contra qualquer influência estatal, porque jogavam não dizer respeito

a essa esfera. Somente no período varguista quando a decisão sai da esfera legislativa para a esfera executiva, o patronato se vê pressionado pela nova ordem, também com a adesão de novas lideranças patronais, a regulamentação pode, então, seguir com efetividade.

Figura 56 - Cartaz veiculado na Era Vargas



Fonte: <http://docplayer.com.br/docs-images/78/77174813/images/11-0.jpg>

Na formação de subjetividade do trabalhador, a legislação trabalhista figurou como uma dádiva através de um discurso pautado por conquistas da classe. Mas, na verdade, foi concedida por uma autoridade benevolente, paternalista, sem a participação dos trabalhadores, em uma ótica de “pai para filho”. Neste sentido, o olhar sobre o fator econômico não devia ser levado em consideração. Portanto, somente pode ser considerado as relações sociais que faziam o trabalhador dependente e grato afetivamente por ter seus direitos reconhecidos, e generosamente doados, conforme apregoado na imagem acima.

Essa generosidade nos remete as relações de trabalho mantidas pelo trabalhador que estão presentes na relação do senhor e do escravizado no Segundo Reinado, que o invisibilizava e onde o trabalhador não se reconhecia nos processos de produção. O trabalhador vivia do reconhecimento dado através de benefícios, depois que reconhecia sua docilidade e subserviência na relação.

Essa relação atravessa todos os períodos históricos estudados e Gomes (2005) chama de ideologia de outorga. De acordo Sahlins (1979), a generosidade criada através de fluxos de

bens materiais de cima para baixo cria uma relação de lealdade, cristalizando as relações entre o trabalhador e o trabalho.

Dentro da ideologia de outorga, a generosidade deve ser questionada não na sua existência, mas na qualidade de seu fluxo, do significado que se obtém nas relações sociais e do que se produz enquanto formadora de subjetividade. Se não for questionada dentro do fator qualidade, há a criação de um mecanismo perverso de relações sociais, onde novas lideranças paternalistas surgem, criando uma ideologia de “generosidade calculada”, que formam subjetividades. Assim, o papel do assujeitado é claro no aspecto de submissão, conforme a quarta lei de Hobbes citada por Vilella (2001) apud Sahlins (1976):

A gratidão procede de uma graça antecedente (...) de um livre dom antecedente, e esta é a quarta Lei da Natureza (...) que aquele, que recebe Benefícios de um outro por simples bondade, faça de modo que este que deu não tenha ocasião de razoavelmente arrepender-se de seu bem-querer.(p.199)

No ano de 1942 tomou posse, no Ministério do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, e no primeiro de maio de 1943 assinou junto a Getúlio Vargas o Decreto-Lei nº 5. 452, aprovando a Consolidação das Leis de Trabalho. Esse decreto-lei possuía 922 artigos e, como já disse antes, estava baseada na Carta del Lavoro, do fascismo italiano. Importante ressaltar que, de acordo com CAMPANA (2008), a CLT não é cópia literal da Carta del Lavoro, mas que serve somente de inspiração para o ato de consolidação dessas leis.

De acordo com o publicado no Diário Oficial do Reino da Itália, a Carta del Lavoro não estava ligada a nenhum processo jurídico ou regimento legal em sua discussão, sendo um documento onde constavam intenções e parâmetros para as relações do trabalhador com a classe patronal. A CLT era uma lei estruturada com regimento jurídico e legal e, como uma consolidação, se torna uma compilação das leis trabalhistas já existentes, como direito às férias e outras leis que já estavam incorporadas as leis nacionais, ou na própria constituição de 1934. Estes direitos preexistentes foram alguns conquistados pelos sindicatos anteriormente e, também, pelos anarquistas que foram regulamentadas pela Constituição Brasileira.

A CLT nasceu com 921 artigos, enquanto a Carta del Lavoro surgiu com 30 e, em 1943, quando se torna lei, sobram 11 artigos somente. A nossa CLT tem uma relação com a Carte del Lavoro, especialmente com a forma tutelada que o Estado rege as relações de trabalho, através de um Estado soberano com tendências nacionalistas, aproximando-se muito do Estado Novo português que também tinha leis baseadas na Carta del Lavoro.

Campana (2008) aponta para outra referência para a CLT que é a encíclica *Rerum Novarum*, documento do Vaticano que apontava para o questionamento das condições dos trabalhadores de fábricas, criticando valores morais da sociedade capitalista e discutindo os problemas sociais da exploração da classe trabalhadora.

O viés fascista da CLT foi o tratamento dado as relações sindicais e a guerra com o socialismo, se esforçando para sufocar a autonomia da classe trabalhadora, com uma visão e percepção de sociedade como um corpo, onde a cabeça tem o legítimo poder e as outras partes desse corpo devem atuar de acordo com sua organização para o bem de seu êxito. O que não estiver de acordo com a “cabeça” devia ser amputado.

Então a construção de subjetividade do trabalhador estava limitada ao olhar individual do trabalhador sobre si, e não de classe coletiva, para que a relação com a força de controle, o estado, fosse mais próxima e mais simples.

O Ministro do Trabalho e o governo varguista utilizavam o Rádio, bem como os principais meios de comunicação da época, para divulgação das doutrinas estatais com o intuito de aproximar o poder público do povo. No Estado Novo se iniciou uma série de comemorações oficiais que centravam-se na figura do trabalhador, tendo sua culminância no dia 01 de maio. A primeira comemoração foi em 1938, com discurso do Presidente Vargas anunciando a regulamentação da lei de salário mínimo, com promessas de usar de generosidade na área social que beneficiasse o trabalhador, valendo a pena ressaltar que essa comemoração se deu no Palácio Guanabara de forma restrita.

Em 10 de novembro de 1938 o governo comemorava o primeiro aniversário do Estado Novo com a inauguração do prédio do Ministério do Trabalho e utiliza-se o termo “trabalhadores do Brasil” pela primeira vez para se dirigir a população, encarnando, assim, o papel de líder das classes operárias baseando-se na ideologia de outorga mencionada. No ano seguinte, o primeiro de maio passou a ser comemorado no Estado de São Januário, onde até hoje ainda funciona o campo do time de futebol Vasco da Gama, na época, maior estádio da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 57 - Sindicalistas na comemoração de 1º de maio



Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-5/EducacaoCulturaPropaganda>

A Figura 57 ilustra a participação dos sindicatos tutelados pelo Estado brasileiro nas comemorações pelo dia do trabalho. Devemos observar o escrito na faixa carregada por três pessoas e a imagem do representante da organização logo a direita, abaixo da faixa, que, certamente, pela indumentária não era um operário. Ressalta-se que o mesmo personagem desfila olhando para a arquibancada e os possíveis trabalhadores desfilam olhando para o chão.

A faixa representa o Bangu Atlético Clube e observa-se a presença do operário-jogador, que talvez sejam os que carregaram a faixa: o trabalhador que se destacava menos por tarefas laborais e mais por suas habilidades esportivas obtinha privilégios: dispensa da exigência de frequência no trabalho em horários de treino e jogos, além de colocação em um posto mais leve, conforme apontou Rodrigues Filho (2003). Esse recurso era utilizado para motivar trabalhadores a aumentar seu sentimento de pertencimento à comunidade da empresa e, dessa forma, diferentes fábricas passaram a incentivar a prática entre seus empregados.

Figura 58 - Manifestação pró-Vargas no 1º de Maio de 1944. Estádio do Pacaembú, SP



Fonte: CPDOC/FGV.

Na figura 58, vê-se uma faixa onde está estampada a frase: “trabalhador sindicalizado é trabalhador disciplinado”, corroborando com a formação de subjetividade do trabalhador na Era Vargas. Todas as festividades após 1942 eram coordenadas por órgãos estatais: dia 19 de abril (aniversário do Presidente), dia 01 de maio (dia do trabalho) e dia 10 de novembro (Aniversário do Estado Novo), sendo essas as mais importantes como veículo de comunicação e doutrinação do trabalhador.

Na construção de subjetividade do trabalhador no Estado Novo, predominou-se o objetivo de definir e formar a ideia do trabalhador como o indivíduo-cidadão que se tornou o centro do discurso político e o seu objeto. As preocupações governamentais foram comprovadas pelas iniciativas de proteção e do saber sobre esse novo indivíduo-cidadão homem no Brasil, representado nesse estudo pelo trabalhador carioca, através da generosidade estatal e da organização dos trabalhadores de forma tutelada.

4.3 As imagens do Trabalhismo no trabalhador

Ao longo da nossa pesquisa, foram encontradas apenas quatro fotografias de Augusto Malta significativas relativas ao período varguista, conforme expostas abaixo, em sequência:

Figura 59 - Visita de estudantes ao Cristo Redentor



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 60 - Beco da Música



Fonte: <https://ims.com.br/>

Figura 61 - Inauguração da Estátua da Amizade



Fonte: <https://ims.com.br/>

Augusto Malta foi fotógrafo oficial até 1936, quando se aposentou. Acreditamos que o fato da diminuição do seu trabalho nesse período ocorreu em razão do olhar do Estado ter passado a ser retratado por veículos de comunicação mais modernos, que agregou a fotografia um maior poder de difusão da ação governamental. Na Era Vargas os órgãos oficiais de imprensa tinham essa função, as fotografias retratadas mostram um cotidiano romântico da cidade, mas deixaram, como na fase artística anterior, de ter uma ótica de divulgação desenvolvimentista. O que decorre do fato de, na Era Vargas, o nacionalismo era a base de propaganda com o desenvolvimentismo seu maior elemento.

³⁴ Em 1922, foi apresentado ao Brasil o bronze de autoria do escultor americano Charles Keeke. Entretanto, faltava um pedestal à estátua. Passaram-se as administrações dos prefeitos Carlos Sampaio, Alaor Prata e Antonio Prado e a estátua permanecia guardada, por não dispor de pedestal, até que, em 1931, por ação do Sr. Pedro Viana da Silva, diretor de arborização e jardins (que viria, depois, a se tornar a Fundação Parques e Jardins) o escultor Benevenuto Berna concebeu um pedestal, de 4m de altura, com uma alegoria: dois medalhões entrelaçados, com os bustos de George Washington e de José Bonifácio, com duas palmas, representando as duas nações, e envolvidas por folhas de hera simbolizando a amizade perene. Pôde, então, o monumento ser inaugurado em 4 de julho de 1931, na confluência das Avenidas Pres. Wilson, e Churchill. É de se notar, nas fotografias, a vastidão ainda deserta da Esplanada do Castelo de um lado, e a Igreja de Santa Luzia, de outro. Onze anos depois, e com um pedestal bem mais alto, foi o monumento reinaugurado na Praça Quatro de Julho, fronteira à Embaixada dos EUA, hoje Consulado, escultura de Charles Keeke representa uma mulher, em pé, sustentando na mão direita uma palma de louros e tendo na esquerda os pavilhões americano e brasileiro ornados com folhas de louro. Na cabeça, a mulher tem um barrete frigio. A estátua tem pouco mais de 4 metros de altura, sobre um pedestal de 8 metros. http://rio-curioso.blogspot.com/2011/08/estatua-da-amizade_03.html em 18 de janeiro de 2020

Figura 62 - Comemoração do Primeiro de maio – Estado Novo



Fonte: <https://ims.com.br/>

O lugar do trabalhador no estado novo estava representado na imagem acima: embaixo do olhar do Estado. Os trabalhadores na primeira fila já são os negros, uma mudança da República Velha para a Era Vargas, onde são visíveis, mas cooptados pela força do Estado que está segurando a faixa, os policiais.

Passaram pelo processo de “branqueamento” através de roupas que resgatassem esse processo, também por meio de posturas e comportamentos que não faziam parte da história do trabalhador retratado. Vale a pena repetir aqui o trabalhador retratado no correio da manhã, na República Velha:

Um quadro que commove e entristece offerecido pela saída doa operários da grande maioria das fabricas existentes nesta cidade. Pobres homens, com as vestes surradas, enfrangalhados muitos, carregaram a marmita de proporções diminutas, onde os parques alimentos, condimentados do dia anterior, estiveram por longas horas conservados. A physionomla entristecida,o olhar abatido, a palidez, do rosto, deixam claramente ver o excesso de esforço despendido na luta e bem assim os processos da moléstia que se avisinha, prompta a dar o golpe decisivo no momento opportuno. Em meio desses, senhoras, moças e creanças, confundem-se na agglomeração, esquecendo o sofrimento enquanto, na troca de impressões, vão vencendo a distancia que os separa do lar. (Jornal Correio da Manhã , 12 de abril de 1906)

O Estado Varguista os tutelou e os apresenta de forma contrária ao dito na matéria acima. Há outra faixa que diz: “Os pequenos quando são beneficiados jamais se esquecem (...)”, ilustrando a ideologia de outorga e a generosidade característica do mundo do trabalho da Era Vargas. O que muda da República Velha para a Era Vargas é a forma que o Estado utilizou para cooptar o trabalhador. Na República velha a cooptação de dá com o higienismo, conforme Jurandir da Costa Freire (1999):

A incongruência ideológica do liberal escravagismo, com a qual os médicos compactuavam, tornava-se, aqui, inoportuna. A felicidade física e racial, a riqueza econômica e espiritual, prometidas a higiene da família branca, não podiam estender ao escravo. No entanto, sua função tinha que ser transformada. Cumpre-se no funcionamento da casa antiga, deveria tornar-se agente de mudança familiar. O problema consistia, portanto em modificá-lo higienicamente, sem alterar sua posição social e seu estatuto civil. Os médicos criaram então, um outro procedimento tático: inverteram o valor do escravo: De animal útil ao patrimônio e propriedade, tornou-se animal nocivo à saúde. Seu lugar disciplinar, foi deste modo garantido. (Costa, 1999, p. 121)

Parafraseando o texto acima, atualizamos alguns termos, que estão em negrito: A incongruência ideológica do **liberalismo varguista** com a qual o **governo** compactuava tornava-se, aqui, inoportuna. A felicidade física e racial, a riqueza econômica e espiritual, prometidas a **higiene da família do dono do capital**, não podiam se estender ao **trabalhador**. No entanto, sua função tinha que ser transformada. Cumpre-se no funcionamento do **mundo do trabalho**, deveria tornar-se agente de **mudança do mesmo**. O problema consistia, portanto em modificá-lo **politicamente** sem alterar sua posição social e seu estatuto civil. O Varguismo criou, então, outro procedimento tático: **inverteram o valor do trabalhador: De animal útil ao patrimônio e propriedade, tornou-se animal nocivo à classe política. Seu lugar disciplinar, foi deste modo garantido.**

Então, o olhar artístico e bucólico passou a ser o olhar dos departamentos de divulgação do Estado que fez sua propaganda, agora em massa, para a garantia do espaço disciplinar. As fotografias de Marc Ferrez e Augusto Malta serviam para mostrar um Rio de Janeiro livre de agruras, pois o trabalhador não era responsabilidade do Estado ou, se era, estava em segundo plano.

As imagens da Era Vargas mostram o trabalhador presente nos processos sociais, mas totalmente cooptado pelo Estado e que só se constituiu como classe dentro da sua tutela. Os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro se reconheciam como “pobres” já que Getúlio Vargas era o pai dos pobres, e se representavam como gratos a generosidade de seu governo que se mantinha a partir dessa gratidão. Ser trabalhador era ser reconhecido como agradecido pela

generosidade do trabalhismo de Getúlio Vargas, mostrando essa característica nas festas cívicas representadas nas imagens oficiais.

Seu papel social está na sua presença nas manifestações para idolatrar o Pai que distribuía suas benesses, ao seu gosto e tempo. O DIP valorizava nos seus representados, os trabalhadores, o coletivo, a massa grata, que os próprios trabalhadores faziam questão de representar, com disciplina e gratidão, pois somente dessa forma garantiriam seu lugar na sociedade.

Considerações finais

Inicialmente, peço desculpas aos historiadores por ousar entrar em uma seara completamente desconhecida para esse o pesquisador. Humildemente tentando abraçar a interdisciplinaridade como linha condutora, me deparei com a História e me encantei de forma absoluta com o “fazer da história” e de como dialoga com a psicologia no entendimento do humano na perspectiva social.

A interdisciplinaridade é mister para processos de construção de subjetividade para evitar cair nas armadilhas do olhar maniqueísta que pode ser produzido, o que não foi a intenção desse estudo.

A construção da subjetividade do trabalhador nesse estudo foi permeada pelo olhar do fotógrafo, como se o pesquisador estivesse dividindo o equipamento e o foco das lentes. Os artistas escolhidos possuíam um olhar voltado à propaganda, a divulgação do belo e do estético por determinação daqueles que encomendavam os trabalhos. Estes eram feitos a partir de necessidades dos governos de cada época e aprimorados na fase final, de forma instituída pelos departamentos da propaganda estatal. Assim, passa de um olhar estético e panorâmico para um olhar doutrinador, dentro do regime de informação proposto por cada momento histórico tratado.

Se tratarmos a construção de subjetividade sem contexto, como simples produção de conhecimento, produzido de forma autônoma pelo próprio sujeito, verdades universais seriam a base dos conceitos de trabalho, trabalhador, o que neste estudo pontua-se como indevidas.

Nas imagens apresentadas, o trabalhador não se representa, pois não é o mesmo que olha pela lente e segurando a máquina. Este papel foi exercido pelo Estado através do olhar do artista, cooptado depois pelos departamentos de informação.

Alguns conceitos de trabalho foram apresentados, especialmente nos capítulos 1 e 2, como condução do saber sobre o trabalhador e de sua subjetividade que deram inegáveis contribuições ao mundo do trabalho e ao trabalhador. Entretanto, se não forem contextualizados a partir do trabalhador, estes serão somente conceitos que foram impressos em páginas de livros, teses e dissertações em sua linguagem científica.

Saber o que o trabalhador pensa sobre quem conceituou o trabalho, entendendo a representação social dos conceitos de trabalho para o trabalhador, com objetivo de instrumentalizar de forma prática o conceito na sua vida, é lacuna onde este estudo se aplica. A construção de subjetividade do trabalhador carioca, se vista somente por um lado, não reconhece que, apesar de invisibilidade para o mundo do trabalho, deu espaço para sua

representação em espaços artísticos e culturais, com marcas profundas na cultura brasileira, com seu jeito de quem, parafraseando Gonzaguinha, viveu e não teve vergonha de ser feliz. Produziu musicalidade, culinária, vestimentas, lutas e religiosidade em diversas manifestações.

Dessa forma, afirmo que a criatividade não é a essência do trabalho e sim da humanidade que preexiste ao trabalho. A construção da subjetividade do trabalhador pelos seus processos de criação de cultura na dialética com a sociedade como produtor de arte, de moda, de aspectos de culinária é uma lacuna que deve ser preenchida.

Nosso objetivo foi analisar a construção da subjetividade do trabalhador carioca através das imagens do Segundo Império até o trabalhismo e consideramos que essa formação do trabalhador no Rio de Janeiro através das fotografias é construída pelo olhar do Estado e da estrutura social, que o próprio trabalhador confirma de forma dialética.

O sujeito do trabalho invisível, mudo e estático para o mundo do trabalho, em outras áreas se mostra visível, dinâmico e representado na arte, no Samba, na capoeira, nas festas de São João, no sincretismo entre crenças religiosas, e na mistura das tradições europeias com as africanas e em suas manifestações religiosas de qualquer matriz. O trabalhador longe dos meios de produção é criativo, pois a criatividade é inerente ao humano e se liberta através da criatividade marcando seu lugar no mundo.

No início desse estudo apresentamos com questão inicial: Como os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro se reconheciam como tal, através das imagens? Nas imagens do Segundo Império não se reconheciam e nem foram reconhecidos pelo Estado, inicialmente invisíveis ao mesmo e desnecessários na ótica do Estado. Ao processo que se destinava a ação do fotógrafo e que só ganham visibilidade cem anos depois com a cooptação dessas imagens para propaganda política do governo Vargas.

Outra questão trazida foi: O que representava ser trabalhador? Pelas fotografias, o olhar do estado representava o “ser do trabalhador” como natural em sua condição biológica por ser negro, social, se fosse livre, e política. Na República Velha representava-se como ameaça a ordem e, por fim, no trabalhismo onde ser trabalhador significava ser “pequenino”, pobre, com necessidade de tutela do Estado.

Também questionamos como essas pessoas construíam uma identificação e auto representação de seu papel social? No mundo do trabalho no período inicial frente a percepção do Estado sobre eles, não construíram identificação. Na República Velha se construíram, mas não persistiu por conta do afastamento dos trabalhadores que eram ex-escravos, criando uma nova categoria de análise para estudos futuros sobre a construção de subjetividade dos ex-

escravos na velha República. E o que é interessante foi verificar que toda a ação da Era Vargas era para esse segmento, já que os trabalhadores que tentaram construir suas identificações foram cerceados com a forma política repressora.

No que tange o que o fotógrafo valoriza do representado, percebe-se que nas imagens em que existem trabalhadores, ele é imagem de fundo e a figura inicial é o trabalho e não quem o realiza, e revela a partir de um olhar do Estado, o trabalho como estático, e por conseguinte também o trabalhador. Olhava-se o trabalho dentro de um contexto estético, tirando a questão social do trabalho de cena, composta pelo trabalhador. Revela a desconsideração e naturalização do trabalho para a sociedade, que na Era Vargas culmina com a ideologia de outorga e generosidade, pois o trabalhador precisou ser tutelado para sua filiação ideológica.

Os trabalhadores se representam nas imagens? Na maioria delas não, pois não foram realizadas pelos mesmos. Nos períodos históricos estudados alguns processos se mantiveram e cristalizam e outros foram modificados, mas em nenhum o trabalhador se representou no olhar dos fotógrafos elencados para esse estudo.

O entendimento de que o capitalismo no Brasil foi um processo tardio e que aconteceu de forma muito específica foi o pano de fundo para algumas reflexões. O arcabouço teórico da sociologia teoriza o mundo do trabalho através de seus autores clássicos tendo como base histórica a Revolução Industrial. Em todos os capítulos contextualiza-se o que acontecia no mundo, e o que acontecia no Brasil, verificando-se que o mundo ia em uma direção oposta ao que se configurava no Brasil.

O ponto de vista inicial é de que para conceituar o trabalhador no Rio de Janeiro era necessário desconstruir os conceitos que o definiam até então. O trabalhador carioca não pode ser definido a partir de um conceito Marxista sem que esse conceito seja relativizado, o que o transformou em questão, para uma definição conceitual a posteriori.

O conceito de trabalho que definiria o trabalhador carioca seria que o trabalho é toda ação social de produção de bens de consumo que o deixe o trabalhador invisível e que não permita sua consciência realizada pelos processos de subjetivação do Estado.

Quando os trabalhadores se organizaram em 1906 para o primeiro congresso operário, uma lacuna que deve ser preenchida também, e estudar a forma de constituição dos delegados para entender se havia ou não representantes da classe invisível que nasce no Segundo Reinado. A imagem não fornece os dados, mas podemos concluir que todo o movimento de repressão ao trabalhador não se referia ao trabalhador invisível e sim ao trabalhador organizado, que foi perseguido na República Velha.

A grande perda para o trabalhador nesses processos de repressão foi a sua educação, formal e informal, que era base ação do anarcosindicalismo e se vê manipulada nas legislações da Era Vargas, com a criação da educação profissional para uma classe específica, a dos trabalhadores. Estudos sobre educação e trabalho no trabalhismo podem responder a questão sobre a educação como veículo de liberdade vigiada e manipulada do trabalhador.

Na República Velha se construiu outro conceito de trabalho, mas ainda longe dos construídos a partir da sociedade capitalista. O conceito do trabalho que invisibilizou o trabalhador permaneceu. Acrescenta-se, como complementar ao conceito, o trabalho como sendo silenciador das representações.

Logo, na República Velha, o conceito de trabalho é toda ação social de produção de bens de consumo que o invisibilize e que, pela sua própria natureza, mantenha estática e silenciosa a participação social, através de processos de subjetivação de falta de direitos e da naturalização dessas faltas.

Se as faltas são naturais, é necessário que um salvador as supra, mas o suprimento de faltas que não retirem-na, nem modifiquem a sua natureza. A essência do trabalhador, no olhar psicanalítico, é construída socialmente pela falta, sendo estrutural e dialeticamente estruturante, afinal são “pequenos” e pobres.

Dessa forma o conceito de trabalho na Era Vargas pode ser construído como toda ação de produção de bens de consumo executadas de acordo com a natureza de quem a executa, os trabalhadores. A natureza de quem executa é de ser naturalmente invisível, estático e mudo, onde o papel do estado será de defender, conceder voz, imagem e movimento e educação. O trabalhador Varguista é aquele que o Estado diz que é autenticando com benesses para sua manutenção política.

Fica aqui o interesse em continuar esse percurso para entender as diversas lacunas que surgiram em relação ao entendimento do atual contexto e que precisam ser preenchidas. Finalizo com a imagem do trabalhador carioca, irreverente, malandro e feliz, eternizado pelo olhar de Walt Disney:

Figura 63 - Trabalhador carioca representado por Walt Disney



Fonte: https://images-americanas.b2w.io/produtos/01/00/oferta/53330/5/53330552_1GG.jpg

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Katia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-Intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 648-663, dez. 2007.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas**. 2ª edição. São Paulo: 1999.
- ALENCASTRO, L. F. A vida privada e a ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, L. F. (org.). **História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional**, v. 2. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- ARMALINE, William T. 13 Thoughts on anarchist pedagogy and epistemology. **Contemporary anarchist studies**, p. 136, 2009.
- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- ARONOWITZ, Stanley; AUSCH, Robert. A Critique of Methodological Reason. In: **Against Orthodoxy**. Palgrave Macmillan US, p. 35-57, 2015.
- BARRETO FARIAS Juliana; GOMES Flávio do Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo. **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.
- BERBEL, Márcia, MARQUESE, Rafael, PARRON, Tâmis. **Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BERGER, Peter L. Luckmann. **The social construction o reality**. 1967
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. 1999
- BERNANKE, Ben S. [Non-Monetary Effects of the Financial Crisis in the Propagation of the Great Depression](#). **The American Economic Review**, Vol. 73, No. 3. pp. 257-276. 1983.
- BEZERRA, Emy Pôrto, DA SILVA, Zayr Cláudio Gomes, GUIMARÃES, Ítalo José Bastos, DE SOUSA, Edivanio Duarte. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Rev. El. em Questão**. capa v.22, n.2, mai/ago. 2016. E-ISSN 1808-5245
- BEZERRA, Emy Pôrto; da Silva, Zayr Cláudio Gomes. Regime de Informação: Conceitos e Aplicações no Âmbito De Laboratórios De Pesquisa Científica. XVI **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** (XVI ENANCIB) ISSN 2177-3688. João Pessoa. PB. 2015.
- BITTENCOURT, Ícaro. O Mutualismo Operário e os Desafios a História Social. Paraná. **Rev. Aedos**. Em um. 4, vol. 2, Novembro 2009.
- BRITO, Deneílson Souza. **Uma cidade sem senzalas: moradias escravas e autonomia na cidade do Rio de Janeiro (1789-1850)**. Monografia de Conclusão de Curso em História. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.
- Braman, Sandra. The emergent global information policy regime. In **The emergent global information policy regime** (pp. 12-38). Palgrave Macmillan, London. 2004.

- BEZERRA, Emy Pôrto, DA SILVA, Zayr Cláudio Gomes, GUIMARÃES, Ítalo José Bastos, DE SOUSA, Edivanio Duarte. (Orgs.) Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Revista. Eletrônica Em Questão**. v.22, n.2, mai/ago. 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **La Distinction**. Paris: Minuit. **Trans as Distinction**. London: Routledge, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques; sur la théorie de l'action**. Paris: Seuil, 1994
- BURKE, Peter. **A Testemunha Ocular**. São Paulo. Edusc, 2004.
- CAMPANA, Priscila. O Mito da Consolidação das Leis Trabalhistas como reprodução da Carta del Lavoro. *Revista Jurídica (FURB)*, 12(23), 44-62. 2008
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Wilma Peres. Estratégias ladinas. O imposto sobre o comércio de escravos e a “legalização” do tráfico no Brasil. (1831-1850). **Novos Estudos Cebrap**, 67, pp. 58-74, nov. 2003.
- CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. Rev. Psicol., **Organ. Trab.** vol.12 no.1 Florianópolis abr. 2012. ISSN 1984-6657.
- CHALHOUB, Sidney. Introdução e Negócios da escravidão. In: **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia das Letras, p. 13-22 e 29-93, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. Editora Companhia das Letras, 2018.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DARBON, S. “O etnólogo e suas imagens”. Samain, Etienne. (org.) In **O Fotográfico: linguagem e cultura**. São Paulo. Ed. Hucitec/CNPQ, 1998. Disponível em: <http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2006_1-186-DO.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2016.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Ideologia liberal e construção do Estado. In: **A Interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- DUARTE, Newton. **Vygotsky e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados. 2000
- DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?** Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do Construtivismo e da Psicologia Vigotskiana. Campinas: Autores Associados. 2003
- FAORO, Raimundo. **"Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 13.ª Ed." *São Paulo: Globo. vols 1*, 2001.

- FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sergio. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FEYERABEND, Paul K. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FOUCAULT, Michel et al. **Microfísica del poder**. La Piqueta, 1994.
- FOUREZ, Gerard; ROUANET, Luiz Paulo; FOUREZ, Gerard. **A construção das ciências**. Unesp, 1995.
- FREITAS, Fernando Vieira de. **Das kitandas de Luanda aos tabuleiros da terra de São Sebastião: conflitos em torno do comércio das quitadeiras negras no Rio de Janeiro do século XIX**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.
- FREUND, Gisele. **Fotografia e sociedade**. Lisboa: Vega, 1994.
- FROHMANN, B. (1995) Talking information policy beyond information science: applying the actor network theory. (Org) In BEZERRA, Emy Pôrto, DA SILVA, Zayr Cláudio Gomes, GUIMARÃES, Ítalo José Bastos, DE SOUSA, Edivanio Duarte. (Orgs.) Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Revista Eletrônica Em Questão**. capa > v.22, n.2, mai/ago. 2016. E-ISSN 1808-5245
- GALLO, Silvio. *Educação anarquista: um paradigma para hoje*. Unimep, 1996.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. **Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão**. Transinformação, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003.
- GUBA, Egon G. et al. **Competing paradigms in qualitative research**. Handbook of qualitative research, v. 2, n. 163-194, p. 105, 1994.
- HOBBS, Eric John Ernest. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- JUSTO, Joana Sanches; VASCONCELOS, Mário Sérgio Vasconcelos. **Pensando a fotografia na pesquisa qualitativa em Psicologia**. Uerj. Universidade estadual do Rio de Janeiro. Estudos e Pesquisas em Psicologia. Ano 9, n.3. p. 760-774 2 sem. 2009.
- KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro: 1877-1967**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LARA, Sílvia. **Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil**. Projeto História. São Paulo, 16:25-38, fev. 1998.
- LARA, Sílvia. **Trabalhadores escravos**. Trabalhadores. Campinas: Fundo de Assistência à Cultura, 1:1-1989.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, STOTZ, Eduardo Navarro. Formação do operariado e o movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894. **Estudos Econômicos**, n. 15, p. 47-87, 1985.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de setembro de. 2017.

- LALANDE, Andre. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. (R Ferreira, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. 1993
- LATOUR, Bruno. e WOOLGAR, Steve. **A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1994.
- LEONTIEV, Alexis. **Actividade, conciencia e personalidad**. Habana: Pueblo e Educación. 1983
- LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro. (Trabalho original publicado em 1978). 2004
- LUKÁCS, György; LUZÓN, Manuel Sacristán. Estética: la peculiaridad de lo estético. **Cuestiones preliminares de lo estético**. I, 4. Grijalbo, 1982.
- MAGNANI, Maria Cristina Brasil; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. "Regime" e "Informação": a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação|" Regime" and "Information": the dialogue between two concepts and their application in the Information Science. **Liinc em revista**, v. 7, n. 2, 2011.
- MARTINS SOUZA, Francisca Laudeci. **Qualificar, Capacitar, Habilitar: A Educação e a Produção de Sujeitos Outros, no Ceará Do Século XX** (1987-2007). 2010. 158 p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MARTINS, Lígia Márcia. A natureza histórico-social da personalidade. **Cadernos Cedes**, v. 24, n. 62, p. 82-99, 2004.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. & Engels, F. **A ideologia alemã**. (pp. 99-103). São Paulo: Martins Fontes. (Texto original publicado em 1845). 1009
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MAUAD, Ana Maria. **Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX**. An. mus. paul. vol.13 no.1 São Paulo Jan./Jun 2005.
- NETO, Ferreira; LEITE, João. A experiência da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 533-546, 2008.
- PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PINTO, Antonio Jose de Figueiredo. **Qualificação Profissional E Educação Não Formal: A visão dos egressos de uma ONG carioca direcionada ao mundo dos espetáculos**. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://portal.estacio.br/media/3292/antonio-jose-de-figueiredo-pinto.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.
- PINTO, Elizabeth Batista. A pesquisa qualitativa em Psicologia Clínica. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 71-82, jul-dez 2004.
- POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Editora Cultrix, 2004.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: A história do Levante dos Malês em 1835**. Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

- REY, F. L. G. **La investigación cualitativa em Psicologia: Rumbos y desafios**. São Paulo: EDUC, 2001.
- RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Zungú: rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Hucitec, 2010
- SALVAGNI, Julice; Silveira, MARCO Antônio Negri da. **Discursos Imagéticos: a fotografia como método da pesquisa social**. Anais Eletrônicos do II Encontro História, Imagem e Cultura Visual Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – Brasil. 2013
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: afrontamento, v. 2008.
- SAVIANI, D. Perspectiva MARXiana do problema subjetividadeintersubjetividade. In: Duarte, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. (pp. 21-52). Campinas: Autores Associados. 2004
- SCHWARTZ, Yves. **Conceituando o trabalho, o visível e o invisível**. Trab. educ. saúde (Online), Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011 .
- SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil**, Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.
- SINGER, Paul Israel. **A formação da classe operária**. Editora da UNICAMP, 1986.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Nova Fronteira, 2017.
- SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SZNELWAR, Laerte Idal; UCHIDA, Seiji e LANCMAN, Selma. **A subjetividade no trabalho em questão**. Tempo soc., vol.23, n.1, pp.11-30. 2011.
- UNGER. Roberto José Gervásio; FREIRE, Isa Maria. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão de informação. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, 2008.
- VIANA, Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. 4º ed. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro, 1956.
- VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1930).1996
- VIGOTSKY, Lev Semenovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: Leontiev, A. N., Luria, A. R., Vigotskii, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. (pp. 103-117). São Paulo: Ícone; Edusp. (Trabalho original publicado em 1933). 1988
- VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Obras escogidas III**. Madri: Visor. (Trabalho original publicado em 1931). (2000)
- VILLELA, Jorge Luiz Mattar. A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da reciprocidade. **Rev. Antropol.** São Paulo, v. 44, n. 1, p. 185-220, 2001 Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000100006&lng=en&nrm=iso> acesso em 02 de fevereiro de 2020.

WEBER, Max. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo, *in* _____, **Ensaio de sociologia**, Rio de Janeiro, Guanabara, pp. 347-370. 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, Editora da UnB. 1991.

ZANELLA, Andréa Vieira. Atividade, significação e constituição do sujeito: Considerações à luz da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 9(1), 127-135. 2004